

Marcos Oliveira é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Especialista em História do Brasil pela Faculdade Batista de Minas Gerais. Possui vasta experiência no ensino sobre História.



O livro de Marcos Oliveira tem como propósito resgatar uma parte da história da resistência escrava ao sistema colonial mercantil. O resgate dessa história é fundamental para superar as perspectivas que tentam minimizar a intensa luta de classes que perpassou a história da colonização do Brasil. A emancipação dos escravos foi alcançada pelos próprios escravos; jamais foi uma dádiva das classes dominantes. O resgate dessa história é crucial para superar as concepções que tentam mistificar a realidade e esconder o papel decisivo que essas lutas tiveram e têm para a constituição de um projeto revolucionário que conduza a classe trabalhadora a emancipar-se definitivamente do capital, tenha ele a forma que tiver, pois as distintas formas do capital não podem esconder a sua essencialidade.



MARCOS OLIVEIRA

REVOLTAS ESCRAVAS NO BRASIL



REVOLTAS ESCRAVAS NO BRASIL

Marcos de Oliveira Silva



Manifesto do Instituto Trabalho Associado

O Instituto Trabalho Associado surge da iniciativa de militantes, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com o enfrentamento da sociedade capitalista para sua transformação radical. Coloca-se como um espaço para a produção e a disseminação de conhecimento que possa contribuir com a práxis revolucionária, entendendo que não se faz revolução sem teoria revolucionária, mas que também, como diria Marx, “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento - que é isolado da prática - é uma questão puramente escolástica”. É preciso falar de socialismo hoje. É necessário transformar a sociedade agora! Com efeito, o Instituto Trabalho Associado se insere na batalha das ideias para combater a ciência burguesa e a sua dinâmica produtivista, mas também cumpre o papel de combater as teorias reformistas, uma vez que estas teorias atrapalham a classe trabalhadora na sua tarefa histórica de destruição do capitalismo. Numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que todas as dimensões da sociedade se encontram em crise ao mesmo tempo, a classe trabalhadora paga o preço desse processo. Para que continue existindo alguns bilionários, trabalhadoras e trabalhadores estão sendo cada vez mais explorados, em que seus direitos estão, literalmente, sendo destruídos e não há possibilidade de nenhum avanço ou ganho para estes em meio ao sistema do capital. O que o capitalismo pode e vai continuar oferecendo à classe trabalhadora é fome, miséria, pandemia, violência, desemprego, entre outras mazelas. Não podemos alimentar mais ilusões de conquistas dentro da ordem, pois a ordem burguesa é contrária à classe trabalhadora. Os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores só podem ser conquistados com a luta para além da ordem estabelecida, ou seja, para além do capital.

REVOLTAS ESCRAVAS NO BRASIL

Marcos de Oliveira Silva



Conselho Editorial do Instituto Trabalho Associado

Diego de Oliveira Souza (Presidente) –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Artur Bispo dos Santos Neto (Secretário) –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lorraine Marie Farias de Araujo –
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Mônica Regina Nascimento dos Santos –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lígia dos Santos Ferreira –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Talyane Eugênio Maceno –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Aline Soares Nomeriano –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Sóstenes Ericson Vicente da Silva –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Virginia Silva Santos –
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Silvio Rosa Filho –
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Claudia Alves Durans –
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Jenny Andrea Torres Peña –
Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Bogotá, CO

Camila Pereira Abagaro –
Universidad de la Salud de la Ciudad de México (UNISA)

Jadir Antunes –
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Diagramação, Capa e Contracapa:

Lorraine Marie Farias de Araujo

Imagen da capa: Artur Timóteo da Costa, Estudo de Cabeças, Óleo sobre tela (30 cm X 36 cm). Fotografia: Museu Afro Brasil (São Paulo, Brasil).

Imagen da contracapa: Domínio Público. Disponível em: <https://www.shutterstock.com/>

REVOLTAS ESCRAVAS NO BRASIL

Marcos de Oliveira Silva



1ª Edição 2025
Arapiraca/AL
Instituto Trabalho Associado
www.institutotrabalhoassociado.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Marcos de Oliveira
Revoltas escravas no Brasil / Marcos de Oliveira
Silva. -- Arapiraca, AL : Instituto Trabalho
Associado, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-981438-7-9

1. Escravidão - Brasil - História 2. Escravos -
Brasil - História 3. Escravos - Insurreições, etc. -
Brasil I. Título.

5-254555

CDD-981.04

Índices para catálogo sistemático:

1. Escravidão : Brasil : História 981.04

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Comissão Editorial -
Instituto Trabalho Associado 2025

Lorraine Marie Farias de Araujo
Diego de Oliveira Souza
Artur Bispo dos Santos Neto
Mônica Regina Nascimento dos Santos
Marcos de Oliveira Silva
Henrique Felix Santos
Carlos Antonio Vasconcelos de Oliveira Júnior
Victória Régia Ferreira Barbosa
Jonathan Smith Melquiades Cezar
Fernando Emmanuel Vicente da Silva
Christiane Batista Araujo

DEDICATÓRIA

À classe trabalhadora, especialmente às pessoas pretas,
aos nossos ancestrais escravizados, a todos que foram vítimas do
mais cruel sistema do mundo, o escravismo colonial.

Em especial, dedico este trabalho à minha avó Leonina,
mulher preta, trabalhadora, que teve 18 filhos e perdeu 12. Sua
força, resiliência e amor são a inspiração que guia cada palavra
escrita aqui. Que a memória de todos os nossos antepassados
continue a iluminar nosso caminho na luta por justiça e igual-
dade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amigo, inspiração intelectual e irmão de luta, professor Artur Bispo. Aos camaradas do Coletivo Ofensiva Socialista: Lorraine, Victoria, Cida, Henrique, Jonathan, Junior e Fernando, minha eterna gratidão pelo apoio e pela parceria inabalável. Vocês são o alicerce que sustenta cada passo dessa jornada de luta revolucionária.

Aos meus amigos, que foram tão importantes em momentos difíceis: Antônio Felix, Rodrigo Costa, Fábio Costa e Alexandre Cavalcante, obrigado por estarem sempre presentes, oferecendo apoio e amizade genuína nos momentos mais críticos.

Às minhas amigas, que me ouviram e estiveram ao meu lado nos momentos de maior necessidade: Maria Natália Rosa, Laura Lavínia, Lethicia Carvalho e Kesyanne Silva, minha profunda gratidão pelo carinho e pela compreensão inabalável.

À minha maravilhosa psicóloga, Jade, meu muito obrigado, pois esse livro foi tema de algumas sessões de terapia.

À minha família, minha mãe, meus irmãos, meus cunhados Leonardo e Flávia, e minhas sobrinhas Samara, Cecília e Clarice, por serem a melhor família do mundo. Vocês são minha fonte de força e inspiração, e dedico a vocês todo o meu amor e reconhecimento.

Obrigado a todos vocês por fazerem parte dessa caminhada, e por tornarem possível a realização deste projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Artur Bispo	
INTRODUÇÃO	35
CAPÍTULO I	
A ESCRAVIDÃO MODERNA	41
CAPÍTULO II	
OS QUILOMBOS E AS REVOLTAS ESCRAVAS NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO	49
2.1 A condição do escravo no Brasil	49
2.2 Revoltar-se é preciso, mas, e depois, para onde ir?	57
2.3 A resistência no Quilombo dos Palmares	59
2.4 Invasões a Palmares	64
2.5 A escravidão e a resistência no Rio de Janeiro: Quilombo da Serra dos Órgãos	67
2.6 A região das Minas: a escravidão e a resistência na exploração do ouro	70
2.7 O Quilombo de Ambrósio	76
2.8 O Quilombo de Campo Grande	80
2.9 Quilombo do Piolho – Mato Grosso	84
2.10 A Bahia: entre quilombos e revoltas	85
2.11 Quilombo Buraco do Tatu	88
2.12 A Conjuração Baiana (1798)	89
2.13 Revolta do Engenho Santana	93

APRESENTAÇÃO

Artur Bispo

CAPÍTULO III

REVOLTAS ESCRAVAS NO SÉCULO XIX	97
3.1 A chegada da família real ao Brasil	97
3.2 Insurreição esquecida de 1807 na Bahia	100
3.3 Insurreições de 1814 e 1816 na Bahia	104
3.4 Revoltas escravas na Bahia durante o governo de D. Pedro I	111
3.5 O Quilombo do Urubu	113
3.6 Pernambuco e o Quilombo do Catucá	116

CAPÍTULO IV

REVOLTAS ESCRAVAS NO PERÍODO REGENCIAL ...	121
4.1 A Balaiada	123
4.2 A Revolta dos Malês	128
4.3 A Revolução Farroupilha	131
4.4 A Cabanagem	133
4.5 Revolta de Carrancas e Revolta de Manoel Congo	136

CAPÍTULO V

REVOLTAS ESCRAVAS NO SEGUNDO REINADO	141
--	-----

CONCLUSÃO	145
------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
---	-----

O nome “escravo” está relacionado ao povo que habitava a parte oriental da Europa, os eslavos. O termo *sclavus* remete aos eslavos, sendo adotado pelos alemães nos séculos X e XI d.C. A palavra usada pelos alemães para designar o indivíduo procedente da região eslava e submetido ao cativeiro acabou sendo difundida nas cidades comerciais italianas (Veneza, Gênova) e na bacia do Mediterrâneo. Desse modo, observa-se que os eslavos foram apreendidos e traficados entre o Mar Negro e o Mediterrâneo, servindo ao comércio estabelecido entre mercadores europeus e as dinastias que forjaram o império muçulmano (Gorender, 2016a).

No latim inexistia a palavra escravo; o termo adotado para designar o escravo era *servitus* ou *servus*. Os romanos desconheciam o termo escravo e denominavam os indivíduos aprisionados como *servus*. No entanto, o tráfico de escravos na península Ibérica acabou servindo para substituir o termo *servus*, aplicado aos muçulmanos apreendidos no processo de sua expulsão da região, pelo termo *captivos* e *sarracenus* e, posteriormente, pelo termo *sclavus*, no decorrer do século XIV (Gorender, 2016a).

A escravidão pode ser encontrada em distintos povos sem que necessariamente se constitua num elemento decisivo do processo de organização da produção. Nas sociedades asiáticas, ela exerceia função secundária, ao contrário de no mundo

greco-romano. A transformação dos seres humanos em coisas assumiu corolários substanciais nesse universo; claramente se estabeleceu uma relação assimétrica com os indivíduos vencidos em guerras e endividados. Além da derivação das guerras e dívidas, eles emergem do direito consuetudinário aplicado ao nascido na condição de escravo e condenado ao mundo de seus gestores. No entanto, emergiram formas de escravidão em que não prevalecia a hereditariedade e a perpetuidade da condição social imposta.

Nas formas asiáticas, a escravidão assumiu corolários antípodas à concepção estabelecida no mundo greco-romano e no período histórico de acumulação primitiva de capital na América e na África. Nessas condições, a escravidão foi considerada uma atividade eterna e hereditária.

Isso implica reconhecer que existiram pelo menos duas formas de escravidão. No sentido lato, o escravo assume papel improdutivo, comparece geralmente no espaço doméstico, chegando ao caso de exercer funções importantes na burocracia estatal. A configuração de escravos improdutivos existiu também nas sociedades orientais, nas africanas e na América pré-colombiana.

Em *stricto sensu*, a escravidão possui relação direta com o mundo da produção, no qual o escravo se constituía como fundamento da organização da produção. É sobre o trabalho escravo que se erguem as sociedades escravistas na Antiguidade (Grécia e Roma) e a escravidão colonial capitalista. Uma manifestação do modo como os romanos conseguiam milhões de escravos pode ser observada no relato do desfecho do episódio bélico ocorrido em 168 a.C., narrado pelo historiador Estrabão (apud Cardoso, 2003, p. 141): “Diz Políbio que depois de haver destruído Perseu

e os macedônios, Aemilius Paullus capturou setenta cidades no Epiro (a maioria pertencente aos malossos), e que cento e cinquenta mil seres humanos foram escravizados”.

Gorender (2016b, p. 107) assinala algumas das características básicas do escravo: “a) é propriedade privada de outro indivíduo; b) trabalha sob coação física; c) todo o produto de seu trabalho pertence ao senhor”. Na sociedade romana, Aelius Marcianus aponta que os escravos resultavam das atividades comerciais e das conquistas militares:

Os escravos tornam-se propriedade nossa seja em virtude da lei civil, seja da lei comum dos povos (*ius gentium*): em virtude da lei civil, se qualquer pessoa de mais de vinte anos permitir a venda de si própria com a finalidade de lucrar conservando uma parte do preço da compra; e em virtude da lei comum dos povos, são nossos escravos aqueles que foram capturados na guerra e aqueles que são filhos de escravos. (Apud Cardoso, 2003, p. 140).

O escravo claramente aparece como propriedade privada e como sujeito do outro indivíduo. Escreve Gorender (2016a, p. 93):

... a tendência dos senhores de escravos foi de vê-los como animais de trabalho, como *instrumentum vocale*. Aristóteles escreveu que o boi serve de escravo aos pobres. A Lei Aquiliana, em Roma, ao tratar do crime de morte de escravo alheio, equiparou-a à de um quadrúpede, para efeitos de ação judicial de indenização pelo proprietário lesado.

O entendimento do escravo como animal marcou a sociedade romana. As orientações dadas aos senhores podem ser sintetizadas nas palavras de Aristóteles: “Três coisas são a considerar no escravo: o trabalho, o castigo e o alimento” (apud Gorrender, 2016a, p. 98). São reafirmadas pelos judeus no livro de Eclesiástico (Cap. 33, v. 25): “Ao escravo, pão, correção e trabalho”. Essa mesma perspectiva orientava a pedagogia da exploração dos escravos no Brasil, conforme o sacerdote Jorge Benci: “No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três Ps, a saber, Pau, Pão e Pano” (apud Antonil, 1969, p. 26).

Por sua vez, Taunay (apud Stein, 1961, p. 159) observa que: “A maior ou menor perfeição... da disciplina determina o maior ou menor grau de prosperidade de um estabelecimento”. A violência constituía-se como elemento fundamental para a formação duma administração produtiva dentro dos padrões de expropriação do trabalho que interessava aos patrões. O chicote do feitor e o olho vigilante do senhor eram elementos fundamentais para acomodar o escravo aos imperativos da superexploração da força de trabalho compatível ao escravismo colonial sob a égide do capital mercantil.

Para coibir o poder generalizado dos senhores sobre a vida dos escravos, o próprio livro de Eclesiástico salientava que o castigo deveria ser moderado e comedido. O Estado romano tentou constituir um direito que determinava as condições específicas em que se poderia retirar a vida dos escravos. Essa limitação tinha como propósito impedir que a violência excessiva dos senhores suscitasse a sua revolta generalizada, como aconteceu em muitos instantes da história do Império Romano – como nas “revoltas civis”, a terceira delas liderada por Spartacus.

Na verdade, o único padrão moral que coibia o uso excessivo da violência era o próprio interesse do patrão em preservar a vida do escravo como propriedade e investimento; a dor do patrão consistia no possível prejuízo que o uso excessivo da violência poderia causar em seu bolso. O escravo tentava encontrar formas paliativas para preservar sua existência mediante mecanismos de resistência perante a fome insaciável de mais trabalho do senhor, pois tornar-se bom escravo “podia significar um dispêndio de energia física incompatível com suas forças e a renúncia a qualquer autonomia cultural e emocional” (Machado, 1987, p. 64).

Num universo adverso e contrário à existência prolongada do escravo, este tinha de aprender a “ser lince, para ver o aceno do seu senhor”, ‘águia para lhe penetrar nos pensamentos’, ‘boi, para resistir ao trabalho’ e, ‘para sofrer os castigos, jumento’ (Benci apud Machado, 1987, p. 64). O código promulgado tinha como propósito estabelecer limites aos mecanismos violentos de intensificação da exploração, pois uma vez ultrapassada a linha demarcada, os senhores e feitores adentravam numa esfera em que podiam não somente perder o controle da produção ou “estragar suas mercadorias”, mas poderiam também perder suas vidas. Lançado num movimento tênue de injustiças e castigos exagerados, o temor da morte que perpassava a existência do escravo poderia resultar na revolta.

O tratamento animalesco conferido aos seres humanos encontrou seu coroamento na colonização europeia da América e da África. A violência cometida contra o escravo ganhou proporções ainda mais elevadas na época do capital mercantil, em que o desprezo pela existência do escravo ganhou contornos

racistas. É somente com a escravidão do continente africano que o termo escravo passou a estar relacionado ao tráfico de negros, ou seja, à tonalidade e à pigmentação da pele do indivíduo.

Antes da colonização do continente africano pelos europeus, inexistia qualquer associação da escravidão com a tonalidade da pele do indivíduo. Nessa nova prática de escravidão emergiu o racismo e o preconceito em relação à tonalidade da pele dos africanos. Para Williams (2012, p. 35): “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão”.

No entendimento de Williams, a gênese da escravidão africana ou negra não foi racial, mas puramente econômica. Foi por interesses meramente econômicos que se preferiu a escravização de africanos. Escreve Williams (2012, p. 50): “A razão foi econômica, não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada com o trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior”.

Não se deve esquecer que a escravidão africana praticada pelos europeus foi precedida pela escravidão dos eslavos e que a escravidão praticada pelos ingleses foi precedida pela escravização dos camponeses pobres e miseráveis da Alemanha, da Irlanda e da própria Inglaterra. A riqueza dos portos ingleses, assentada no tráfico de escravos africanos, foi precedida pela riqueza oriunda do tráfico de milhares de pessoas sequestradas na própria Europa e do comércio de indivíduos deportados, que tinham de pagar pelo seu próprio translado.

O fato de os romanos e gregos não terem uma palavra

para designar o termo escravidão, como os alemães e ingleses, não implica que ela não tenha se constituído como o fundamento econômico por excelência dessas sociedades. A inexistência da palavra não impossibilita a sua realização; ela foi operada mediante o termo *servus* no Império Romano.

A escravidão se forjou na Antiguidade como a base fundamental da economia da sociedade grega, enquanto sociedade que decantou a relevância da democracia num dado momento de sua história, desconsiderando completamente a possibilidade de liberdade para os escravos. O vasto Império Romano teve como fundamento essencial a exploração do trabalho escravo. Quando este império finalmente ruiu com as invasões “bárbaras”, isso não resultou na sua imediata dissolução, pois a servidão praticada nos primórdios da Idade Média continha aspectos similares à escravidão. Escreve Gorender (2016a, p. 113): “Entre o escravo antigo e o servo de gleba houve não somente uma sucessão histórica, mas alguma similitude de características, o que explica a identidade de designação léxica e o esforço dos juristas no sentido de transplantar o direito escravista romano à nova realidade da servidão feudal”.

No entanto, a forma de constituição do trabalho no feudalismo vai superar a forma do trabalho escravo, em que os camponeses serão submetidos à servidão e a violência não exercerá a mesma função no processo de controle do trabalho. A coerção continuará desempenhando função importante, mas existirá a mediação da religião para tentar atenuar o acirramento das contradições que forjaram o colapso do Império Romano e do sistema escravista.

No período histórico do *medievo*, a escravidão continuou

existindo em determinadas partes do mundo. A escravidão dos povos colonizados não deixou de existir com o colapso do Império Romano, ela somente deixou de ser a base fundamental da organização do processo de produção. Mercadores italianos recorreram à transformação dos escravos em escravos e movimentaram a troca de seres humanos como mercadorias no comércio estabelecido no Oriente Médio com os muçulmanos.

A escravidão da África negra por forças exógenas é uma atividade tardia. A África negra estava relativamente isolada na Antiguidade e na época medieval. Antes da metade do século XV, praticamente o único contato se dava pela costa leste africana, através do mar Vermelho e pelo deserto do Saara. Não existiam sociedades escravocratas na estrutura social primitiva africana, forjada na etnia e no parentesco. A região costeira da África Ocidental era tipicamente patrilinear, e a região central era matrilinear. O poder era exercido pela gerontocracia e as mulheres ocupavam funções essenciais na agricultura. Nessa sociedade, a escravidão era uma prática acentuadamente marginal e desempenhava uma função relevante na economia.

A escravidão geralmente emergia de guerras e como forma de controle do comportamento e das ações dos indivíduos, mas inexistia o escravo como uma classe social. A terra também inexistia como propriedade privada e assumiu corporeidade de bem comum da comunidade. A escravidão no continente foi introduzida de fato no continente pelos muçulmanos, promovendo uma alteração na estrutura das sociedades africanas.

A escravidão no continente africano aparece de maneira mais acentuada entre 700 e 1.400 d.C., pela mediação do Saara, do mar Vermelho e da costa do oceano Índico. O império mul-

çumano gozou durante séculos de condição protagonista no contato estabelecido com o continente africano. Segundo Lovejoy (2002, p. 42), “[...] o mundo islâmico era praticamente o único eixo de influência externa na economia política da África”.

Além da escravidão adotada episodicamente pelos povos autóctones da África, os escravos emergiram da intervenção estrangeira expressa na intervenção do império muçulmano. As guerras santas serviram como primeira manifestação de um processo de escravidão que tinha como propósito expandir o islamismo pelo interior da África a partir da Arábia Saudita e do Egito. O mar Vermelho, a costa do Índico e o Saara eram rota das expedições militares. No entendimento dos conquistadores, a escravidão servia como instrumento propedêutico de povos pagãos ao novo ordenamento religioso. Escreve Ahmad Bâbâ (apud Lovejoy, 2002, p. 68):

A razão para a escravidão é descrença, e os descrentes sudaneses são como outros *kâfir* (ou cafres), sejam eles cristãos, judeus, persas, berberes ou quaisquer outros que persistam na descrença e não adotem o Islã [...]. Quem quer que seja capturado numa condição de descrença pode ser legalmente possuído, seja ele quem for, mas não aquele que se converteu ao Islã voluntariamente, desde o início, para qualquer nação à qual ele pertença, seja ela Bornu, Kano, Songai, Katsina, Gobir, Mali e Zakzak [Zazau]. Esses são muçulmanos livres, cuja escravização não é permitida de modo algum.

A escravidão tinha propósito tanto econômico quanto

religioso; no entanto, nem sempre a adesão religiosa impedia os povos africanos de serem submetidos à condição de escravidão. A escravidão era uma espécie de comércio, e pela mediação da troca as dinastias africanas tinham acesso aos produtos advindos da Ásia. A escravidão admitia distintas possibilidades de superação no interior do próprio sistema existente, não sendo eternizada como no Império Romano e na época do capital mercantil.

A escravidão mulçumana era marcada pelo seu caráter de desumanidade; o périplo pelo deserto do Saara pode ser considerado como uma espécie de prelúdio dos navios negreiros.

Para aqueles que eram escravizados, os perigos envolviam marchas forçadas, alimentação inadequada, abuso sexual e morte na estrada. A travessia do Saara era o risco maior para muitos escravos. A viagem tão longa, e a comida e a água administradas de maneira tão cuidadosa, que o menor contratempo de um ataque à caravana ou um poço de água vazio podia eliminar comboios inteiros de escravos (Lovejoy, 2002, p. 73).

Ao contrário de no Império Romano, os escravos eram utilizados essencialmente em atividades improdutivas. Uma parte dos escravos servia para alimentar os exércitos muçulmanos e as atividades administrativas; outra parte servia nas atividades domésticas. Nela, muitos jovens eram submetidos à castração para servir como eunucos, o que promoveu a morte de 90% dos jovens submetidos aos processos cirúrgicos malsucedidos, sendo as mulheres as figuras mais cobiçadas. As mais belas eram levadas

para os haréns das famílias abastadas. Os cativos preferidos nas guerras eram as crianças ou adolescentes, que passavam a ser treinadas para o serviço militar ou doméstico (Lovejoy, 2002).

A escravidão praticada pelos muçulmanos não tinha fundamento de raça ou cor da pele; os escravos podiam ser brancos, negros ou amarelos. Os brancos derivavam não somente do comércio estabelecido com os mercadores italianos, mas vieram primeiramente das lutas de conquista da Europa Ocidental. O principal mercado externo de escravos da África negra era o Oriente Médio e os países situados na África, como Gana, Mali, Songai, Canen, Senar, Adal etc. Escreve Lovejoy (2002, p. 63): “Na Etiópia, uma guerra santa muçulmana, conduzida pelo sultão de Adal, devastou temporariamente o reino cristão e, dessa forma, da década de 1520 até a de 1540, milhares de escravos foram exportados pelo mar Vermelho”. No entanto, a escravidão não implicou uma alteração das relações de produção no império muçulmano.

Segundo Lovejoy (2002, p. 48):

Essa escravidão não era uma instituição auto-perpetuadora, e aqueles nascidos no cativeiro formavam uma parcela relativamente pequena da população escrava. A maioria dos filhos de escravos era assimilada pela sociedade mulçumana, apenas para ser substituídos por novas importações.

A classe que servia de sustentação da sociedade muçulmana continuava sendo os camponeses, de maneira análoga ao

modo de produção asiático, em que o Estado cobrava imposto e utilizava da força de trabalho dos camponeses e de escravos na construção das grandes obras de irrigação, aquedutos, tempos, estradas, palácios etc. Esclarece Lovejoy (2002, p. 50): “Na verdade, aos escravos frequentemente eram designadas tarefas que eram indiretamente produtivas, as quais, pelo contrário, alimentavam uma hierarquia política e social que explorava uma população de camponeses livres, artesões e populações servis não escravas”.

A escravidão instituída pelos muçulmanos acabou incidindo sobre a estrutura das sociedades autóctones, forjando uma espécie de escravismo similar. Os escravos eram utilizados no serviço militar, nas atividades domésticas, nas atividades administrativas e nas atividades produtivas controladas pelo Estado ou pelo poder político constituído. Esclarece Lovejoy (2002, p. 71): “A escravidão também se ajustava a um modelo islâmico, que utilizava escravos no serviço militar, nos haréns, na agricultura e no governo”. No entanto, “em muitas regiões, a escravidão ainda era concebida em termos de parentesco e permanecia marginal à organização básica da sociedade” (Lovejoy, 2002, p. 53).

A escravidão implementada pela colonização capitalista da África representou um ponto de inflexão nodal em todo o seu desenvolvimento socioeconômico; as comunidades autóctones foram completamente amoldadas à lógica do capital mercantil. A chegada dos portugueses na costa africana apresentou corolários especiais, segundo Lovejoy (2002, p. 52):

A abertura do Atlântico ao comércio marcou uma ruptura radical na história da África, especialmente porque este comércio também

envolvia a exportação de milhões de escravos. Antes desse desenvolvimento comercial, as costas atlânticas da África tinham estado praticamente isoladas do mundo exterior.

A introdução da escravidão na costa da Guiné e Senegal (entre 1430 e 1440) foi facilitada pela ausência da presença muçulmana na região, uma vez que os portugueses pretendiam empreender a conquista da África de uma maneira completamente autônoma em relação ao império muçulmano. Os portugueses introduziram a escravidão numa região em que inexistia a tradição mulçumana e os critérios mulçumanos que regiam o processo de escravização.

Anota Lovejoy (2002, p. 52): “Assim, uma importante consequência do comércio europeu foi a consolidação de uma forma não muçulmana de escravidão”. Essa nova forma tinha como intento primordial a utilização do trabalho escravo nas atividades produtivas, e não nas atividades administrativas ou improdutivas.

A forma de escravidão perpetrada pelos europeus resultou na superação de sua condição periférica e secundária, para assumir uma função primordial no modo de ser de todo o continente africano. A chegada dos europeus representa a transformação de seres humanos em mercadorias pela mediação do capital mercantil.

Para Lovejoy (2002, p. 80):

Ao final do século XV e início do século XVI, a escravidão já se tinha transformado em algumas regiões da costa da Guiné, passando de

um aspecto marginal das sociedades baseadas no parentesco para uma instituição relacionada com estruturas sociais mais complexas.

A força de trabalho africana escravizada pelos portugueses teve inicialmente o seguinte itinerário: 1) translado para a Europa meridional para exercerem atividades domésticas; 2) comercialização com os plantadores de cana-de-açúcar nas ilhas do Mediterrâneo e para as ilhas colonizadas no Atlântico, como Madeira, Canárias e Cabo Verde; 3) venda e compra de escravos na própria costa africana; 4) competição com as mercadorias vendidas pelos muçulmanos mediante inserção de produtos manufaturados na África (Lovejoy, 2002).

No contato com determinados povos que já conheciam a prática da escravidão – como a região do Congo – foram estabelecidas relações mais viscerais com a nobreza congolesa e acentuou-se a capacidade de os estados constituídos plasmarem-se como peças fundamentais da empresa colonizadora. A subordinação da economia local aos propósitos do capital mercantil transformou completamente a economia local.

A transformação da população de Banza Sônio e São Salvador (Congo) em escrava aparece num relatório comercial da segunda metade do século XVI:

Não há homens [livres] que cultivem o solo, nem homens que trabalhem por dia, nem ninguém que esteja disposto a trabalhar por um salário. Apenas os escravos trabalham e servem. Os homens mais poderosos têm um grande número de escravos que eles capturaram na

guerra ou compraram. Eles conduzem seus negócios através desses escravos, enviando-os aos mercados, onde compram e vendem de acordo com as ordens do senhor. (Apud Lovejoy, 2002, p. 81).

Os comerciantes amoldaram a África à forma da empresa colonizadora apropriando-se de sua força de trabalho pela mediação da violência; seres humanos eram sequestrados e trocados por mercadorias. Dessa maneira, constituiu-se uma classe social que permitia a captura de seres humanos e sua troca pelos produtos europeus ou advindos das outras regiões colonizadas. A própria população trabalhadora europeia também foi objeto de sequestro e transladada para o continente americano.

É importante observar a natureza histórica e social do capital. Ao contrário do que afirmam os apologistas deste sistema, que pretendem oferecer uma natureza a-histórica e imutável, é preciso sempre ressaltar o caráter processual e histórico dessa entidade social. O capital mercantil configurou-se como a maneira generalizada de existência do capital antes de ele comparecer na forma regente das relações genuinamente capitalistas. Antes de o capital controlar inteiramente a produção, ele exerceu as outras formas de organização da produção, existindo “como os deuses de Epicuro que habitavam nos intermúndios do universo” (Marx, 2008, p. 441).

O capital usurário e o capital comercial são as formas mais antigas de configuração do capital e precedem a existência do próprio modo de produção capitalista. Escreve Marx (2008, p. 435): “Mas o capital mercantil – e o comércio – é mais antigo que o modo capitalista de produção; é, na realidade, do ponto de

vista histórico, o modo independente de existência mais antigo do capital". O capital mercantil, esclarece Marx (2008, p. 437), "aparece como forma histórica do capital muito antes de o capital submeter a própria produção a seu domínio".

O capital usurário é irmão gêmeo do capital mercantil ou capital comercial. Acerca do capital mercantil, anota Marx (2008, p. 439): "Obtinham o lucro principal não explorando os produtos do respectivo país, mas servindo de intermediários na troca dos produtos de comunidades menos desenvolvidas no plano comercial ou mesmo econômico e explorando os dois países produtores". Nos primórdios, salienta Marx (2008, p. 440), "o capital mercantil é movimento mediador entre extremos que não domina e pressupostos que não cria".

Apesar de seu caráter anacrônico, o escravismo renasceu como aporte fundamental do processo de acumulação primitiva de capital. O capital mercantil plasmou-se na pilhagem, no saque, na pirataria, no rapto de seres humanos e no processo de colonização. Essas práticas podem ser observadas tanto em Cartago e Roma quanto entre os venezianos, portugueses, espanhóis e holandeses.

Apesar de aparentemente incompatível com o desenvolvimento da sociedade burguesa, as escravidões africanas e americanas foram pressupostos essenciais do desenvolvimento do mercado mundial, criando as bases para a acumulação primitiva de capitais. O capital mercantil serve de base para a constituição das relações genuinamente capitalistas, sendo superado pelo capital industrial e financeiro. A colonização recorreu à escravidão na etapa da colonização até que o capital pudesse se erguer sobre si mesmo.

No contexto de ascendência da colonização e do mercado mundial, o capital escravista-mercantil constitui-se como seu vetor essencial. Conforme Marx (2008, p. 443): "As descobertas geográficas, por certo, provocaram grandes revoluções no comércio e maior velocidade no desenvolvimento do capital mercantil, e essas transformações constituíram fator fundamental de aceleração da passagem do modo feudal de produção para o capitalista". O surto capitalista floresceu nas regiões em que a produção caminhou para converter-se em produção industrial capitalista.

A produção de mercadorias assentadas na exploração do trabalho escravo tem como principal destinação a exportação ou o mercado mundial. Na Antiguidade, inexistia mercado mundial e produção de mercadoria voltada para a exportação, dada a inexistência de mercado externo. O elemento de diferenciação entre a escravidão antiga e a escravidão moderna consiste no fato de que o capital mercantil conduz a produção a orientar-se completamente para o valor de troca ou para o mercado mundial, o que inexistia na Antiguidade. Por sua vez, o capital mercantil tem efeito dissolvente sobre as formas precedentes de organização da produção. Ele vai constituindo um efeito devastador que faz com que o capital se converta numa espécie de dilúvio sobre as formas produtivas pretéritas.

Na esteira do capital usurário e do capital comercial, o capital mercantil revela-se como um ponto de inflexão para o desenvolvimento das forças produtivas que pautam o desenvolvimento capitalista. É porque não é possível inscrever imediatamente a subordinação real do trabalho aos seus imperativos e comando que o capital assume a forma de capital mercantil,

recorrendo aos métodos coercitivos para subordinar o trabalho aos seus pressupostos. Dessa maneira, a subordinação é formal e não real.

A recorrência do capital mercantil à escravidão denota o processo de formação do capital. Salienta Marx (2008, p. 438): “O capital pode e tem de formar-se no processo de circulação, antes de aprender a dominar seus extremos, os diferentes ramos de produção, ligados pela circulação”.

Na colonização da América e da África, o capital mercantil desempenhou papel protagonista, explorando diretamente a compra e a venda de escravos, bem como a compra e a venda das mercadorias, resultante da exploração do trabalho escravo. Em vez de se inserir diretamente na organização e controle da produção, fundada na exploração do trabalho escravo, exerceu papel intermediário, emprestando capital a juros aos senhores de engenho – a nascente burguesia agrária.

O capital mercantil constitui-se como principal vetor da colonização, assumindo as tarefas de financiamento da produção agroexportadora, comércio com mão de obra africana, financiamento dos bens de consumo das classes dirigentes e da produção oriunda da Europa.

Para exercer seu poderio absoluto sobre o reino da circulação e da produção de mercadorias nas colônias, o capital mercantil obteve o exclusivismo comercial mediante o apoio do Estado absolutista. O consórcio estabelecido com o absolutismo permitiu que a classe social portadora de capital mercantil tivesse acesso direto a terras nas regiões colonizadas. O capital mercantil controla direta ou indiretamente a produção agroexportadora.

Ele engendra o processo de colonização no território brasileiro mediante a conexão intimamente estabelecida com a produção agroexportadora (açúcar, tabaco, ouro, algodão, café, borracha etc.) assentada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo. O Estado absolutista assegurou o poder despótico do capital mercantil nas colônias; ele exercia as funções de guardião dos interesses dos expropriadores mediante seu complexo administrativo, político, jurídico e militar. Segundo Marx (2008, p. 437): “Para desenvolver-se o modo capitalista de produção, é mister historicamente que o capital mercantil exista e atinja certo grau de desenvolvimento”, pois o modo capitalista de produção pressupõe a existência de um amplo mercado e de uma produção que subordina completamente o valor de troca ao valor de uso.

O capital mercantil estabelece as bases para o controle ubíquo do capital sobre a totalidade social. Uma vez estabelecidas essas bases para o desenvolvimento da produção capitalista, o capital mercantil perde sua condição soberana e passa a uma função coadjuvante. Onde continua vigorando o capital mercantil depois da Revolução Industrial, as relações econômicas se configuram como relações anacrônicas e arcaicas. Anota Marx (2008, p. 444): “A história do declínio da Holanda como nação comercial dominante é a história da subordinação do capital mercantil ao capital industrial”.

A superação do capital mercantil pelo capital industrial representa tanto o declínio das nações puramente comerciais (Portugal, Espanha e Holanda) quanto o colapso da colonização inicialmente orquestrada por América, África e Ásia. Com isso, o comércio deixa de controlar a produção industrial, subjuga-

do ao capital produtivo ou industrial. No entanto, não se pode esquecer que o capital comercial impulsionou a produção segundo os critérios do valor de troca, desagregando antigas relações sociais. Este trânsito é assim descrito por Marx (2008, p. 441): “Não se limita mais a lançar mão do excedente, mas passa pouco a pouco a apoderar-se da própria produção, e submete a seu domínio ramos inteiros da produção”. A ação dissolvente do capital mercantil sobre as formas de organização pré-capitalistas depende na natureza de cada forma de organização da produção, obedecendo a um desenvolvimento desigual.

A inexistência de um exército de trabalhadores disponíveis perpassou a existência do capital mercantil. A abundância de terras nas colônias impedia o processo de constituição do trabalho assalariado, pois o trabalhador não comparecia desprovido de seu principal laboratório natural. Inexistia disjunção da parte das populações nativas existentes no Brasil acerca de seus meios de produção e subsistência. Isso impedia a constituição do trabalho assalariado e escancarava no decurso da colonização os limites da prática do escambo.

A necessidade de força de trabalho nas colônias se intensifica devido às dificuldades de os aborígenes adaptarem-se às exigências da produção para a troca, e não à produção voltada para o valor de uso. Ademais, a Europa não dispunha de capacidade para deslocar contingentes populacionais significativos a fim de desenvolver processos de produção nas colônias.

Os escravos estavam diretamente relacionados ao capital mercantil; eles se constituíam como as mãos e os pés do regime colonial:

i) A produção fundada na exploração do trabalho

escravo está voltada exclusivamente para o mercado externo, tendo a Europa como centro de toda a atividade realizada.

ii) A escravidão não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas é sim um elemento fundamental ao seu pleno desenvolvimento. Por isso, o escravismo acaba sendo extinto lentamente, para dar lugar ao trabalho assalariado.

iii) O capital mercantil assume, num primeiro momento, papel essencial, agenciando os extremos que a princípio ele não controlava. Num segundo momento, ele controla os extremos e subordina a produção ao comércio.

iv) Os escravistas são capitalistas, ou seja, são personificações do capital mercantil. Os senhores de escravos inexistem sem mercado mundial, e os mercadores financiam a produção quando eles mesmos não realizam essa tarefa.

v) A força de trabalho escrava africana é preferida ante a força de trabalho indígena porque permitia o desenvolvimento do capital mercantil e comercial e possibilitava que os mercadores europeus controlassem a produção.

O capital mercantil revela limites no processo de controle da força de trabalho, uma vez que a força de trabalho deve sempre advir de outro lugar. A intensificação da produção implica a necessidade de buscar um maior contingente de escravos da África. A dependência da economia colonial se fazia em todos os aspectos e dependia de cabedal de capitais para a aquisição de meios de produção (máquinas e equipamentos) e de força de trabalho. O senhor de escravos possuía lastro enorme de dependência; quanto mais crescia a produção, mais se ampliava a

relação de dependência e se aprofundava a drenagem da riqueza para a metrópole.

O capital mercantil-escravista tornou impossível um processo de acumulação na colônia que viabilizasse seu desenvolvimento de maneira autônoma. O capital é uma totalidade que envolve produção e circulação. O processo de valorização deve ser seguido pelo processo de realização do valor; as mercadorias devem ser levadas ao mercado para serem comercializadas.

Como assinala Marx (2008, p. 553): “Depois do anseio de ganhar dinheiro, o mais imperioso é o desembaraçar-se dele mediante qualquer aplicação que proporcione juro ou lucro, pois dinheiro per si nada rende”. Dinheiro não gera dinheiro por si, ele precisa sair de si e depois retornar a si. A produção é o único espaço a permitir que o capital saia de si e a si retorne agregando mais valor. Para isso se faz necessária a expropriação do tempo de trabalho excedente do trabalhador ou daquela parte do tempo de trabalho que o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista.

O capitalista agrário, de posse do capital-dinheiro (D), compra mercadorias (capital-mercadoria), enquanto meios de produção, e uma mercadoria especial (os escravos). Os seres humanos apreendidos na África são transformados em mercadorias e comercializados; trata-se da única mercadoria que é capaz de produzir um valor acima daquele que a ela foi destinado. Ao fazer os escravos produzirem, estes produzem as mercadorias requisitadas pelo mercado europeu. Neste processo, há uma divisão entre os capitalistas que se dedicam à produção e aqueles que se dedicam ao comércio.

Diferentemente dos mercadores, o capitalista agrário

precisa guardar uma parte de sua mais-valia não somente para ampliar sua produção e desenvolver seus meios de produção, mas para comprar novos escravos, a fim de substituir os escravos que foram depreciados no processo de produção.

O capitalista agrário precisa recorrer ao capitalista que empresta a juros ou ao mercador. Enredado numa lógica que impedia uma grande apropriação do excedente, porque uma parte dele deveria ser destinada ao pagamento de juros ($D - D'$) e à compra de novos escravos, o capitalista agrário efetivamente não controla os extremos, pois depende do capital do mercador nas formas de capital-dinheiro e capital-mercadoria.

A hegemonia do capital comercial e do capital portador é nítida em todo o desenvolvimento da economia colonial. O senhor de escravos não passa de um agente dos interesses do capital mercantil na colônia. O poderio político e social que assume não anula sua condição de administrador dos interesses do capital mercantil.

A economia centrada na exploração da força de trabalho escrava entra em crise quando o capital mercantil é superado pelo capital industrial e quando intenta obstar o trabalho escravo em detrimento do trabalho livre. A retração da oferta da força de trabalho escrava implica a necessidade de reconfiguração da produção agrária centrada no trabalho escravo. No entanto, os senhores de escravos resistirão ao fim da escravidão.

Ao não participarem do processo de industrialização e dos lucros auferidos pela nova forma de configuração do capital, os senhores de escravos convertem-se em entraves ao desenvolvimento do capital industrial. Acabam sendo figuras anacrônicas porquanto não se adaptam ao novo processo de organização de

produção.

O capital “escravista-mercantil” é incapaz de constituir um modo de produção autônomo e desconectado ao ser-precisamente-assim do modo de produção capitalista. O escravismo moderno é uma anomalia no mercado mundial, baseado no trabalho livre, anomalia que deve ser superada com o desenvolvimento do capital industrial. O capital industrial configura-se como a única forma em que o capital exerce o controle da criação e da apropriação da mais-valia.

Enquanto o capital não consegue controlar diretamente a força de trabalho, ele recorre ao trabalho escravo, um mecanismo coercitivo para controlar a força de trabalho. O capital mercantil exerce o controle absoluto do processo de circulação de mercadorias e impõe um controle formal da força de trabalho. A partir da circulação, tenta controlar a produção pela mediação do capitalista agrário, na figura do senhor de escravos ou senhor de terras. A este cabia a tarefa de controlar a produção de mercadorias, em plena conexão com os comerciantes ou mercadores.

O poder do senhor de escravos contaminava a sociedade colonial e levava ao entendimento de que ele era a força determinante de todas as relações socioeconômicas e políticas. Ele parecia exercer um poderio absoluto sobre a sociedade colonial, determinando a produção de mercadorias, a distribuição de renda, a escala de produtividade, a arquitetura das plantações, as técnicas de produção adotadas, o desenvolvimento do mercado interno, os serviços públicos, o aparato repressivo e político etc.

O sistema *plantation* tinha como eixo a exploração do trabalho escravo; onde quer que houvesse escravidão, havia revoltas contra o sistema instituído. Os levantes de escravos no

Brasil resultaram em inúmeros quilombos ou mocambos. Esses espaços socioeconômicos e políticos plasmaram-se como alternativas ao sistema fundado na exploração do trabalho escravo. Os escravos não lutavam somente por liberdade, mas pela constituição de uma alternativa efetiva ao modo de produção escravista. E nessa luta, enfrentaram as maiores potências bélicas e econômicas da Europa.

O livro de Marcos Oliveira tem como propósito resgatar uma parte da história da resistência escrava ao sistema colonial mercantil. O resgate dessa história é fundamental para superar as perspectivas que tentam minimizar a intensa luta de classes que perpassou a história da colonização do Brasil. A emancipação dos escravos foi alcançada pelos próprios escravos; jamais foi uma dádiva das classes dominantes.

O resgate dessa história é crucial para superar as concepções que tentam mistificar a realidade e esconder o papel decisivo que essas lutas tiveram e têm para a constituição de um projeto revolucionário que conduza a classe trabalhadora a emancipar-se definitivamente do capital, tenha ele a forma que tiver, pois as distintas formas do capital não podem esconder a sua essencialidade.

Referências

- ANTONIL, A. João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Recife: UFR, 1969.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Trabalho compulsório na Antiguidade**: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016a.

_____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016b.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Tradução Regina Bhering e Luiz G. B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Reginaldo Sant'Ana. Livro terceiro. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

INTRODUÇÃO

A história da escravidão no Brasil vem sendo contada há décadas. O audiovisual brasileiro, a literatura e mesmo a historiografia já produziram muito material sobre a escravidão colonial: filmes, livros, artigos, músicas etc. O que pretendemos aqui, nesta brochura, é contar a história de quilombos e revoltas, pouco conhecidas dos livros didáticos ou do audiovisual e da indústria cultural. Também procuramos contar a história, a partir da resistência, mostrando o protagonismo das pessoas escravizadas e como, mesmo nas condições mais adversas, as pessoas escravizadas criaram espaços de resistência e formas de luta sem precedentes.

No primeiro capítulo, discutimos algumas características importantes da escravidão moderna, sua relação direta e indissociável com o liberalismo e o capitalismo. A escravidão moderna e o capitalismo, que nascem de um paro de gêmeos. Neste capítulo, exploramos as várias facetas da resistência escrava no Brasil colonial, abordando a condição dos escravizados e suas lutas por liberdade em diferentes regiões e contextos. Começamos examinando a brutalidade da vida nas plantações de cana-de-açúcar, seguida pela análise do Quilombo dos Palmares, símbolo máximo de resistência e autossuficiência negra. Em seguida, mergulhamos na história do Quilombo da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, destacando suas estratégias de sobrevivência. Por fim, investigamos a resistência na região das Minas Gerais, onde os escravizados desafiaram a opressão na busca pelo ouro. Cada seção revela como a determinação e a resiliência dos escravizados

moldaram a história brasileira, resistindo à escravidão e construindo legados duradouros de luta e esperança.

No segundo capítulo, abordamos as diversas manifestações da resistência escrava em diferentes partes do Brasil, ressaltando a coragem e a luta incansável dos escravizados. Iniciamos com o Quilombo do Piolho, em Mato Grosso, um refúgio para muitos que escaparam das garras da opressão. Em seguida, exploramos a Bahia, um verdadeiro palco de quilombos e revoltas, destacando o Quilombo Buraco do Tatu, que se tornou um símbolo de resistência persistente. Também examinamos a Conjuração Baiana de 1798, uma revolta inspirada por ideais de liberdade e igualdade, que mobilizou tanto escravos quanto libertos, numa luta feroz contra a opressão colonial.

Ao longo do capítulo, também investigamos a Revolta do Engenho Santana, que exemplifica a resistência tenaz dos escravizados em meio às condições brutais das plantações de açúcar. Cada uma dessas histórias revela as estratégias inovadoras e as alianças formadas pelos escravizados para resistir à escravidão, demonstrando sua resiliência e determinação em buscar a liberdade. Este capítulo celebra a força e a humanidade dos que lutaram incansavelmente contra um sistema desumano, deixando um legado de coragem que ecoa até os dias de hoje.

No terceiro capítulo, mergulhamos na investigação e na análise das resistências escravas no Brasil colonial e imperial, trazendo à tona insurreições e quilombos muitas vezes esquecidos ou pouco discutidos. A Insurreição Esquecida de 1807 na Bahia e as insurreições de 1814 e 1816 são exemplos emblemáticos da resistência contínua dos escravizados contra um sistema brutal e opressivo. Examinamos também as diversas revoltas escravas

ocorridas durante o governo de D. Pedro I, que se destacaram pela ousadia e pela busca incansável por liberdade. A importância de resgatar essas histórias não pode ser subestimada, pois elas revelam a persistência, a coragem e a capacidade de organização dos escravizados diante da adversidade.

Além das insurreições, exploramos a formação e a luta dos quilombos, como o Quilombo do Urubu e o Quilombo do Catucá, em Pernambuco. Estes refúgios de resistência não apenas proporcionavam um santuário seguro para os fugidos, mas também simbolizavam a rejeição do sistema escravista e a construção de comunidades baseadas na solidariedade e na autossuficiência. Conhecer e entender essas histórias é essencial para uma visão completa da nossa história, permitindo uma leitura de baixo para cima, ou a contrapelo, onde as vozes dos oprimidos ganham a devida relevância. Este capítulo visa dar visibilidade à luta dos escravizados, celebrando seu legado de resistência e a luta incessante pela liberdade.

No quarto capítulo, exploramos as revoltas escravas durante o turbulento Período Regencial (1831-1840), um período de transição política no Brasil após a abdicação de D. Pedro I e antes da maioridade de D. Pedro II. Esse período foi marcado por instabilidade política e social, conflitos regionais e uma série de revoltas que refletiam a insatisfação e as aspirações de diferentes grupos sociais, especialmente os escravizados.

Iniciamos com a Balaíada (1838-1841), um levante no Maranhão que contou com a participação significativa de escravizados e camponeses, evidenciando a coragem dos negros em lutar contra a opressão. Em seguida, abordamos a Revolta dos Malês (1835), liderada por escravos muçulmanos na Bahia,

que foi uma das insurreições mais organizadas da época. A Cabanagem (1835-1840) no Grão-Pará e a Revolução Farroupilha (1835-1845) no sul do Brasil também viram os negros desempenhando papéis cruciais, especialmente os Lanceiros Negros no sul. As revoltas de Carrancas (1833) e de Manoel Congo (1838) no sudeste são exemplos da resistência corajosa dos escravizados em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Este capítulo destaca a importância de conhecer essas histórias de luta e resistência, dando visibilidade à contribuição dos negros.

No quinto capítulo, enfocamos as revoltas escravas ocorridas durante o Segundo Reinado (1840-1889), destacando a coragem dos escravizados em um período marcado pela intensificação do aparato repressor do Estado. Neste contexto, organizar uma revolta era uma tarefa extremamente arriscada, pois a repressão estatal estava mais bem estruturada e mais violenta. A Revolta dos Escravos de Itu, a Insurreição do Queimado e a Revolta dos Escravos de Salvador em 1854 são exemplos de insurreições que, apesar das dificuldades, mostraram a determinação dos escravizados em buscar a liberdade e desafiar a ordem estabelecida.

Este capítulo também explora como a luta pela abolição da escravidão teve um papel fundamental na aceleração da Proclamação da República em 1889. A pressão crescente dos movimentos abolicionistas e a insustentabilidade do sistema escravista no final do século XIX desestabilizaram a monarquia e criaram um ambiente propício para mudanças políticas profundas. A abolição da escravidão em 1888, com a Lei Áurea, foi um passo crucial que revelou as limitações e a crise do regime imperial, precipitando a transição para a República. Ao entender essas revoltas

e seu impacto histórico, reconhecemos a contribuição vital dos escravizados na construção de uma sociedade mais justa e livre.

Na esteira do pensador frankfurtiano Walter Benjamin, defendemos que é preciso analisar a história da escravidão a partir da perspectiva dos escravizados, fazendo assim uma história a contrapelo. Walter Benjamin nos exorta a olhar para a história com um foco nas vozes e experiências dos oprimidos, em vez de apenas nos triunfos dos vencedores. Isso significa resgatar e valorizar as narrativas dos que resistiram, lutaram e sobreviveram à brutalidade do regime escravista, revelando as estratégias de resistência, as culturas construídas à sombra da opressão e as dinâmicas de poder subvertidas por essas populações. Ao fazer isso, não apenas enriquecemos nossa compreensão do passado, mas também honramos a memória e o legado daqueles que, apesar de todas as adversidades, nunca desistiram de sua humanidade e de sua busca por liberdade. É um ato de justiça histórica e de reconhecimento da complexidade e profundidade da experiência humana.

Esse livro se propõe a apresentar, de forma didática, crítica e antirracista, a história da resistência. Conhecer a nossa história é uma arma, a qual a burguesia nos nega; conhecer a nossa história, a partir da nossa perspectiva de classe, e não da historiografia burguesa, é absolutamente necessário. A preocupação e o mérito deste livro residem em contar a história da resistência e da luta pela liberdade daqueles que foram escravizados, enquanto a burguesia se arvora como baluarte da liberdade, essa mesma burguesia que escravizou pessoas durante mais de três séculos. Conhecer a nossa própria história é uma forma de evitar que caiamos na cantilena anedótica dos discursos abstratos da

burguesia sobre liberdade. Boa leitura, e que possamos honrar os nossos ancestrais.

CAPÍTULO I

A ESCRAVIDÃO MODERNA

Nos tempos hodiernos, não há nenhuma dúvida de que a África é o berço da humanidade. Assevera a mais moderna ciência da genética que não há raças de humanos, mas que todos nós, em todos os continentes, pertencemos à mesma espécie. A nossa evolução teria acontecido há cerca de 2 milhões de anos, quando nos separamos dos nossos semelhantes primatas, segundo a historiadora Laima Mesgravis:

Esse caminho não foi fácil nem tranquilo, tendo sido atrasado ou adiantado em determinados momentos, além de ameaçado por desastres geológicos ou climáticos, desertificações, inundações, formação e destruição de oceanos (...). Foi numa dessas ocasiões que saiu da África um pequeno grupo em que participava uma mulher, a qual os cientistas dariam o nome de Eva Africana (considerada a mãe da humanidade). Isso porque uma pesquisa feita na Inglaterra nas décadas de 1980 e 1990 com indivíduos representantes de todas as etnias e povos do mundo atual detectou um componente genético feminino comum. (Mesgravis, Laima, 2019, p. 40).

Apesar de a ciência nos provar a não existência de raça e explicar as diferenças fenotípicas entre os vários povos e etnias,

o racismo ainda é um câncer na nossa sociedade. As lutas antirracistas continuam em pauta. A escravidão negra africana moderna veio ao mundo pelas mãos da burguesia e sua acumulação primitiva de capital. A emancipação do povo preto passa necessariamente pela destruição da burguesia e do sistema do capital. A resistência do povo preto foi sempre criminalizada pelo capital, seja com a destruição dos quilombos, dos terreiros e a demonização da sua religião, seja pela imposição dos valores e da estética da branquitude.

O capital é o maior inimigo da diversidade e da igualdade entre os povos. Ele se consubstancia em racismo; a quintessência do racismo estrutural é o próprio capital.

A escravidão moderna se caracterizou, entre outras coisas, pela predominância do aspecto racial. A principal razão é o negócio desenvolvido pela nascente burguesia europeia, em especial a inglesa: o lucrativo negócio do tráfico de seres humanos. Capturadas e dominadas em algumas regiões da África, essas pessoas eram trazidas em navios para trabalhar como escravas na América. Estima-se que entre os séculos XVI e XIX tenham sido trazidas à força para o trabalho escravo nas Américas aproximadamente 25 milhões de pessoas. Desses, 40% tiveram o Brasil como destino. Esses números não são exatos, pois boa parte das pessoas escravizadas chegava através do tráfico irregular e, portanto, sem registro oficial.

A escravidão, infelizmente, não é uma novidade na história da humanidade. Foi o modo de produção característico das cidades-estados gregas e da civilização romana. A escravidão antiga, que se dava pela guerra, era uma necessidade de conquista territorial e o recurso mais óbvio para o acúmulo de riqueza. A

escravidão na Antiguidade brotou de forma espontânea das relações de poder e das condições de escassez daquele tempo histórico, cujo desenvolvimento das forças produtivas era incapaz de gerar e estocar em abundância.

Aqui cabe lembrar que mais uma vez foram os europeus os agentes da escravidão. Havia na China, na Mesopotâmia e no Egito o modo de produção asiático. Nesse modo de produção, era possível encontrar escravos, mas a maior parte do trabalho era realizada por servos; também era possível encontrar pessoas que recebiam salário. É sempre importante lembrar que o modo de produção escravista, o mais bárbaro sistema de produção e tratamento de seres humanos já criado, é um legado do “civilizado” europeu.

É verdade que na Grécia, os escravos não eram considerados seres humanos; e que os romanos os chamavam de “objetos com voz”. O filósofo Aristóteles defendia que a escravidão era algo natural e que, portanto, alguns homens nasciam dotados de vontade e inteligência, outros possuíam apenas força, mas eram desprovidos de vontade e inteligência; assim, só tinham utilidade como instrumento dos homens livres. Também é verdade que em Esparta e em Roma escravos eram mortos aos milhares simplesmente para o controle da população.

É escusado dizer que a escravidão é sempre um processo de extrema violência e de desumanização completa do outro. O que queremos demarcar aqui é que, no caso moderno, a escravidão passou a ter uma cor e um continente: eram negros e africanos. A escravidão greco-romana não tinha o componente racial e fenotípico que teve a escravidão moderna. Também é válido lembrar que pensadores liberais como John Locke

defendiam a escravidão. No caso do iluminista inglês, ele era sócio de uma empresa que traficava escravizados para os EUA.

A escravidão é parte da história dos modos de produção e das relações de poder, mas o uso do termo escravo quase como sinônimo de negro é algo realmente datado: veio ao mundo gestado pelo capitalismo comercial. Como diz Domenico Losurdo, a escravidão moderna e o liberalismo foram gestados em um parto de gêmeos. Essa escravidão moderna se intensifica na segunda metade do século XVI. Nesse período de alvorecer do capitalismo, predominava o capital mercantil; o comércio ainda determinava a produção. É um período de acumulação de capital.

Nesse tempo histórico, a indústria capitalista não tinha as mesmas características que passou a ter a partir do século XVIII, quando começou a produzir ao máximo, de maneira tão intensa que foi preciso criar novas necessidades. Os produtos se tornavam descartáveis e, por consequência, obsoletos. No capitalismo comercial, o ritmo e as necessidades da produção eram outros; produzia-se para atender a certas demandas e em uma velocidade e intensidade limitadas. As novas práticas comerciais como as corporações de ofício e as oficinas de manufatura conviviam com as estruturas feudais.

O capitalismo mercantil buscava sempre uma balança comercial favorável; era preciso que o volume das vendas superasse os gastos. Esse superávit era calculado em metais preciosos. As formas de lucratividade podiam se dar através da produção e venda das manufaturas ou do comércio de especiarias do Oriente. Quanto mais se vende e menos se compra, maior o volume de metais preciosos, essa era a lógica. Lucro significava mais ouro

e prata.

Os estados nacionais modernos surgem como aparato político para impulsionar essa fase do capitalismo comercial. As principais políticas desenvolvidas eram o protecionismo e o financiamento das viagens ultramarinas. Esses estados nacionais se tornavam mais fortes graças ao monopólio comercial e às políticas protecionistas. Os estados ibéricos, cujos vestígios feudais se mostravam latentes, eram incapazes de competir internacionalmente numa disputa comercial com a França e a Inglaterra, países cujo desenvolvimento capitalista se encontrava numa etapa de desenvolvimento manufatureiro e comercial bem maior.

Os reinos de Castela e Aragão, em parceria com as suas respectivas burguesias, investiram nas viagens ultramarinas para tentar dinamizar seu comércio com o Oriente, mas na América é que encontraram seu grande eldorado. Começaria a partir do final do século XV e iria até o século XIX a prática da rapinagem, como denominou o jornalista uruguai Eduardo Galeano no célebre *As veias abertas da América Latina*.

A América do Sul conhecia a violência e a superexploração espanhola; o Brasil, que faria parte da chamada América portuguesa, também sofreria uma colonização de exploração. Nesse momento de formação de capital mercantil primitivo, a burguesia, ainda incipiente, não se configurava como classe dominante.

Para Santos Neto¹, o capital comercial naquele momento histórico:

Não possuía condições para exercer poderio sobre o processo de produção pela mediação

1 Capital e trabalho na formação histórica do Brasil (2015).

de fatores essencialmente econômicos, como na época do capital industrial. A forma trabalho escravo era a única que permitia o desenvolvimento do capital nas regiões com reduzida disponibilidade de força de trabalho. Entender esse aspecto de nosso desenvolvimento é essencial para não sucumbir na leitura apressada e imaginar que se está longe do capital, deixando escapar que o escravismo moderno é pleno dos interesses do capital enquanto capital comercial. (Santos Neto, 2015, p. 78).

A escravidão não foi apenas a forma encontrada pelo Estado e pela burguesia lusa para explorar as terras e as riquezas no novo continente. A escravidão africana cumpre um papel relevante no desenvolvimento da economia inglesa. Escreve Santos Neto: “*A urgência de apropriar-se de trabalho excedente fez com que o capital recorresse à prática também da escravidão duma pequena parte da sua população nativa mediante as leis sanguinárias forjadas pelo Estado*”.

Essa política adotada pelo rei Eduardo VI em 1547 é apenas um exemplo de como os capitalistas ingleses lidaram com a escravidão. O porto de Liverpool, importante para o desenvolvimento da manufatura de Manchester e Birmingham, no século XVIII, era o principal ponto de comércio de escravos da Europa.

Diferentemente das narrativas da historiografia burguesa, nas quais o capitalismo comparece como um liberal da liberdade, a escravidão e o capitalismo não são antípodas. O capitalismo não encerrou a escravidão por razões humanísticas e éticas, mas por uma razão bem pragmáti-

ca: o trabalho assalariado se tornou mais lucrativo e viável².

O capitalismo e o liberalismo sempre conviveram com a escravidão. Cabe lembrar que durante o longo Segundo Reinado brasileiro (1840/1889), o partido liberal defendia a escravidão tanto quanto o partido conservador. Nos EUA, os revolucionários de 1776 queriam liberdade apenas para si e seu comércio, jamais para os negros, a quem consideravam sua propriedade. A escravidão naquele país só teve fim em 1864, após uma sangrenta guerra civil. O trabalho escravo na América foi um negócio de capitalistas ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis – tanto dos seus estados nacionais quanto de grandes banqueiros e acionistas.

Outro mito trazido pela historiografia comercial e por uma direita revisionista e mal-intencionada é o de uma escravidão criada pelos próprios africanos. Quem se informa pelo *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, do jornalista Leandro Narloch – esse parece ser o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro –, acredita que os negros se escravizavam na África e vendiam uns aos outros para os europeus. Ainda no seu *Guia*, Narloch afirma que os abolicionistas eram mais racistas que os escravocratas e que Zumbi dos Palmares era um ditador (um anacronismo barato e uma desonestade intelectual imperdoável).

Essa narrativa burguesa, mentirosa e desonesta com as fontes históricas, tenta legitimar o racismo e a exploração dos negros. É a nova face do discurso colonialista e do fardo do homem branco, “civilizando” através da meritocracia. É verdade

² Não cabe neste opúsculo uma discussão mais aprofundada acerca dessa problemática. Para um maior aprofundamento, recomenda-se a leitura de Capital e trabalho na formação econômica do Brasil (Santos Neto) e História da Riqueza do Homem (Leo Huberman).

que existiam nas formas de organização dos grupos originários da África relações escravistas, mas nada do que vimos da escravidão moderna na América se parece ou pode se confundir com as relações escravistas tribais africanas. Tanto o escravismo moderno quanto o das sociedades da antiguidade ocidental são modos de produção europeus.

Entender a resistência dos negros escravizados no Brasil significa reconhecer a luta desses nossos ancestrais pela sua liberdade, jamais se conformando ou aceitando pacificamente a condição imposta pelo branco.

A herança escravista, segundo o sociólogo Jessé Souza, é a pauta mais imediata que devemos resolver. O racismo estrutural do qual trata Sílvio Almeida é não apenas um mal terrível, capaz de ter matado de depressão o escritor Lima Barreto, mas também uma política de Estado. Os pretos são as principais vítimas da polícia e têm os piores empregos; as mulheres pretas compõem um lumpemproletariado formado por domésticas, diaristas, empregos precarizados, padecendo de todo tipo de carência. Mesmo passado mais de um século do fim da escravatura, o capitalismo ainda lucra com o sangue e o suor do povo preto e ainda o priva de desenvolver todo o seu potencial, sua inteligência e capacidade.

É preciso, mais do que nunca, entender que resistir, enfrentar e lutar contra o racismo é um dever, uma obrigação de todo ser humano que preserva em si a humanidade. A resistência antirracista, como entendem Clóvis Moura e Sílvio Almeida, é necessariamente antiliberal e contra suas políticas de austeridade.

CAPÍTULO II

OS QUILOMBOS E AS REVOLTAS ESCRAVAS NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO

2.1 A condição do escravo no Brasil

Quem são estes desgraçados
 Que não encontram em vós
 Mais que o rir calmo da turba
 Que excita a fúria do algoz?
 Quem são? Se a estrela se cala,
 Se a vaga à pressa resvala
 Como um cúmplice fugaz,
 Perante a noite confusa...
 Dize-o tu, severa Musa,
 Musa libérrima, audaz!...
 Senhor Deus dos desgraçados!
 Dizei-me vós, Senhor Deus,
 Se eu deliro... ou se é verdade
 Tanto horror perante os céus?!...
 Ó mar, por que não apagas
 Co'a esponja de tuas vagas
 Do teu manto este borrão?
 Astros! noites! tempestades!
 Rolai das imensidades!
 Varrei os mares, tufão!
 (Castro Alves, "Navio Negreiro")

Para Aristóteles, os homens livres se diferenciavam dos escravos por serem providos de vontade e inteligência; os escravos, por sua vez, tinham uma alma vegetativa, não passando de coisas. Como dito antes, para o estagirita isso era uma condição

natural. Historicamente, a condição da escravidão esteve associada sempre a uma forma de trabalho compulsório, sem nenhum direito, e à coisificação dos indivíduos escravizados. O escravo, para ter a condição social de escravo, precisava ser considerado propriedade de alguém, e como coisa e propriedade, podia ser vendido, trocado, penhorado, utilizado como o seu dono bem quisesse. Segundo o historiador Ciro Flamarion Cardoso (*in Linhares, 1990, p. 80*), “esta característica transforma o escravo legalmente numa coisa”.

No caso do Brasil, os escravos começaram a chegar de forma mais numerosa na segunda metade do século XVI, em 1580. As Ordens Filipinas passaram a regular o comércio de compra e venda de escravos. Curiosa e tragicamente essa regulamentação estava no mesmo capítulo que tratava de comercialização de animais (Freitas, Décio, 1984, p. 21).

O calvário dos homens e das mulheres sequestrados no continente africano começava na viagem, nos chamados tumbeiros ou navios negreiros. Durante o percurso, que durava em média três meses, os negros não podiam ocupar a proa do navio; os que se revoltavam e os doentes eram jogados ao mar. O tratamento era o pior possível. A “mercadoria” viva precisava chegar à terra de Colombo.

Ao tratar da condição do escravo em seu livro *Palmares A guerra dos Escravos*, o historiador Décio Freitas expõe o aparato jurídico e ideológico erguido sobre as relações de produção escravistas. O trabalho escravo na colônia portuguesa foi um fator decisivo para construir a riqueza da burguesia europeia e, por conseguinte, para desenvolver o capitalismo. Esse aparato legal, responsável por legitimar a escravidão negra, coexistiu com os

princípios de liberdade defendidos pelos teóricos iluministas e por alguns célebres pensadores e políticos, como bem mostrou o historiador italiano Domenico Losurdo no seu livro *Contra a história do liberalismo*.

Para atestar que o liberalismo político e a escravidão não são antípodas, pode-se observar o caso da independência dos EUA, em 1776. Os fundadores da república estadunidense, batalhares e símbolos do ideal libertário, mantiveram a escravidão por mais de um século, sendo preciso que ocorresse uma guerra civil entre 1861 e 1864 para pôr fim à escravidão naquele país.

No caso específico do Brasil, último país do mundo a abolir a escravidão, é preciso lembrar que no século XIX, quase trezentos anos após as Ordens Filipinas, a lei havia reificado ainda mais a condição dos homens e mulheres na condição de escravos. Freitas (1984) menciona o argumento do jurista Barros Cobra, em 1870, para defender a escravidão por nascimento, comparando o filho de uma mulher escrava com o filhote de qualquer animal. Para ele, nos dois casos – o filho de uma escrava e um filhote de animal – estava mais do que claro que se tratava de propriedade do senhor. Nesse mesmo ano de 1870, no reinado de D. Pedro II, foi criada a lei hipotecária, que dava ao senhor o direito de hipotecar a escrava e seus futuros filhos.

A produção de cana-de-açúcar no Nordeste, a exploração do ouro nas Minas Gerais e em Mato Grosso, a produção cafeeira no oeste paulista e no Rio de Janeiro, e toda a riqueza produzida durante todo o período colonial e imperial só foram possíveis graças à força da mão de obra dos negros³

³ Cabe sempre a ressalva de que houve escravidão indígena durante todo o período colonial. As relações políticas, os interesses pela

. Inicialmente, os escravos trabalhavam dia após dia, horas a fio, e gastavam todas as suas energias vitais na produção. O trabalho durava do nascer do sol ao anoitecer, de domingo a domingo. Nem os convertidos ao cristianismo tinham direito a guardar domingos e dias santos.

Esse quadro desumano e absolutamente brutal levou ao surgimento de forças de resistência as mais diversas no interior da colônia; revoltas aconteciam em número e radicalidade crescentes. Como veremos mais adiante, nem todas as revoltas buscavam a abolição da escravatura; essa pauta surge quando a realidade concreta e objetiva permitiu à população preta uma organização e um acúmulo de lutas capazes de efetivamente colocar a abolição no campo do possível. Boa parte das revoltas buscava pressionar os senhores a negociar melhores condições de trabalho, nas senzalas e engenhos.

A forma mais ameaçadora e comum de revolta na colônia, contudo, foi o quilombo, que representava claramente uma alternativa à forma capitalista de produção e organização societária. Possuía organização política e modelo econômico próprio; diante do cenário mais vil, bárbaro e tortuoso já criado pela humanidade, o quilombo surgia como perspectiva de vida, possibilidade de se alimentar, constituir família, preservar práticas culturais e religiosas – o extremo oposto do que era a vida no sistema escravista.

No modelo econômico da *plantation*, criado pela estrutura de agroexportação da Coroa portuguesa e que atendia aos mão de obra africana, a presença jesuítica e as proibições da escravidão indígena que provocaram a Revolta de Beckman (1684) e a Aclamação de Amador Bueno (1641) não cabem neste opúsculo, pois aqui se objetiva tratar tão somente da escravidão africana.

interesses dos capitalistas europeus, os gêneros alimentícios não eram prioridade. A terra estava voltada para atender aos interesses das metrópoles. Com a carência interna de produção de alimentos, boa parte dos escravos passava fome e tinha de suplir por comida a fim de sobreviver. Alguns ousavam, numa ação desesperada e perigosa, beber do azeite doce que iluminava as lamparinas, lambendo os candeeiros. Mesmo esse banal delito não passava impune e quem tivesse tamanha ousadia não ficava sem punição. Alguns amos trocavam o azeite por óleo nauseabundo para impedir esse “ardil” dos escravos.

O quilombo, como mostram Flávio Gomes, Ciro Cardoso e Clóvis Moura, entre outros historiadores, tinha como razão da sua existência a produção de uma agricultura voltada para alimentar a sua população, dos quilombos nas fronteiras do Amapá com a Guiana, que possuíam grandes roças de cultivo de mandioca e produção de farinha, passando pelos quilombos do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão e Bahia, todos possuíam uma base de campesinato. A produção visando à autossuficiência e à segurança alimentar dos pretos era uma forma oposta ao modelo de produção do capital mercantil; neste, a colônia deveria produzir para atender às necessidades imediatas da metrópole e dos seus financiadores.

A objetificação e a desumanização de seres humanos para servir aos propósitos do capital são inerentes ao próprio sistema; só assim é possível gerar o mais-valor. Não há concentração de riqueza que não venha da ampliação da miséria; a fortuna construída pelos detentores do capital está suja do sangue de milhões de pessoas. A única forma de o burguês dormir tranquilo – diz o sociólogo Jessé Souza (2018) no livro *A classe média no espelho*

– é não vendo essas pessoas como iguais, como seres humanos, senão como um amontoado de coisas descartáveis, mera matéria orgânica.

No caso do Brasil e da escravidão moderna, a ideologia escravocrata foi fundamental para a reprodução do capital. Na medida em que naturalizava e desumanizava seres humanos, permitia que nas costas dessas pessoas todo tipo de castigo fosse utilizado para garantir a produtividade.

Os castigos aconteciam pelos motivos mais torpes e por sadismo, mas essas não eram as principais razões, nem explicam tamanha violência. Para Freitas, os desumanos castigos a que os escravos eram submetidos eram “uma necessidade imposta irrecusavelmente pela própria ordem escravista, que de outro modo entraria em colapso. Pois, sem a compulsão do terror, o indivíduo não trabalharia nem se submeteria ao cativeiro.”(Freitas, Décio, 1984, p. 24).

Entre os castigos comuns estavam o “doce inferno”. Fosse homem ou mulher, o escravo “infrator” ficava com os pés amarrados, trabalhando próximo a caldeiras acesas 24 horas por dia, durante até oito meses seguidos.

Outro castigo comum era o bacalhau, o açoite com chicote de couro cru. Quando a falta era leve, a pessoa era colocada no tronco, amarrada pelos pés, mãos e pescoço, e ali ficava durante dias ou até semanas. Em alguns casos, os escravizados eram amarrados em posições desconfortáveis e deformantes, e assim eram deixados por meses.

Durante todo o ano, segundo Freitas (1984), os escravos tinham apenas cinco dias de folga (Natal, Epifania, Páscoa, Ascenção e Pentecostes). Esses cinco dias de descanso não significam que a Igreja fosse sensível à condição dos escravos. Segundo

Freitas: “teólogos e juristas se empenhavam em intermináveis controvérsias para saber se em caso de ressurreição o escravo conservava a liberdade adquirida através da morte natural.”(Freitas, Décio, 1984, p. 21).

A máscara de folha de flandres impedia que os escravos comessem ou bebessem. Era feita de aço laminado e tinha apenas pequenos orifícios por onde se poderia respirar. A máscara era usada também para impedir os casos de geofagia, hábito de comer terra, pois isso provocava uma infecção que impedia os escravos de trabalhar.

Quando os castigos tinham o propósito de extrair confissões, a praxe era usar os “anjinhos”, anéis de ferro que comprimiam os polegares à medida que um parafuso era torcido. Essa tortura era comum; qualquer “deslize” era motivo para castigo: o erro em um tempero, dormir demais, cansar-se durante o trabalho e descansar um pouco mais, descumprir uma ordem, esquecer-se de levar um recado etc.

Também havia os castigos sádicos, motivados por vingança, raiva, para descontar a frustração, traição ou mesmo demonstrar força, virilidade; ou quando cometido pelas moças, vingar-se das mulheres escravas por serem desejadas por seus maridos ou pretendentes. Entre os mais vis castigos e atos de sadismo estavam: castração, extração dos olhos, queimaduras com ferro quente ou fogo, marcar o rosto com fogo, arrancar os seios de mulheres negras que não pariam, concretar pessoas vivas, afogamentos, coices em barrigas de mulheres grávidas, jogar pessoas nas caldeiras vivas ou nas moendas, pauladas nas cabeças e besuntar pessoas com mel e amarrá-las em árvores para serem picadas por mosquitos.

Esses castigos, diz Keila Grinberg⁴, ficavam a cargo do senhor, que tinha, pelas Ordenações Filipinas de 1603, a prerrogativa de castigar seus escravos como melhor lhe conviesse. Tanto o direito quanto o costume lhe permitiam aplicar castigos físicos. Entretanto, a Coroa e alguns jesuítas alertavam para os excessos de violência aplicados em alguns castigos. A preocupação aqui, não nos enganemos, não era com a vida dos negros, mas com a baixa produtividade que poderia resultar do uso desmedido de castigos físicos,

Keila Grinberg, no seu artigo “Castigos Físicos e Legislação”, traz a advertência do jesuíta italiano Jorge Benci:

O escravo calejado com o castigo já não o teme; e, porque não o teme, não lhe aproveita. Haja açoites, haja correntes e grilhões, tudo a seu tempo e com regra e moderação devida, e vereis como em breve fica domada a rebeldia dos servos (Grinberg, Keila. *In: Schwarcz, Lilia, Gomes Flávio, 2019, p. 144*).

A preocupação do jesuíta em momento algum é com o bem-estar e a integridade física dos escravos, mas com a eficiência desses castigos no sentido de melhorar a produtividade. O mesmo se pode dizer do título 95 do livro V das Ordens Filipinas, que dava aos senhores o direito de castigar seus escravos como quisessem, sem normatizar e detalhar como seriam tais castigos. Como nos códigos da Espanha e da França para suas colônias, a Coroa portuguesa apenas recomendava cuidado nos

⁴ Grinberg, Keila. *In: Schwarcz, Lilia, Gomes Flávio, 2019, p. 144.*

excessos e alertava sobre os riscos de insubordinação e rebeldia escrava que o abuso da força pelos senhores poderia trazer.

2.2 Revoltar-se é preciso. mas, e depois, para onde ir?

Um erro grave ao tratar da história da escravidão no Brasil é a simplificação que assevera que os indígenas não aceitaram a escravidão e que os negros já estariam acostumados com essa prática, já que seria comum na África que os negros submetiam tribos rivais à escravidão. Esse é um duplo erro: o primeiro está no que fica implícito, quando se afirma que os índios não aceitaram a escravidão; ora, ninguém pode aceitar a escravidão. Por princípio lógico, a escravidão jamais será voluntária; ela é sempre uma relação de dominação extrema de uns sobre outros, e não uma subserviência extrema e voluntária.

Também cabe a ressalva de que houve escravidão indígena em todo o período colonial brasileiro; a resistência indígena motivou vários ataques dos portugueses, holandeses e espanhóis. O outro erro grave reside na afirmação de que a escravidão já era praticada pelos africanos. Isso pressupõe um modo de produção escravista na África que nunca existiu e confunde as relações escravistas tribais com a escravidão colonial moderna, colocando-as como coisas iguais. Trata-se de um erro crasso.

Os homens e as mulheres negras retirados compulsoriamente do continente africano pelos portugueses não eram escravos na sua terra natal e tampouco aceitaram a escravidão. A tentativa de tentar transpor o significado as relações tribais africanas de guerra e dominação para a escravidão colonial praticada pelas potências europeias na América, mais que um erro

analítico e anacrônico, é uma ação de má-fé.

Parte-se então do questionamento mais óbvio e simples: por que não fugiam? Responde-se com outra pergunta: fugir para onde? A fuga sempre esteve na ordem do dia dos negros da Guiné que habitavam a capitania de Pernambuco; o desejo de matar os senhores, de se rebelar, queimar as senzalas e destruir plantações certamente acalentava o coração de muitos desses homens e mulheres e embalava os seus sonhos. A realidade concreta, porém, impõe dificuldades extremas e exige uma coragem e astúcia que somente o desespero alimenta.

O desespero, o sofrimento, a falta de perspectiva alimentou em alguns daqueles homens e mulheres a coragem para se rebelar, matar seus senhores e fugir. O primeiro passo estava dado no final do século XVI, embora não se possa precisar exatamente o ano. Após esse primeiro passo, o segundo é não ser capturado por agentes dos senhores e do Estado, ficando sujeito às piores penas possíveis. Era preciso encontrar um lugar seguro, pouco conhecido, de difícil acesso, para ser transformado em fortaleza, e que também fosse fértil para prover o sustento.

Havia dois tipos de locais de fuga: os mocambos e os quilombos. Mocambo é um esconderijo, em geral onde é possível abrigar-se durante algum tempo. O quilombo, que deriva de kilombo, é uma fortificação protegida por guerreiros e mágicos, termos de grupos congo-angolanos. Os quilombos passaram a abrigar os fugitivos, negros e índios perseguidos pela justiça. Aproveitando-se da ocupação holandesa e dos conflitos gerados nas guerras entre forças luso-espanholas e flamengas, os negros conseguiam fugir. Os quilombos passavam a contar com maior organicidade e capacidade de defesa.

Um dos desses refúgios fortificados foi a serra da Barriga, em Palmares, hoje localizado na cidade de União dos Palmares, estado de Alagoas, então sul da capitania de Pernambuco.

2.3 A resistência no Quilombo dos Palmares

Palmares foi o mais importante quilombo; sua extensão e organização política se diferenciam em muito de um mocambo. Palmares era, antes de tudo, uma federação de comunidades de variados tamanhos; cada comunidade escolhia seu líder e conduzia seus negócios. Havia, por exemplo:

O quilombo de Acotirene (...), o quilombo de Dambrabanga (...), o quilombo de Zumbi, título concedido ao líder religioso e militar da comunidade; o quilombo de Aqualtune e o de Andalaquitche, respectivamente os nomes da mãe e do irmão de Zumbi, o quilombo de Subupira, base militar dos quilombos, a cerca real do macaco, o maior e mais importante quilombo dos Palmares, onde se localizava o núcleo político e atuava sua autoridade central, Ganga Zumba, “o Chefe Grande”⁵

Os primeiros habitantes de Palmares certamente tiveram muita dificuldade; era preciso fortificar e proteger o lugar e desenvolver meios para o próprio sustento.

⁵ Schwarcz Lilia, Starling, Heloisa, p. 97/98. *Brasil, Uma biografia*, São Paulo. 2018.

Décio Freitas afirma que:

Na sua marcha para a Serra, apenas haviam levado alguns poucos instrumentos de trabalho. Dedicaram-se à caça, à pesca, à recolheção de alimentos. Não passou muito tempo, criaram instrumentos de maneira para arrotear a terra (Freitas, Décio, 1984, p. 35).

Além dos instrumentos de madeira que desenvolveram já na serra da Barriga, e dos poucos que levaram, esses homens dominavam o conhecimento da agricultura e da metalurgia. O ferro, primeiramente conseguido através de ataques às propriedades escravistas, depois descoberto e fundido pelos próprios palmarinos.

Palmares combinou uma economia baseada na agricultura voltada para as necessidades do grupo e um pequeno comércio realizado com pequenas comunidades vizinhas, o objetivo era trazer para o quilombo itens que não poderiam ser plantados, mas que eram fundamentais aos palmarinos, como ferramentas de trabalho, utensílios para a fabricação de armas e munições e havia também os que entendiam de construção e metalurgia. Enquanto nas terras dos grandes senhores, donatários, agroexportadores se produzia basicamente cana-de-açúcar para a exportação, prevalecendo a monocultura que caracteriza a *plantation*.

Em Palmares, segundo Flávio Gomes (2020, p. 78)⁶, havia cultivo de feijão, mandioca, batata, milho, banana, e também de árvores frutíferas. Havia ervas e plantas silvestres, pro-

duzia-se óleo da palmeira pindoba, que era misturado à farinha de mandioca, quanto utilizado na iluminação dos quilombos. Os palmarinos também fabricavam cachimbos, cestos, canoas, cordas, lanças, flechas, facões, foices e enxadas. Esses produtos tanto serviam para atender às próprias necessidades, como para a troca e o comércio, permitindo aos aquilombados adquirirem o que mais fosse fundamental para o funcionamento do quilombo.

Em Palmares prevalecia o coletivismo: tudo pertencia a todos. Uma vez instaladas, as famílias recebiam terras nas quais deveriam produzir e entregar uma parte à comunidade. Na divisão social do trabalho, os homens eram os produtores e as mulheres cumpriam um papel importante de organização, supervisão e coordenação do trabalho.

Décio Freitas assim explica o funcionamento de um mocambo que compunha o quilombo:

A produção se destinava fundamentalmente ao consumo da família, mas, ao mesmo tempo, essa família estava obrigada a entregar ao mocambo, como comunidade, um excedente depositado em paiol situado dentro da cidadela. O excedente se destinava ao sustento dos produtores não diretos e aos improdutivos em geral: chefes, guerreiros, prestadores de serviços, crianças, velhos, doentes. Produzia-se, ainda, um excedente destinado a acudir a emergências, como secas, pragas, ataques externos (Freitas, Décio, 1984, p. 37).

A sociedade colonial brasileira se baseava em valores patriarcais europeus; esses valores davam ao homem poder sobre a família. No caso das famílias dos escravizados a situação era pior,

6 Gomes, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil*. Claroenigma. São Paulo. 2020.

pois os senhores procuravam a todo custo obstar casamentos de pessoas escravizadas. Isso evitaria problemas em caso de venda de algum membro do casal; esses casamentos eram raros e geralmente careciam de uma permissão especial do senhor. Essa permissão era uma espécie de prêmio por serviços prestados, uma demonstração de fidelidade, ou se dava em casos de grande afinidade pessoal.

É importante ressaltar que as mulheres ocuparam papel importante nos quilombos e na história da resistência contra a escravidão, muitas vezes de forma dramática, como nos casos em que abortavam para não gerar filhos escravos, mesmo que isso lhes custasse a vida. Há uma discussão na historiografia sobre o papel e a extensão da poliandria em Palmares, mas essa prática, comum nos primeiros anos de Palmares, quando eram escassas as mulheres, não anula e muito menos diminui a luta das mulheres palmarinas contra a escravidão e o colonizador. Essa luta também não se circunscreve apenas a Palmares, mas é vista também nos quilombos de Minas Gerais e Mato Grosso e na resistência das mulheres baianas em todo o século XIX.

A possibilidade do trabalho livre, sem castigos, para sustentar a família e viver de forma digna certamente era atraente para os negros que estavam sob o domínio do chicote e do pelourinho, contudo, não podemos desprezar os riscos em caso de fuga. Para os que fossem capturados cabiam os piores castigos, e caso sobrevivessem, a vida seria um tormento.

Os líderes de Palmares não negavam abrigo e proteção aos negros que lá chegassem, mas deviam se cercar de cuidados, pois, lembremos, em troca de alforria e de uma vida mais confortável, alguns negros poderiam se sujeitar ao papel de trai-

dores e poderiam delatar os fugitivos. O esconderijo de Palmares era deveras precioso; não se podia correr risco algum. Por isso alguns negros recém-chegados no Macaco (serra da Barriga) passavam por um período de testes, no qual deveriam provar lealdade e se submeter às ordens dos seus líderes, sem direito a participação nenhuma em aspectos políticos ou logísticos. Uma vez provada a lealdade e as intenções reais de viver na república palmarina, esses homens passavam a ter os mesmos direitos de todos na comunidade, sendo incorporados ao grupo.

A estrutura política de Palmares se baseia num modelo que combina democracia e centralização. Havia uma espécie de assembleia popular, formada por todos os cidadãos do Macaco. Os cidadãos escolhiam um conselho cujo número de integrantes poderia variar. Esse conselho escolhia um chefe que concentrava diversos poderes, porém, nas decisões cruciais, ele deveria consultar a assembleia popular.

O quilombo de Palmares se tornara famoso por suas constantes vitórias sobre as expedições europeias. A necessidade de derrotar Palmares levou à criação, no século XVII, da figura do capitão do mato. Este compunha uma milícia colonial, cujo objetivo era a captura e o assassinato de escravos, seguidos, quando possível, pela destruição do quilombo. Era comum que essas nefastas figuras roubassem os escravos, matassem cativos e inocentes, usassem para si o trabalho dos escravos e cometessem todo tipo de crimes, como se pode esperar de um miliciano em qualquer tempo histórico.

2.4 Invasões a Palmares

O quilombo dos Palmares foi atacado pelas grandes potências europeias dos séculos XVI e XVII, Portugal, Espanha e Holanda. O capital mercantil não poderia permitir a existência de outra forma de organização social que não estivesse submetida a seus interesses espúrios.

A primeira expedição portuguesa a Palmares ocorreu em 1612. Forças espanholas e portuguesas atacaram Palmares nos anos posteriores, até quando durou a União Ibérica (1640), entre os anos de 1644 e 1645. Foi então a vez de a Companhia das Índias Ocidentais, de Maurício de Nassau, atacar o principal refúgio dos escravizados da América portuguesa. A partir de 1670, os ataques passaram a acontecer todos os anos e de forma sistemática; os europeus temiam a fama da Palmares, as consequências que poderia suscitar, como o aumento de rebeliões de escravos, o que ameaçaria a existência do escravismo na América (Schwarcz, Lilia; Starling, Heloisa, 2018, p. 101).

Os europeus não paravam de acumular derrotas; então decidiram mudar a tática. Em 1678, representantes da Coroa portuguesa apresentaram uma proposta ao líder dos palmarinos, Ganga Zumba, reunidos na cidade de Recife. Lusitanos e palmarinos selaram um acordo de paz, aceito por Ganga Zumba. Os portugueses não atacariam mais o Quilombo, que àquela altura contava com cerca de 20 mil pessoas, desde que os resistentes entregassem todos os escravos não nascidos em Palmares e não aceitassem novos fugitivos, colaborando assim com os capitães do mato. Portugal garantiria ainda alforria e terras, sob a forma de sesmarias, aos nascidos em Palmares.

O “Acordo de Recife” foi fundamental na derrota pos-

terior do Quilombo dos Palmares, pois anulou a unidade que até então havia na grande república palmarina. Zumbi se opôs veementemente ao acordo; outros líderes também se sentiam traídos e vendidos pelo acordo. Ganga Zumba foi julgado pela república de Palmares e considerado traidor. Coletivamente se decidiu pelo seu envenenamento e pela continuidade da resistência às investidas portuguesas. Os quilombolas seguiram livres e resistentes; foram 69 batalhas entre os grandes impérios europeus e os palmarinos, com vitória para os quilombolas em todas.

Desde o início do século XVII, portugueses e espanhóis buscaram plantar em Palmares a traição, a delação e o entregismo. Conhecer as estratégias e a organização dos quilombolas era crucial para as intenções lusas. Depois de acumular derrotas e de tantas investidas, em 1694, um ataque comandado pelo bandeirante Domingos Jorge Velho sitiou Palmares por 42 dias, utilizando-se de poderosos canhões e do que havia de melhor em armamentos, Palmares foi destruído. No ano seguinte, no dia 20 de novembro de 1695, Zumbi teve sua cabeça arrancada; sua companheira, a guerreira Dandara, também foi morta (Schwarcz, Lilia; Starling, Heloisa, 2018, p. 102).

A notícia da morte de Zumbi foi anunciada em todos os lugares da colônia. Deveria ser o definitivo silenciamento dos negros e o fim dos movimentos de quilombolas. Ledo engano, pois a resistência em Palmares continuou em 1696, agora sob o comando de Camoanga, que liderou o quilombo de Quissama (este serviu de refúgio aos palmarinos) até 1703, quando foi morto em combate.

O imperialismo europeu pretendia fazer da Cerca Real do Macaco um exemplo do que poderia acontecer com escravos

fugitivos. Uma vez que os ataques a Palmares aumentavam, tanto em número quanto em capacidade bélica, e as forças de repressão conseguiam efetivamente fazer a ocupação de Palmares, os quilombolas seguem recuando e buscando outros refúgios; alguns chegaram a montar seus mocambos na província da Paraíba.

Toda a violência e poder militar aplicado em Palmares não significou o fim da resistência e dos quilombos nas Alagoas. Segundo Flávio Gomes (2019)⁷, em artigo publicado no seu dicionário da escravidão, escrito em parceria com Lilia Schwarcz, até 1736 Alagoas teria notícias de quilombos na serra da Barriga. Diz ainda o historiador que em 1832, os negros que lutavam na Cabanada, contra a centralização do Estado regencial, eram netos e bisnetos dos remanescentes de Palmares e habitavam a mesma região.

Mapa de Palmares⁸



2.5 A escravidão e a resistência no Rio de Janeiro: Quilombo da Serra dos Órgãos

Clóvis Moura, um dos grandes estudiosos dos quilombos e da resistência dos negros no Brasil, contestava a versão de que no Rio de Janeiro houve uma menor resistência à escravidão devido a uma espécie de benevolência astuciosa de seus senhores. O que houve, para o historiador, foram algumas dificuldades concretas, como as profundas diferenças étnicas nos grupos que compunham os escravos no Rio de Janeiro.

7 Schwarcz, Lilia; Gomes, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. Companhia das Letras. São Paulo. 2019, p. 370.

8 Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/palmares-ca-1605-1694/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

As dificuldades se tornaram muito maiores quando o Rio se tornou capital do império português na América, em 1763. A partir de então, os escravos fugidos teriam de enfrentar o Exército, depois a Marinha, posteriormente a Guarda Nacional, as milícias, muitos mercenários europeus, patrulhadores de escravos, polícias etc. Quando a família real chegou ao Rio de Janeiro em 180, as preocupações aumentaram, pois a sede do poder não poderia ficar refém de ações coordenadas de escravos.

As revoltas não deixaram de acontecer, mesmo com toda a capacidade da Coroa, com seus mercenários milicianos e suas forças regulares, de impor uma forte repressão. O aparato militar português e senhorial conseguiu mudar o caráter e a qualidade das revoltas, as quais se limitavam a ações de indivíduos, sem muita organização ou/e projetos políticos, restringindo-se muitas vezes àquilo que os historiadores João José Reis e Eduardo Silva chamaram de fugas reivindicatórias, quando a fuga não se constitui em luta coletiva pela liberdade, mas apenas intenta forçar os senhores a algumas concessões⁹.

Toda a estrutura policial em torno da cidade do Rio de Janeiro, além de procurar salvaguardar a sede administrativa do Império de revoltas, também se justificava pelas dificuldades encontradas no século XVII para destruir o quilombo da serra dos Órgãos.

As primeiras notícias do quilombo da serra dos Órgãos

9 Ana Carolina de Rezende. Fuga de Escravos na Comarca do Rio das Mortes, primeira metade do século XIX. Universidade Federal de São João Del Rei, 2013. Dissertação de mestrado, disponível em: <https://ufs.edu.br/portal-repositorio/File/pghis/DissertacaoAnaCarolineRCosta.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

são de 1650; aquele ajuntamento perpassava o rio Guandu e o rio Paraíba. Os quilombolas praticavam furtos em áreas rurais de Iguaçu, Jacutinga, Sarapuí, Miriti e Campo Grande. Nessas regiões se produziam açúcar, mandioca e outros gêneros alimentícios. Os engenhos passavam por crise econômica, e os escravos sentiam na pele tanto o aumento da carga de trabalho quanto a precariedade da alimentação, cada vez mais escassa. O quilombo era a alternativa para não morrer de fome, e a violência era a única forma de evitar uma recaptura.

Os quilombolas frequentemente uniam-se aos indígenas, com quem mantinham uma série de relações de troca e favores. Não era raro que índios auxiliassem escravizados na fuga para as florestas. Também havia troca de gêneros alimentícios e de outros produtos necessários à sobrevivência de ambos.

A manutenção de um quilombo não era nada simples; não é possível comprar nem vender livremente, embora seja possível plantar legumes, tubérculos, raízes e frutas. Também é necessário pólvora para defender o quilombo, adquirir instrumentos de trabalho, ferro, vestimentas etc. Escravizados aquilombados, sem direito a salário e perseguidos com risco de morte, roubavam e assaltavam para conseguir o que fosse preciso para a proteção e a subsistência do quilombo. Alguns dos assaltos terminavam em morte. Em 1650, as mortes do barqueiro João Alves Pereira e do pardo Valério Negrão foram atribuídas aos quilombolas. As duas mortes serviram como ardil e justificativa para uma guerra contra a população da serra dos Órgãos que duraria meio século.

Em 1659, uma expedição custeada pelos grandes produtores de açúcar do Rio de Janeiro, preocupados com a influência

cia dos quilombolas na disciplina dos seus escravos, pretendia exterminar os quilombolas. A expedição, liderada pelo capitão do mato Manoel Jordão da Silva, contava com uma centena de infantes, mais 150 negros levando os suprimentos e prontos para entrar em batalha. O governador Tomé Correia de Alvarenga (1657/59) prometia aos soldados que fossem à serra dos Órgãos uma recompensa de um terço do valor dos escravos fugitivos capturados, bem como todos os “filhos dos pretos” nascidos nos mocambos.

Em relação ao que ocorreu nessa operação de 1659, há pouquíssimos registros e nada de muito esclarecedor, admitem Clóvis Moura, Flávio dos Santos Gomes e Vivaldo Coaracy. Eles são unâimes em afirmar que a expedição não destruiu o quilombo da serra dos Órgãos, já que uma década depois, em 1669, houve nova tentativa de invasão e destruição daquele ajuntamento, agora sob o comando de Atanásio Pereira.

A nova investida não teve melhor sorte que a primeira, e o quilombo continuou de pé até 1699, quando não pôde resistir à invasão promovida pelo governador Artur de Sá de Meneses. Na operação foram mortos até mesmo os escravos que não resistiram. A chacina foi criticada pelo próprio governador, o que revela a repercussão negativa do modo operante das forças governamentais, bandeirantes e senhores de engenho contra os aquilombados.

2.6 A região das Minas: a escravidão e a resistência na exploração do ouro

No século XVIII, os portugueses conseguiram encon-

trar o seu eldorado, procurado desde o período pré-colonial. A região, hoje conhecida como Minas Gerais, tinha ouro em abundância. Em torno desse metal precioso passou a ser organizada uma estrutura administrativa de cobrança de impostos e de controle sobre o comércio. Logo foram criadas as casas de fundição, onde o ouro deveria ser transformado em barras. O objetivo era limitar o comércio direto da bateia e o contrabando, e estabelecer o valor que cada vila deveria pagar em tributos.

O imposto padrão para transações comerciais realizadas pela colônia era o quinto, ou seja, 20% do valor do produto, mas no caso de Minas se estabeleceu também uma cobrança anual de cerca de cem arrobas de oura por vila. O ouro encontrado na região das Minas, no Brasil do século XVIII, chegou a provocar uma revolução nos preços na Europa e foi extremamente importante para a Revolução Industrial que aconteceria na Inglaterra.

Diferentemente do que muitos podem imaginar, essa atividade tão lucrativa, que encheria de ouro as igrejas barrocas e os cofres ingleses, não existiria sem a mão de obra escrava. Para se ter uma melhor noção do aumento da mão de obra de escrava, é interessante observar que entre 1710 e 1720 as contagens de escravos elaboradas para calcular o quinto real apontava a existência de aproximadamente 31.500 escravos; em 1749 esse número estava entre 88 mil e 102 mil.

A extração do ouro abria espaço para um mercado paralelo, por isso a Coroa portuguesa precisou intensificar a repressão. Os escravizados eram os mais penalizados. Estima-se que dos 320 mil habitantes da capitania de Minas em 1776, 52% eram negros e 25% mulatos. Esses negros, em sua maioria escravos, poderia comprar a alforria vendendo ouro para terceiros. A

mão de obra escrava era essencial à atividade mineradora, não se podia correr o risco de negros forros debandarem.

Para atender à nova demanda de escravos da colônia fez-se necessária uma transformação no tráfico de escravos, um remodelamento das relações escravistas na América portuguesa.

A descoberta das jazidas auríferas e diamantíferas nas terras do interior do Brasil, notadamente nas Minas Gerais, modifica sensivelmente o sistema do tráfico, que se prolonga muito além do simples, venda e troca e desembarque. Chamam-se com frequência “tratantes” aos comerciantes menores, cujo papel é o de servir de intermediários entre os grandes importadores do litoral e as necessidades de escravos nas zonas mineiras. A explosão de preços encoraja o aparecimento de um novo mercado de transferência: o tráfico interno (Mattoso, Kátia Queirós. São Paulo, 1990, p. 57).

A dinâmica da atividade aurífera inviabilizava um controle total e absoluto do escravo. Por mais cautelosas que fossem as medidas, por maiores que fossem as ameaças, mesmo as mais habilidosas negociações com os negros não eram capazes de impedir que escondessem ouro e o vendessem a fim de comprar a própria alforria e as de seus entes queridos.

Em 1740 a quantidade de negros forros em Minas era de 1,5%; em 1780 já era de 41%. Na tentativa de impedir essa escalação inevitável, a administração portuguesa e os senhores das minas usaram de todos os expedientes – da negociação, com direito até a pagamento e a recompensa, ao uso da violência extrema

contra os que fossem pegos negociando ouro. A fuga passa a ser uma questão de primeira ordem. Assim se formaram centenas de quilombos em Minas Gerais.

A fuga, por si só, representava uma oposição ao sistema escravista, pois afirmava a humanidade do escravizado, e do ponto de vista econômico e político, abalava a estrutura do sistema, forçando os senhores de escravos e o Estado a pensarem em formas de captura e de repressão. O quilombo é por excelência a negação da reificação do escravizado.

Durante o século do ouro em Minas Gerais, os quilombos comportaram vários escravizados fugidos. Segundo Carlos Magno Guimarães, durante esse século existiram aproximadamente 127 quilombos em Minas Gerais, alguns descobertos por acaso, como o da Casa da Casca, de Araçaú, na divisa com a Bahia, e o do Pitangui. Sempre que descobertos, esses quilombos eram atacados e destruídos. É importante destacar que no regimento de Minas, quilombo era toda habitação que abrigasse escravos fugidos.

Uma carta régia de Gomes Freire de Andrade, de 6 de março de 1741, dizia que “se repute por quilombo toda habitação de negros fugidos que passem de cinco em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados”. O que importa aqui é menos o local “quilombo” e mais quem está nele; o quilombo não é exatamente um lugar onde haja fortificação, onde algo seja levantado; é sim todo e qualquer lugar onde haja escravo fugido.

A presença de elementos livres no quilombo não descaracterizava o quilombo; não raro se encontram brancos livres, fugitivos da justiça, escondidos nos quilombos em Minas. A presença de homens brancos e livres em quilombos foi relatada em 1737

pelo governador Martinho de Mendonça; em 1751, acusados de devassa, se refugiaram no quilombo do Sapucaí. Na destruição do quilombo da Tábua, em 1769, estavam sete pretos e um branco. Os brancos que recorriam ao quilombo, em geral, fugiam da justiça, das acusações por parte da Coroa de não pagarem os altos impostos e de venderem ilegalmente o ouro que encontravam.

O roubo era um elemento de sobrevivência daqueles não eram donos de terras e não detinham nenhum meio de produção para garantir as condições de sua existência na colônia. O quilombo era o lugar dos desvalidos, da arraia-miúda e de toda sorte de miseráveis. O que unia o negro fugido, o ladrão, brancos paupérrimos e tudo quanto era condenado? A resposta é bem simples: a necessidade de se alimentar, de se proteger da truculência de senhores e das autoridades, de não morrer de fome nem de açoite.

Os quilombos nas Minas Gerais, além de servir de proteção contra os ataques da lei e da ordem, da justiça, dos senhores e da Coroa, também conseguiam prover alimentos: cereais, tubérculos, frutos etc. Quando não cultivados, os alimentos também podiam ser roubados. No caso do roubo, tanto quilombolas quanto escravos podiam realizar e repassar para os quilombolas.

Apesar de praticarem a agricultura, o roubo também era fundamental para garantir que todos pudessem comer. Esse roubo, cabe lembrar, nada mais é do que se apropriar de parte da produção realizada com mão de obra escrava, na qual a mão de obra negra nada recebia, exceto os castigos já aqui citados. Também havia alimentos de origem animal, em geral conseguidos através da caça, da pesca e da criação de animais, a depender do local do quilombo.

Os quilombos, seja em Palmares ou em Minas Gerais, constituíam outra forma de organização social, um modelo econômico alternativo à escravidão, outra forma de organizar a sociedade, onde todos trabalham e cooperam e ninguém vive do trabalho alheio e à custa do morticínio e da violência. Essa forma de organização – sem o mais-valor, onde os pretos produziam e comiam, onde a prioridade era atender às necessidades e não a um mercado europeu e seus bancos flamengos e ingleses – punha em xeque a ordem burguesa, seu modelo social e econômico, sua moral, religião e toda a estrutura que o sustentava.

A existência de outro modelo de sociedade no seio do mundo escravista, a demonstração de que era possível se organizar, lutar, comer e viver no quilombo, era uma ameaça a todo o sistema escravista. Por isso os quilombolas não podiam ser perdoados, mesmo que o quilombo fosse pequeno e não representasse perigo militar, nem invadisse as vilas. A sua destruição era necessária para a estruturação da ordem escravista; suas lideranças deveriam ser mortas; suas memórias, soterradas e abafadas. Todo quilombola deveria ser encarado como inimigo e bandido.

O quilombo, além dos escravizados fugidos, também foi lugar de refúgio de procurados pela justiça, alguns deles criminosos. Em relação a isso, cabe atentar para a reflexão de Eric Hobsbawm na sua obra *Bandidos*, na qual o historiador trata do fenômeno do banditismo social. Anota Hobsbawm: “a palavra bandido provém do italiano *bandito*, que significa um homem ‘banido’ posto fora da lei, seja por qual razão for”.

Hobsbawm mostra que a história do banditismo está vinculada à história do poder, sendo o bandido aquele que desobedece à ordem socioeconômica vigente. Já o Estado, segundo

o intelectual inglês, assume o lugar de proteção da propriedade, que antes que cabia aos antigos senhores e suas guardas pessoais. É preciso entender que aqui, ladrões, devedores, saqueadores, os condenados da justiça que procuravam proteção nos quilombos, compunham um bando de miseráveis, cuja condição precária encontrava apoio e proteção no quilombo.

Desde o início da atividade aurífera e o aumento da escravidão nas Minas – com escravos vindos dos portos de Salvador e do Rio de Janeiro –, houve resistência de todas as maneiras e sabotagem de todas as formas, como quebrar as ferramentas de trabalho, fugas rápidas, diminuição proposital do ritmo da faiçação, furtos de comida, desobediência explícita etc. Todas essas formas de resistência atormentavam os patrões, mas nada era mais temido que o quilombo; não raro, os senhores e agentes do Estado atentavam para o risco de um novo Palmares. Em Minas Gerais, o quilombo que impôs maior resistência foi o de Ambrósio.

2.7 O Quilombo de Ambrósio

O Quilombo de Ambrósio estava localizado na serra da Canastra, a noroeste do município de Campos Altos, e chegou a contar com mais de mil habitantes, tendo uma organização interna baseada na disciplina e no trabalho comunitário.

Segundo Clóvis Moura (2013)¹⁰, os negros trabalhavam de acordo com a sua especialidade:

10 Clóvis Moura. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

Havia os excursionistas, os exploradores que saíam em grupos de trinta, mais ou menos, e assaltavam fazendas ou caravanas de diamantes; havia os campeiros ou criadores, que cultivavam o gado; havia os caçadores ou magarefes; os agricultores que cuidavam da roça e plantações; os que tratavam os engenhos, da fabricação de açúcar, aguardente, azeite e farinha (Moura, Clóvis. São Paulo, 2013, p. 33).

Tudo era de todos. Diferentemente da lógica da produção internacional capitalista de acumulação, concentração e dominação de uns sobre os outros, no Quilombo de Ambrósio todos trabalham, todos comem, ninguém vive do trabalho alheio e ninguém é escravo.

Esse quilombo tem o nome de seu líder e chefe, Ambrósio – cujas origens não se conhecem, embora tudo a leve a crer possua origem africana. Constituía também a hierarquia administrativa responsável, entre outras coisas, pela divisão de suprimentos e de tudo o que a comunidade conseguia.

Quando os quilombos estavam ameaçando a ordem escravista vigente e representavam outra forma de produção e de organização social, Gomes Freire de Andrade, general português, ordenou aos capitães-mores e oficiais de distrito do sertão que combatesssem os quilombos que “infestavam” a região. A partir dessa ordem de 1741, a repressão aos quilombos aumentou expressivamente, o que fez pequenos quilombos procurarem proteção em Ambrósio.

A proteção do Quilombo de Ambrósio contava com valas nos pontos mais vulneráveis, formando verdadeiras trincheiras

onde os pretos ficavam escondidos. Também havia os pretos espiões, que ficavam em um morro a cerca de dois quilômetros do quilombo. Os espiões ficavam dentro de um buraco feito no morro e assim podiam observar sem serem vistos.

O Quilombo de Ambrósio havia se tornado uma federação de quilombos. A sua existência ameaçava o sistema de escravidão de Minas; é então que Gomes Freire, em 1748, decide acabar definitivamente com a sorte dos quilombolas e resistentes. Numa operação que contou com a liderança do próprio governador, o capitão Antônio João de Oliveira e mais de quatrocentos homens armados vindos de várias vilas e cidades mineradoras atacaram Ambrósio.

Em relação ao modo como se deu o ataque, conta Clóvis Moura:

A expedição marchou contra o Quilombo de Ambrósio e começou a destruir aqueles que se localizavam na periferia do quilombo principal, encontrando forte resistência. Finalmente, as tropas chegaram ao Quilombo de Ambrósio propriamente dito. Uma parte da guarda retirou-se para as matas; os que ficaram na resistência foram arrasados com armas de fogo e granadas. Como sempre nesses casos a carnificina foi enorme, não se respeitando mulheres e crianças (Moura, Clóvis, São Paulo. 2013, p. 34).

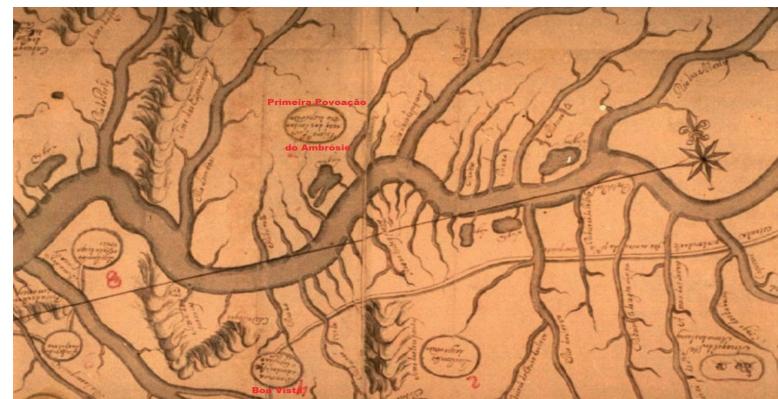
O quilombo tombou na sétima hora de ataque. As forças de Gomes Freire e Antônio João de Oliveira usaram a estratégia de terra arrasada, destruíram suprimentos, plantações, casas, armazéns e tudo o que pudesse significar vida para o Quilombo de Ambrósio. Muitos dos sobreviventes que haviam conseguido

fugir foram capturados e feitos prisioneiros depois.

O massacre do Quilombo de Ambrósio era uma resposta da região das Minas que não poderia haver mais um Palmares. Zumbi, mesmo morto, continuava a assombrar o sono daqueles que viviam do trabalho escravo. Palmares, e agora Ambrósio, mostravam que era possível existir outra forma de organização da vida e da produção. Essa prova de que é possível viver bem sem a forma capitalista de sociedade, sem o trabalho, representava uma ameaça a toda ordem e lógica do sistema.

O Quilombo de Ambrósio caiu, mas uma década depois estava erguido mais uma vez, agora com o nome de Quilombo Grande. Este acabou se associando à maior federação de quilombos já vista, o Quilombo do Campo Grande.

Mapa da primeira povoação de Ambrósio¹¹



¹¹ Disponível no endereço https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/primeira-povoacao-do-ambrosio-formigas-cristais-e-guape/attachment/primeira_povoacao_do_ambrosio_cristais-mg_1_20110625_2009418155/. Acesso em: 11 fev. 2025.

2.8 O Quilombo de Campo Grande

O Quilombo de Campo Grande, nove vezes maior que Palmares, foi o maior da história do Brasil; estendia-se entre as províncias de Minas Gerais e Goiás e estava localizado numa área compreendida entre rios. Não era apenas um quilombo, mas uma série deles, interligados por interesses de toda sorte, da proteção às relações comerciais e sobrevivência. Todas as relações tinham como objetivo a proteção da vida dos quilombolas, através do seu sustento e da sua integridade física, sempre ameaçada pelas forças de repressão do governo de Gomes Freire, dos capitães do mato e dos senhores escravistas.

Hoje se estima que a população de Campo Grande, somados os quilombos unidos, teria chegado a cerca de 20 mil pessoas. Para Clóvis Moura, “o que os unia era, sem sombra de dúvida, a defesa contra expedições para destruí-los”. Apesar de ter um rei e uma rainha, ao que tudo indica, a organização de Campo Grande se dava através de uma forma republicana, mediante um conselho deliberativo.

Palmares era uma referência clara para Campo Grande; sua organização defensiva e organização militar possuíam influência do Quilombo das Alagoas, com adaptações necessárias a um novo contexto. Palmares representava um espectro a rondar a mente dos senhores nos séculos que se seguiram. Devido à atividade aurífera no século XVIII na região das minas, o cuidado com fugas de escravos deveria ser redobrado. Se os senhores estavam mais atentos aos quilombos e conheciam novas formas de repressão, os quilombolas também precisavam de novas e fortes

alianças, e de diferentes táticas de resistência.

Uma das formas de resistência eram os ataques a vilas, fazendas e viajantes. O medo causado por esses ataques ajudava a costurar alianças, a negociar em melhores condições, levando a algumas relações comerciais absolutamente necessárias. Campo Grande contava com um exército de cerca seiscentos homens, responsáveis pelas ações de ataque às vilas e também pela proteção do quilombo.

Em 1748 foi organizado um ataque, sem sucesso, ao Campo Grande, comandado pelo capitão Antônio José de Oliveira. No seguinte, Dr. Marcos Freire de Carvalho é enviado com poderes de vigário, com o propósito de abrir igrejas; na verdade, um disfarce para a real intenção de exploração do ouro. Contava com amplo aparato bélico, o que deixou de sobreaviso os quilombolas. Ao entrar no Campo Grande, quando voltava de Goiás, a comitiva do Dr. Marcos foi assaltada; os quilombolas lhe tomaram munições, armas e instrumentos utilizados na mineração, e 42 dos seus companheiros foram mortos.

Esse episódio desencadeou preocupação e revolta nos senhores escravistas e no próprio Estado; não foram poucas as pequenas expedições enviadas ao e derrotadas no Campo Grande. Aqui, mais uma vez, pesa o fantasma de Palmares, o medo de perder o controle do escravismo, sistema que só é possível manter com base na repressão constante, na violência extrema e nos assassinatos.

Todas as formas de resistência deveriam ser severamente punidas; não se podia admitir que homens e mulheres de origem africana se negassem a trabalhar como escravos; não era tolerável a existência de outra forma de organização da produção, de

reprodução da vida social dentro do capitalismo escravagista. A existência do quilombo era uma ameaça a todo o sistema.

Para Clóvis Moura¹², como os pequenos ataques ao Campo Grande não surtiram resultados esperados,

Gomes Freire apelou para outro recurso muito mais eficiente: formou companhia de cabos... O corpo seria de trezentos homens. Após essa decisão, providenciaram-se recursos materiais para as diligências. Os senadores da câmara de Vila Rica, Mariana, S. João Del Rei e Vila Nova da Rainha contribuíram com 2.750 oitavas de ouro. (Moura, Clóvis. São Paulo, 2005, p. 94).

As elites mineiras haviam decidido acabar de uma vez por todas com o Campo Grande e não mediriam esforços para isso. Os quilombolas de Campo Grande, por sua vez, recrutavam mais negros para o quilombo e a resistência, e atacavam em grupos de trinta homens. Chegaram a atacar um quartel em maio de 1755. Nesse momento, muitos garimpeiros haviam se aliado aos quilombolas, ambos perseguidos e explorados pelo sistema das minas.

Em circular de 1756, a Câmara de Vila Rica informava às demais um plano dos quilombolas de matar os brancos, não poupando mulheres. A circular alertava para a organização de negros confederados e unidos contra os homens brancos, com o objetivo de passarem a reger as minas.

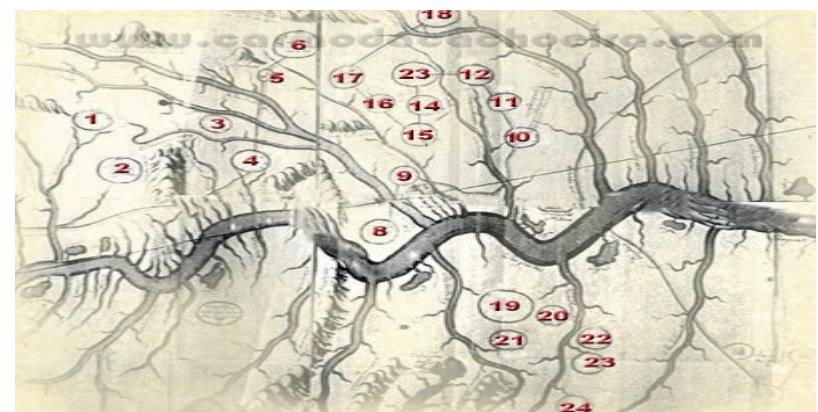
O alarde da possível ameaça dos quilombolas, as sucessivas derrotas nas batalhas anteriores, o crescimento dos alista-

12 Clóvis Moura. *Rebeliões da Senzala. A questão social no Brasil*. 3. ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 2005.

mentos no Quilombo de Campo Grande, tudo isso levou o governo da província e o próprio império a tomarem medidas mais severas. Campo Grande teve na figura de Bartolomeu Bueno do Prado o seu Domingos Jorge Velho. Bartolomeu não era senão um carniceiro; com armas potentes e uma guarda particular de quatrocentos homens, o paulista foi responsável pela destruição dos quilombos das serras de Marcília, Quilombo Grande, Canastrá, Andaial, Paraíba, Bambuí e, finalmente em 1759, destruiu o Quilombo de Campo Grande.

Depois da destruição do quilombo, do genocídio de pretos e índios presentes em Campo Grande, Bartolomeu Bueno Prado, orgulhoso do seu feito, exibiu 3.900 pares de orelhas de negras que matou no Campo Grande.

Mapa do Quilombo de Campo Grande e Campanha em 1760¹³



13 Disponível em: <https://www.carmodacachoeira.net/2008/09/mapa-de-campo-grande-e-campanha-de-1760.htm>. Acesso em: 13 fev. 2025.

2.9 Quilombo do Piolho – Mato Grosso

O atual estado do Mato Grosso também foi uma importante região mineradora no século XVIII. Na primeira metade do século XVIII, na serra do Parecis, vizinhança de Guarapé e do Arraial Vila Bela, próximo à fronteira com a Bolívia, surgiu o Quilombo do Piolho, cuja liderança era José Piolho, que deu nome ao quilombo, e sua companheira, Tereza de Benguela.

Com a morte de José Piolho, a liderança coube à Tereza de Benguela, responsável pela organização política e pela estrutura militar de defesa do quilombo. A Rainha Tereza, como era chamada, comandou por 25 anos o quilombo. No ano de 1770, o quilombo sofreu um forte ataque. João Leme do Prado e Luís Pinto de Souza Coutinho foram os responsáveis por destruir o maior quilombo do Mato Grosso. Tereza de Benguela foi morta na operação.

O quilombo conseguiu se remontar, agora sob a liderança de um conselho de seis sobreviventes da operação de 1770. A população do quilombo era formada majoritariamente por negros, mas também tinha forte presença indígena e contava com outros mestiços. Estima-se que abrigava mais de cem pessoas. Com território de difícil acesso, o que facilitava a defesa do território, mas, por outro lado, limitava as relações necessárias fora do quilombo.

Também chamado de Quariterê, o quilombo tinha uma economia voltada para a agricultura de subsistência. Produzia milho, feijão, fava, amendoim, banana, abóbora, raízes e batata, além de fumo (para o consumo próprio) e algodão, com o qual faziam as próprias roupas. Havia troca com comunidades locais.

O Quariterê precisava de armas e pólvora para a sua defesa, como também carecia de instrumentos de trabalho e de outros artigos que não eram produzidos internamente.

O conselho dos seis anciões procurava organizar a relação comercial com os brancos, com os quais trocavam armas por fumo, algodão e alimento; mantinham o quilombo protegido e fortificado. Além de autoridade política e militar, o conselho exercia função religiosa e jurídica quando havia necessidade de resolver alguma querela interna. Também dava conselhos médicos e servia de pai e mãe, avô e avó de todos.

Para destruir o quilombo e prender os seus membros, no dia 5 de maio de 1798 foi enviada uma bandeira sob o comando de Francisco Pedro de Melo, composta por 45 homens armados e com muita munição, numa operação que durou até o dia 5 de agosto. Foram presas 110 pessoas, a maioria pretos e indígenas.

2.10 A Bahia: entre quilombos e revoltas

A Bahia, estado onde pouco mais de 53% da população se declara negra segundo os últimos censos do IBGE, foi local de várias revoltas escravas e formas de resistência no campo da cultura, como o candomblé e a capoeira. A capital Salvador, durante boa parte do período colonial, foi a capital da colônia portuguesa na América, sendo na época um dos maiores portos de chegada dos navios negreiros no mundo. O famoso bairro do Pelourinho servia de cenário onde os escravos eram açoitados.

Em 1535, apenas cinco anos após o início efetivo da colonização, a Bahia já recebia escravos para trabalhar nos engenhos de açúcar recém-montados. O comércio de escravos já estava

estabelecido e regulamentado, e logo aumentaria em enormes proporções. Em 1575, quando a Bahia já registrava 47 engenhos de cana-de-açúcar, o império colonial português, por ordem do governador Brito de Almeida, destruía o primeiro quilombo formado no Brasil, cuja data de formação é desconhecida.

A Bahia tem hoje 381 quilombos reconhecidos pela fundação Palmares; é o estado com maior número de quilombos no Brasil. Durante quase três séculos foi o estado que mais recebeu escravos, sendo ultrapassado no fim do século XVIII pelo Rio de Janeiro.

O grande intelectual preto Abdias Nascimento, no seu livro *O genocídio do povo negro no Brasil* (2016), mostra como a economia da Bahia, voltada para atender aos interesses do capital estrangeiro, recebia cada vez mais escravos para servir de mão de obra nos engenhos de açúcar e nas demais atividades econômicas. Manter essas pessoas na condição de escravos, impedir-lhos de fugir e de se rebelar era tarefa que exigia uma ampla e organizada repressão.

O historiador Flávio Gomes¹⁴ diz que:

Segundo Stuart Schwartz, havia mocambos em todas as áreas da Capitania baiana. As regiões de Camarogipe, Cachoeira, Iguape, Maragogipe, Jaguaripe, Porto Seguro, Cairu, Jacuípe, Camamu, Jacoruna, Rio das Contas, Jacobina, Geremoabo, Rio Vermelho, Itapicuru, Rio

14 Flávio dos Santos Gomes. Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos na capitania da Bahia (1575-1808). Disponível no endereço eletrônico Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808) | História Social (unicamp.br)

Real, Sergipe do Conde, Vila de São Francisco e Ilhéus, tanto no Recôncavo, próximo de Salvador, como em regiões mais interioranas, eram áreas com conhecida tradição de constituição de comunidades quilombolas (Gomes, Flávio dos Santos, 1995, p. 26).

Da capital ao Recôncavo não faltou resistência à escravidão. Onde o capital mercantil impôs a escravidão, os povos escravizados impuseram resistência e criaram formas distintas de organização da vida e da produção de meios para atenderem às suas necessidades.

No começo do século XVII, mais precisamente no ano de 1601, muitos escravos conseguiram fugir dos engenhos e foram se abrigar em no Quilombo de Itapicuru, situado próximo à capitania de Sergipe, num local de difícil acesso. A repressão a esse quilombo foi uma missão dada aos índios potiguares sob o comando de Felipe Camarão.

Em 1661, determinou-se a busca e a captura de um grupo de negros levantados em tropa, que estaria incomodando a população de Cachoeira e Imbiara. Já sabendo as dificuldades para alcançar esses negros e diante da necessidade imperiosa do sistema de manter a escravidão e impedir a existência paralela de outras formas de organização, ordenou-se que os quilombolas encontrados e capturados fossem mortos e tivessem seus corpos colocados no lugar do delito.

Com o crescimento dos mocambos e dos quilombos em Salvador, na segunda metade do século XVII, segundo Flávio Gomes, é preparada uma grande expedição punitiva de combate

aos negros revoltosos e fugitivos. Para comandar a expedição o nome escolhido foi Fernão Carrilho, militar com vasta experiência no combate a quilombolas.

Outras expedições foram organizadas entre 1674 e 1675. As autoridades estavam bastante temerosas com o aumento da população quilombola e as constantes fugas. No século seguinte não foi diferente, mocambos e quilombos se formavam a torto e a direito. As forças de repressão não conseguiam conter a resistência da população negra, que se organizava mesmo diante das ameaças de morte.

Várias ordens para a destruição de mocambos e quilombos foram expedidas, inúmeros ataques, repressão cotidiana e perseguição das formas mais diversas, nada disso foi capaz de frear o processo de construção de quilombos e de luta contra o sistema escravista.

2.11 Quilombo Buraco do Tatu

Formado em 1744, ficava nas cercanias de Salvador, a mais ou menos duas léguas de distância (ou 12 quilômetros) da capital e contava com uma população de aproximadamente duzentas pessoas. Segundo Clóvis Moura, sua organização não era muito diferente da de outros quilombos grandes. Possuía um sistema de defesa com armadilhas como as estrepes (uma espécie de buraco encoberto, onde os que caiam encontravam pregos e espinhos apontados para cima) escondidas nos matos em volta de todo o quilombo. Também havia pretos escondidos e prontos para fazer a defesa do local. O sistema de defesa do Buraco do Tatu era bastante eficiente.

Para garantir sua sobrevivência, os habitantes do Buraco do Tatu praticavam assaltos a transeuntes que passavam em direção a Salvador, bem como roubos a pequenas propriedades na região. À noite, adentravam a cidade a fim de conseguirem pólvora e chumbo, essenciais para a defesa do quilombo. Assim como nos demais quilombos, também ali havia uma agricultura de subsistência e uma divisão coletiva do que fosse colhido.

A destruição do Quilombo do Buraco do Tatu começou em 1763, quando o governo interino da Bahia organizou um grupo de duzentos homens armados. Foi sob o comando do capitão-mor Joaquim da Costa Cardoso que vários índios granadeiros atacaram o Buraco do Tatu em 2 de setembro de 1763, aprisionando 61 pessoas. Em 9 de janeiro de 1764, o governo da Bahia ordenou ao ouvidor-geral Ciríaco Antônio de Moura Tavares que fosse passada a certidão condenatória dos quilombolas do Buraco do Tatu. No dia 13 de janeiro essa ordem foi cumprida.

Essa “justiça eficiente” e rápida para atender aos interesses das classes dominantes condenou os quilombolas do Tatu a pagarem uma multa cujo valor correspondia às defesas da expedição punitiva. Os quilombolas tiveram de se cotizar para conseguir pagar a multa.

2.12 A Conjuração Baiana (1798)

Em 5 de janeiro de 1785, Dona Maria I, através de um alvará, proibiu a manufatura em toda colônia portuguesa. Em 1763, a capital do império português na América se transferiu de Salvador para o Rio de Janeiro. No século XVIII, o eixo eco-

nômico da colônia (o açúcar) deixara de ser o Nordeste para se estabelecer no Sudeste com a atividade aurífera.

Todos esses elementos somados ajudam a entender a profunda insatisfação que existia nas classes subalternas de Bahia: marginalização econômica, com a proibição das manufaturas e sem uma matéria-prima de exportação com forte apelo na Europa, perda da condição de capital e submissão ao império português, empobrecimento e piora das condições de existência. A todas essas circunstâncias ainda acresce mais uma, a saber: as ideias políticas em circulação no fim do século XVIII, com a Revolução Francesa e o Iluminismo, os ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, de uma forma ou de outra, ecoavam nas Américas e na Bahia, chegando até os escravizados.

No fim do século XVIII, além do êxito da Revolução Francesa e da independência dos EUA, a luta da colônia francesa de São Domingos pela sua independência, iniciada em 1791, serviu de motivação e inspiração para os que lutavam contra o colonialismo, e de temor e receio para os donos do poder e os imperialistas.

Nesse caldeirão surge a Revolta dos Alfaiates, também chamada de Insurreição ou Conjuração Baiana. Essa revolta contava com pardos, pretos, escravos, artesãos e muitos alfaiates como protagonistas. O seu objetivo era a tomada do poder político através da luta armada. Das revoltas coloniais separatistas é a mais radical e popular. Essa radicalidade, diferente do que possa parecer, não veio da intelectualidade baiana, atenta ao que acontecia no mundo e leitora de Rousseau, segundo o jornalista Cipriano Barata; os intelectuais teorizavam sobre uma liberdade a partir de uma tentativa de emular a Revolução Francesa, en-

quanto as camadas populares apresentaram um conteúdo programático de ação imediata e adaptada à realidade colonial.

O programa defendia a emancipação do Brasil em relação a Portugal, um regime de igualdade de todos, onde não houvesse discriminação racial, muito menos escravidão, e onde todos deveriam ser julgados de acordo com o seu merecimento. Para espalhar essas ideias, os revoltosos promoviam várias reuniões, nas quais explicavam e debatiam o programa, e distribuíam panfletos nas ruas. Em um deles se podia ler:

Ó vós do povo (há uma parte ilegível), sereis livres para gozares dos bens e feitos da liberdade; ó vós Povos que viveis flagelados com o pleno poder do Inimigo coroado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar. Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim para ressuscitares do abismo da escravidão, para levantares a Sagrada bandeira da liberdade (Moura, Clóvis. São Paulo, 2013, p. 203).

A Conjuração Baiana tinha o protagonismo dos pretos e pardos, dos pobres, escravizados e toda sorte de explorados. Essa característica de revolta popular e radical foi motivo para o afastamento dos setores intelectuais que, de início, haviam aderido à revolta. Os intelectuais não são entes neutros e fora da luta de classes; quando perceberam que a revolta não estaria sob o seu controle, os setores mais abastados da Bahia, mesmo os intelectuais, se distanciaram da revolta que em algum momento

abraçaram.

Aqui é importante atentar para as características da elite brasileira e a forma como o capitalismo se organiza. Como diz o cientista político Antônio Carlos Mazzeo no seu livro *Estado e burguesia no Brasil*, a história brasileira mostra que as mudanças por aqui ocorrem na forma de arranjos feitos por cima, sem a participação popular. É o que Mazzeo chamou de modernização conservadora, que procura sempre manter os privilégios de classe e reduzir a participação das classes populares. A elite baiana, ao perceber que não teria o controle do movimento, e que pretos, pardos, escravos e alfaiares exigiam o fim da escravidão e a igualdade de direitos, atuou de forma contrarrevolucionária.

Para derrotar os revolucionários, membros da elite e da intelectualidade baiana, antes presentes no movimento independentista, agora delatavam nomes e planos à Coroa portuguesa. A luta prosseguia, mesmo com as delações e os perigos de uma conspiração contra o império português. Líderes populares como Luiz Gonzaga das Virgens começam a ocupar espaço de destaque; os revoltosos seguiram com três algumas bandeiras de luta fundamentais, a saber: a) independência da província, b) governo republicano, c) abolição da escravidão, d) liberdade de comércio e abertura dos portos à França.

As delações levaram à prisão de Luiz Gonzaga das Virgens em 24 de agosto de 1798. Os inconfidentes ainda tentaram resgatá-lo, mas a operação foi malograda. A prisão do líder levou os intelectuais a abandonarem o movimento, temendo o mesmo destino. Alguns continuaram resistindo, mas foram presos devido às delações daqueles que se venderam.

A direção do movimento coube então a escravos e pes-

soas das camadas populares. Sem a presença de setores da elite baiana, o governo passou a promover uma repressão brutal aos revolucionários. Inúmeros participantes do movimento foram presos, muitos desses apenas por suspeitas sem nenhuma comprovação.

Em novembro 1799, os considerados líderes da Contração Baiana receberam sua sentença: Luiz Gonzaga das Virgens foi condenado à morte por enforcamento, e a ter as mãos e os pés decepados e expostos em praça pública; João de Deus do Nascimento, Manuel dos Santos Lira, Lucas Dantas e Manuel Faustino também foram sentenciados a forca e esquartejamento. Os dois últimos recusaram a extrema-unção oferecida pelos padres franciscanos.

O escravo Cosme Damião foi banido para a África; o pardo Luís da França Pires conseguiu fugir; a Justiça concedeu o direito de matá-lo a qualquer pessoa que o encontrasse; o professor Francisco Moniz Barreto, autor do hino da inconfidência, foi absolvido depois de negar até mesmo a autoria do hino, atribuindo-a a um frade carmelita; o jornalista Cipriano Barata também não recebeu nenhuma punição após negar sua participação no movimento revolucionário.

2.13 Revolta do Engenho Santana

O Engenho Santana pertenceu a uma fazenda de jesuítas. Durante o período da administração dos padres, os negros tiveram relativa autonomia: podiam cultivar roça, reunir-se, fazer festas e batuques. Embora isso não mudasse a sua constituição de escravos, essa condição de maior autonomia lhes permitia uma

melhor qualidade de vida. Em 1789 aquele engenho estava sob o comando de Manuel da Silva Ferreira e contava com aproximadamente trezentos escravos. Estes já não podiam cultivar roças, nem podiam celebrar festas com batuques. Os feitores os tratavam com violência, aplicando-lhes castigos físicos.

O engenho Santana agora estava comprometido com a produção de açúcar para a exportação e, portanto, atrelado aos interesses do capitalismo internacional. Precisava acelerar a produção à custa dos escravizados. Os escravos precisariam trabalhar de domingo a domingo, não havia tempo para que se dedicassem a uma agricultura de subsistência.

É nesse contexto que, segundo Flávio Gomes:

Em 1789, os cativos se rebelaram, mataram o mestre de açúcar e se refugiaram nas matas circunvizinhas, quando enviaram um “tratado” ao administrador, que estipulava: dispensa de dois dias semanais (sexta-feira e sábado) para cultivarem seus lotes de terra; cessão de redes e canoas para que pudessem pescar; substituição imediata dos feitores e eleição de outros com aprovação deles; autonomia para realizarem suas festas e batuques sem a necessidade de autorização prévia.¹⁵ (Gomes, Flávio dos Santos, 2020, p. 48).

O documento revela que essa é uma revolta reivindica-

15 Flávio dos Santos Gomes. *Mocambos e Quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil.*

tória. Não constava na pauta dos revoltosos do engenho a abolição da escravatura ou algum projeto político. O objetivo era tão somente avançar em direitos que lhes garantissem uma melhor condição de vida. O capital, no entanto, não abriu mão de nada, nem mesmo de dois dias por semana.

Naquele momento histórico, dado o desenvolvimento do capitalismo mercantil e o papel que cabia ao Brasil como colônia portuguesa, até mesmo reivindicações tão simplórias como o direito de celebrar festa ou de ter uma rede para pescar não podiam ser concedidas aos escravos. Em 1790 os revoltosos foram brutalmente reprimidos; seu principal líder, o crioulo Gregório Luís, foi enviado para uma cadeia em Salvador, onde ficaria preso por 16 anos.

CAPÍTULO III

REVOLTAS ESCRAVAS NO SÉCULO XIX

3.1 A chegada da família real ao Brasil

O século XIX seguiria mantendo a escravidão no Brasil e até ampliando o número de pessoas colocadas nessa condição. As historiadoras Lilia Schwartz e Heloisa Sterling, no ótimo e já citado livro *Brasil Uma Biografia*, afirmam que parte da Corte portuguesa, ao desembarcar em Salvador em 22 de janeiro de 1808, estranhou o tratamento que aqui se dava às pessoas escravizadas. Os escravos eram ocupados de todas as tarefas: do trabalho mais árduo na cana-de-açúcar até servir um copo d'água.

Fato é que foram esses mesmos portugueses a instituir a escravidão nessas terras. Se houve no primeiro contato algum estranhamento com a violência empregada nas pessoas escravizadas, a Corte portuguesa não moveu uma palha para modificar esse quadro. A chegada da Corte ao Brasil, a primeira família nobre europeia a pisar na América, provocaria uma série de transformações políticas e econômicas.

A família real veio ao Brasil fugindo das forças de Napoleão Bonaparte. Como a economia lusa estava atrelada ao e dependente do capitalismo britânico, Portugal ficou de mãos atadas. Não era possível aderir ao bloqueio continental que o imperador francês impôs aos ingleses; enfrentar o exército de Napoleão seria arriscado demais. A solução encontrada pelo príncipe regente D. João VI foi estabelecer no Brasil o centro administrativo do império português; enquanto isso, o território português ficaria sob a tutela e a proteção dos ingleses.

A dependência dos ingleses aumentou consideravelmente. Os portugueses rapidamente abriram os portos para os ingleses em 1808. Os tratados de aliança e amizade de 1810 demonstram a relação de força do capitalismo inglês e a dependência lusitana. Segundo o tratado, os produtos ingleses pagariam 15% de impostos no Brasil, enquanto os portugueses pagariam 16%, e os brasileiros, 24%.

A presença da Corte no Brasil traria outras mudanças. Com a presença de muitas famílias nobres e/ou grandes capitalistas portugueses morando no Brasil, seria preciso criar alguma estrutura para abrigar essas pessoas que, por serem ricas, exigiam viver bem e com dignidade. Entre as primeiras medidas para uma infraestrutura que atendesse às necessidades da Corte estavam: a criação de escolas de Medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, a criação do Banco do Brasil, do Jardim Botânico e de uma biblioteca nacional.

Os nobres e demais membros da Corte portuguesa que desembarcaram no Rio de Janeiro precisavam de moradia, afinal como alguém pode viver sem moradia? As moradias foram disponibilizadas muito rapidamente, através de despejos em massa. Avisos com prazos muito curtos eram colocados nas portas da casa, os moradores precisavam se retirar para dar lugar aos colonizadores. As ordens do príncipe regente pregadas na porta com a sigla PR viraram sinônimo de “ponha-se na rua”.

Dependência econômica, crise e dívida. A chegada da família real ao Rio de Janeiro inflacionou a vida da cidade. Os acordos de livre comércio com a Inglaterra fizeram entrar na colônia uma série de inutilidades importadas da Inglaterra, de material de esquiar até aquecedores para as camas. D. João VI

ainda se envolveria numa guerra contra a Guiana Francesa, sua maneira de enfrentar indiretamente a França. Após as pressões da revolução liberal do Porto e o avanço das lutas independentistas na América, D. João VI vai embora do Brasil em 1821, não sem antes saquear o Banco do Brasil e levar consigo parte do erário produzido com a mão de obra escrava no Brasil.

A atividade aurífera havia diminuído consideravelmente, o café ainda não havia surgido como o “ouro negro”, o açúcar brasileiro já não era o único a abastecer a Europa. Como se não bastasse, ainda havia dívidas da guerra imperialista e os altos gastos da família real. O rei de Portugal deixara como herança dívidas e a pilhagem do erário. Seu filho Pedro deveria continuar o processo de espoliação das riquezas no território brasileiro e manter a qualquer custo a instituição da escravidão. Os braços dos pretos seriam cada vez mais exigidos e sacrificados.

O momento em que a burguesia agrária brasileira se vê favorecida e carece ainda da mão de obra escrava é também o momento de organização e resistência por parte dos negros em todos os cantos do Brasil. Na Bahia, foram as revoltas, os aquilombamentos, os ataques diretos aos senhores e seus engenhos. O mesmo aconteceu em Pernambuco com o importante Quilombo do Catucá. No Maranhão, Pará, Piauí e na região Norte, onde havia trabalho escravo houve resistência e a tentativa de construção de uma alternativa ao regime escravista.

O que veremos a seguir, deixemos bastante claro, nem de longe esgota a quantidade e a magnitude das revoltas escravas durante o período em D. João VI e D. Pedro I estiveram no poder; visa tão somente trazer à baila um pouco da história da resistência negra, escamoteada pelos livros didáticos e pelo ensino

regular de história – tanto na escola básica quanto na graduação de história.

3.2 Insurreição esquecida de 1807 na Bahia

Apenas três anos após a independência de São Domingos (Haiti), ocorre a primeira revolta urbana em Salvador, inspirada na luta dos haitianos. A insurreição esquecida iria inaugurar uma série de revoltas de escravos no século XIX.

Salvador, na época do conde da Ponte, era uma cidade com vários quilombos. A resistência era parte do cotidiano: fugas, pequenas vinganças de escravos que atacavam seus proprietários ou feitores e desobediência às ordens dos senhores eram cenas comuns. Os quilombos, em sua maior parte pequenos, dada a mobilidade e o dinamismo de Salvador, eram erguidos e derrubados quase na mesma velocidade. O fato de existirem dentro da cidade, nos subúrbios e na cidade baixa, facilitava a sua destruição do mesmo modo como propiciau o seu surgimento.

Outro elemento importante da atividade rebelde dos escravos de Salvador foi a religiosidade. A presença do islamismo entre os escravos haussás foi um elemento de unidade, de planejamento e organização militar; não menos importantes eram as outras formas de religiosidade africanas, condenadas pelo governador da Bahia, João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, ou simplesmente, o conde da Ponte. Em carta ao Conselho Ultramarino de Portugal, escreveu em 7 de abril de 1807:

Entrei na curiosidade (importante nestes estabelecimentos) de saber que destino seguiam, e sem grande dificuldade conheci que nos subúrbios desta capital, e dentro do mato de que toda ela é cercada, eram inumeráveis os aventureiros dirigidos por mãos de industriosos impostores aliciavam os crédulos, os vadios, os supersticiosos, os roubadores, os criminosos e os adoenados, e com uma liberdade absoluta, danças, vestuários, caprichosos, remédios fingidos, bênçãos e orações fanáticas, folgavam, comiam e regalavam com a mais escandalosa ofensa de todos os direitos, leis, ordens e pública quietação¹⁶ (Reis. João José, 2019, p. 70).

O governador da Bahia via em toda expressão da religiosidade africana uma forma dissimulada, astuta e mal-intencionada de ludibriar incautos. Os quilombos eram, diferentemente do que pensava o conde da Ponte, a proteção dos negros contra a violência representada por ele; a religiosidade, uma forma de consolo espiritual, aconselhamento e encontro com a ancestralidade africana. Alguns desses curandeiros e sacerdotes eram procurados até por não escravos.

Para atacar os quilombolas, em fevereiro de 1807, o governador designou o capitão Severino da Silva Lessa, com o apoio de oitenta homens armados. Este invadiu os quilombos; houve resistência, mas as forças do governo não tiveram maiores dificuldades para arrasar os quilombos. Entre escravos e libertos

16 Reis. João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. Companhia das Letras. São Paulo. 2019.

foram presas 78 pessoas; os homens foram condenados a trabalhos forçados, e as mulheres, levadas para a cadeia (Reis, João José, 2019, p. 71).

Apenas três meses depois de derrubar os quilombos, em maio de 1807, o governador seria confrontado com uma insurreição de escravos que intentava agir no dia do feriado de *Corpus Christi*. Os escravos pretendiam tomar o poder e exterminar os seus senhores. Os rebeldes começariam incendiando a Casa da Alfândega e a igreja do bairro de Nazaré. Os atos visavam desviar a atenção das forças de repressão, mas também possuíam um simbolismo, como observou o historiador João José Reis, pois pela Alfândega passavam os escravos importados da África; e nas igrejas, os africanos eram forçados a mudar de religião.

A guerra aos brancos estava pronta; os rebeldes tomariam a cidade e eliminariam a população branca. Cumpre ressaltar que havia uma forte influência entre os haussás da Jihad islâmica, tanto na sua forma de organização militar quanto nos objetivos de islamização. Mas não só de haussás era feita a insurreição e a revolta, o islamismo aqui praticado tinha suas peculiaridades e adaptações, algumas vezes se misturando a elementos culturais de outras nações africanas.

O que os rebeldes não contavam era com um delator. Um escravo, seis dias antes da insurreição, contou ao seu amo todo o plano; este, por sua vez, levou a história toda aos ouvidos do governador. No dia marcado para a insurreição, 28 de maio de 1807, a repressão já estava silenciosamente preparada; os rebeldes é que seriam surpreendidos. O governador tinha os nomes dos principais líderes e o local onde começaria a insurreição.

O conde da Ponte deu ordens para que seus homens agis-

sem em silêncio, com cautela. O local da reunião dos líderes do movimento foi invadido pela polícia, sete pessoas foram presas ali mesmo; outras quatro foram presas fora da cidade por capitães do mato. Quarenta flechas, facas e pistolas foram apreendidas, uma verdadeira devassa foi feita a partir dali. Todos passaram a ser suspeitos de conspiração.

A devassa promovida pelo conde da Ponte e pelos senhores de engenho da Bahia motivou uma série de fugas desesperadas. Os fugitivos adentravam a mata e alguns escravos fugidos chegaram até Alagoas. Em 4 de janeiro de 1809, conta João José Reis que um grande número de escravos fugiu para se juntar a outros que já haviam fugido, aquilombados a nove léguas da cidade. Foram encontrados e atacados por um grupo de capitães do mato. Lutaram e resistiram até a morte.

Nessas fugas de 1809, não houve nenhuma delação, mesmo com um grande número de pessoas envolvidas. Para tentar impedir novas fugas, em 31 de janeiro daquele ano, o juiz Joaquim Ignácio da Costa deu ordens de retorno a todos os escravos de ganho; se não voltassem em 24 horas, receberiam a prisão e o açoite. Donos de casas e hospedarias estavam proibidos de abrigar escravos; também foi estabelecido um toque de recolher. Os escravos só podiam circular nas ruas se tivessem passes assinados por seus donos. Os batuques e danças estavam proibidos.

O juiz ainda solicitava permissão ao governador para que seus homens tivessem uma espécie de “excludente de ilicitude” que lhes permitisse atirar para matar qualquer escravo fugido. Para sorte dos escravos haussás, mais uma vez protagonistas das fugas, o governador morreu em maio de 1809 e não houve tempo para realizar todas as execuções desejadas.

3.3 Insurreições de 1814 e 1816 na Bahia

Em 1810, com a morte do conde da Ponte, quem assumiu o governo da Bahia foi D. Marcos de Noronha e Brito, o famoso conde dos Arcos. Diferentemente de seu antecessor, ele acreditava que a melhor estratégia para combater a fuga em massa de escravos seria garantir aos pretos o direito de reunião, de manterem suas práticas religiosas e culturais, de realizarem seus batuques sem perturbações.

Para o governador, a cristianização dos escravos poderia uni-los, enquanto a manutenção das suas práticas ancestrais africanas iria acentuar suas diferenças. A estratégia do conde dos Arcos consistia em plantar a discordia e a delação entre os escravizados. No seu raciocínio, quanto maior fosse a repressão e a violência, mais os escravos se dariam conta do medo que causavam entre os brancos. O uso desmedido de castigos físicos e a repressão a reuniões e às práticas culturais dos escravos, na sua visão, justificava a fuga e a revolta dos escravos.

Com isso não se deve achar que Arcos era melhor e mais benevolente que o conde da Ponte; tratava-se de um homem mais inteligente, com mais repertório cultural e leituras iluministas. Não há dúvidas quanto a isso, mas assim como o seu antecessor, o conde dos Arcos é um homem preparado para a repressão e que não mediria esforços para investigar e punir com severidade os que fugissem ou conspirassem. É verdade que o novo governador reconhecia que os escravos lutavam pela sua liberdade natural, contudo, como um homem liberal, reconhecia também o direito à propriedade privada dos senhores. O conde dos Arcos era um liberal e, como tal, entendia os negros como propriedades ou coisas que pertenciam aos senhores brancos.

Diversamente do que acreditava o governador, a liberdade de reuniões e das práticas religiosas não provocou as cisões causadas pelas diferenças étnicas, ao contrário, apesar de todas as diferenças, os escravos estavam cada vez mais unidos. Haussás e nagôs planejaram a primeira revolta em 1814. Logo no início daquele ano, ocorreu uma grande fuga de escravos que abandonavam Salvador para aquilombar-se pelos arredores da cidade. Segundo João José Reis, é como se o plano de 1807 fosse posto em prática sete anos depois.

No dia 28 de fevereiro, ainda segundo Reis, “*uma força de cerca de 250 rebeldes atacou armações de pesca de baleias em praias do norte da capital, onde contava com aliados.*” (Reis, João José, 2019, p. 82). Os pescadores, em ato simbólico, queimaram redes de pesca – seus instrumentos de trabalho e símbolo da sua precariedade –, mataram um feitor e membros da família do aristocrata baiano Manuel Ignácio da Cunha. Pescadores e quilombolas estavam unidos no mesmo movimento. Juntos seguiam em direção ao Recôncavo baiano; no caminho incendiaram 150 casas e algumas plantações. Prometiam matar brancos e mulatos, mas não conseguiram, ao fim dessa jornada, chegar aonde pretendiam: a região dos engenhos.

Perto de Santo Amaro, às margens do rio Joanes, os revoltosos foram barrados por milicianos locais. Mesmo tendo lutado bravamente, utilizando todos os recursos possíveis, os escravos foram derrotados em menos de uma hora: 58 escravos foram mortos. Do lado dos milicianos, 14 baixas. João José Reis diz que quatro escravos foram condenados à morte por enforcamento, outros tantos punidos com açoite, incluindo quatro mulheres; dezenas morreram em prisões por maus-tratos, e outros

foram deportados para a África Portuguesa em Benguela. Também houve os que, para evitar a punição imposta pelas autoridades baianas, preferiram o suicídio.

O conde dos Arcos mostrou que poderia ser violento e eficiente em combater revoltas escravas. Aplicou pena de morte e açoites que deixariam satisfeita o conde da Ponte e o mais rançoso proprietário de escravos, mas nada disso impediu que em março estourasse outro levante de escravos, sob o comando de haussás, nagôs e outros grupos étnicos embrenhados nas matas, que iriam comandar um movimento organizado e muito bem planejado.

João Malomi¹⁷, provavelmente muçulmano, contava com a ajuda preciosa de um escravo de ganho conhecido como Francisco Cidade. Com maior liberdade para circular, devido à sua condição de escravo de ganho, Cidade podia manter contato com escravos do Recôncavo e ilhas da Bahia. Também era responsável por recolher dinheiro e alimento para os quilombos.

Numa inesperada união entre praticantes do islamismo e do afrocatolicismo, sob o comando de João Malomi, os escravos atacaram Iguape, região onde se concentravam os grandes engenhos de açúcar. Aquela era uma operação ousada, bem planejada e que mostrou a capacidade de cooperação entre os diferentes povos escravizados. O plano era tomar Maragogipe, depois se juntarem aos rebeldes do engenho da Ponta. O juiz de fora de Maragogipe soube do ataque por meio do major João Francisco Chobi e encaminhou milícia e forças regulares para interditar as estradas e cercar os escravos.

17 Segundo João José Reis, Malomi parece ser derivado do termo Malâm ou malami, que significa homem de saber e mestre religioso.

Os rebeldes foram derrotados, mas o conde dos Arcos também saiu enfraquecido após o episódio de 23 de março. Os senhores de escravos queriam punições mais severas e principalmente uma mudança quanto à liberdade de reunião dos escravos. Havia quem defendesse castigos para os escravos, mesmo os que não participaram dos levantes de fevereiro e março. Os senhores alegavam que somente o medo do castigo poderia manter a instituição da escravidão; não havia outro meio de controlar os negros que não fosse o chicote. Enquanto o conde dos Arcos lembrava a irracionalidade de punir escravos que não participaram dos atos de fevereiro e março, os senhores não esqueciam as 150 casas incendiadas e mais de cinquenta vidas ceifadas pelos escravos em fevereiro.

Houve denúncias de uma grande conspiração em junho de 1814; dessa vez, praticamente todas as etnias, exceto os jeses, estariam unidas na luta contra os senhores. Essa conspiração teria a participação também de indígenas, que se juntariam aos escravos para recuperar o seu território saqueado pelos europeus. O plano era tão bem montado que as autoridades baianas tiveram dificuldade em acreditar que fosse obra dos negros.

Foram descobertos nas matas os arcos e flechas que seriam utilizados na batalha. Todo o plano foi revelado às autoridades por espiões do governo infiltrados entre os escravos; a promessa de liberdade e anistia teria sido a razão para alguns traírem o grupo. Com as autoridades a par de todo o plano, as ações previstas foram canceladas. Mesmo com a denúncia detalhada e todas as evidências materiais de que se tratava de uma conspiração por acontecer, o conde dos Arcos não realizou nenhuma prisão, provavelmente para evitar que o assunto se espalhasse e

fossem dados argumentos aos seus críticos.

Em 12 de fevereiro de 1816 – um domingo, feriado, dia de uma festa pública –, escravos atacaram uma série de engenhos de açúcar nas cidades de Santo Amaro e São Francisco do Conde. Os ataques resultaram em enormes prejuízos para os senhores, pois atingiam o coração da economia baiana; entre os engenhos queimados estavam Cassarangongo e Quibaca, dois dos mais importantes.

Foram mortas algumas pessoas brancas e escravos que se recusaram a aderir aos rebeldes e demonstravam fidelidade a seus senhores. A revolta, que durou cerca de quatro dias, foi contida pela milícia comandada pelo coronel Jerônimo Fiúza Barreto, senhor do incendiado engenho Quibaca. Foram presos cerca de trinta escravos; o coronel Barreto recebeu a alcunha de “Salvador do Recôncavo”.

A revolta dos escravos, os engenhos incendiados, todo o prejuízo causado, as mortes, tudo isso deixou os senhores com uma sensação de pânico. A insatisfação com o conde de Arcos chegava ao seu ápice. Em reunião ocorrida em São Francisco do Conde, em 27 de fevereiro daquele ano, um senhor propôs o afastamento do conde dos Arcos como a única forma de normalização do sistema escravista na Bahia. Apesar dos aplausos que recebeu pela proposta, os senhores não tinham força suficiente para um golpe de estado. Pensaram então em levar diretamente a El Rei D. João VI uma carta com propostas para conter as revoltas no estado, além de uma crítica ao governador.

Algumas das ideias apresentadas na reunião vinham mais do fígado que da razão, por isso entusiasmaram de início, mas logo perderam força quando confrontadas com a realidade. Foi

o caso de uma proposta que pretendia punir com o degredo ou o enforcamento todos os escravos rebeldes ou suspeitos de conspiração; por mais que desejassem matar os seus escravos, os senhores ainda precisavam de mão de obra. Contentaram-se então com a contraproposta que obrigava os senhores a castigarem com 150 chibatas qualquer escravo que fosse visto em algum lugar sem a permissão de seu senhor. As chibatadas seriam dadas na frente da família da vítima, caso esta tivesse família.

Também propuseram que nenhum negro poderia ficar sentado na frente de um branco, nem mesmo os negros libertos. Além disso, pretendiam embranquecer a população da Bahia, trazendo no ano seguinte pelo menos cem famílias europeias para morar no estado. Os senhores temiam a enorme diferença entre pretos e brancos naquele estado. Segundo o historiador Bert Barickman, em 1817 menos de 1/5 da população do Recôncavo baiano era branca; entre os não brancos a população ultrapassava 90 mil pessoas.

Um dos mais insatisfeitos com o conde de Arcos e o modo como era conduzida sua política de repressão e controle dos escravos era o brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, que viria a ser marquês de Barbacena. O brigadeiro também era senhor de engenho; em 1814, seu engenho da Ponte sofreu com uma sublevação de escravos. O engenho de Santana de Ilhéus também era marcado por rebeldias escravas como a de 1789. Felisberto Caldeira deslocou-se até o Rio de Janeiro em junho de 1816, para entregar ao governo de El Rei a carta dos senhores que continha as propostas apresentadas na reunião de 27 de fevereiro e uma denúncia quanto ao que consideravam uma postura fraca do conde dos Arcos em relação aos escravos.

No que dizia respeito à autorização para castigar e punir os negros, a carta foi aceita e aprovada integralmente; o mesmo não se pode dizer em relação às críticas direcionadas ao conde dos Arcos. O brigadeiro chegou à Bahia com a permissão que os senhores queriam, porém foi preso no mesmo dia pelo conde, por desobediência às suas ordens. O governo real ficou do lado do conde.

O mais curioso é a carta escrita pelo futuro marquês de Barbacena, em trecho citado por João José Reis:

Las Casas solicitando aos pés do trono da Espanha a piedade Real a favor dos índios, Wilberforce e outros advogando no parlamento Inglês a extinção da escravatura, sem dúvida são benfeiteiros da humanidade, mas aquela mesma linguagem na boca de um vice rei do México, ou governador da Jamaica, provocaria a execração do universo. Tal é, nem mais nem menos a nossa situação (Reis, João José, São Paulo, 2019, p. 92).

Podemos aqui observar o pensamento de um capitalista que sabia como conviver muito bem com a escravidão: numa verdadeira aula de hipocrisia e cinismo, o texto reconhece a justiça da luta contra a escravidão, ao tempo que frisa os riscos aos negócios que a liberdade para os pretos e indígenas representaria.

Em 1817, quando ocorre uma revolução anticolonialista em Pernambuco, alguns senhores da Bahia pensaram em aderir. Talvez nesse momento os senhores de engenho da Bahia entenderam que o conde dos Arcos não tinha como responsabilidade apenas perseguir escravos fugidos ou rebeldes; sua função era,

sobretudo, garantir o colonialismo lusitano. Os senhores de engenho poderiam ser considerados inimigos não apenas dos seus escravos, mas da Coroa portuguesa.

Quando o conde dos Arcos passa a reprimir também os senhores, a relação entre o governador e estes mudou. Temendo o tacão do Estado, alguns senhores se aproximaram do conde, a fim de obter algum benefício ou privilégio; outros, simpáticos ao movimento de Pernambuco, provavelmente subornaram o governador, sabidamente com problemas financeiros, para que este fizesse vista grossa à participação desses senhores na insurreição pernambucana.

A insurreição de 1816 foi a última do governo do conde dos Arcos. Enquanto isso, os quilombos continuavam a se multiplicar. O governo do conde dos Arcos terminou em 1818, com direito a uma festa oferecida pelos mesmos senhores que anos antes queriam derrubá-lo. As revoltas escravas não acabariam em 1818; nos anos seguintes se multiplicariam, cada vez mais fortes.

3.4 Revoltas escravas na Bahia durante o governo de D. Pedro I

A guerra da independência, entre 1822 e 1824, proporcionava situações favoráveis à fuga de escravos, visto que o aparato militar e as milícias dos senhores estavam ocupados combatendo os portugueses. A independência “sui generis” na América do Sul, mantinha a escravidão e a própria monarquia entre as forças políticas: liberais exaltados, liberais moderados e ultrarrealistas, nenhuma defendia a abolição da escravatura. A independência, proclamada pelo próprio imperador, foi apoiada

pela elite agrária nacional, que assim garantiria a manutenção da ordem escravista e evitaria alguma revolução que pudesse escapar do seu controle.

Na Bahia, com tradição de luta de escravos, a proclamação da independência pelas elites escravistas não impediu a construção de outros projetos de Brasil, tendo como princípios norteadores o fim da escravidão, a República e a participação dos pretos em todas as esferas da sociedade.

Os descendentes dos revoltosos do engenho Santana (1789) voltaram a se rebelar e ocuparam o engenho por três anos, entre 1821 e 1824, período em que a terra foi utilizada para produzir alimentos (especialmente arroz) que atendiam às necessidades dos pretos. João José Reis (2019) afirma que ao entrarem no quilombo do engenho Santana, milicianos encontraram mandioca, farinha, cana, algodão, árvores frutíferas e peixes.

O aquilombamento de 1821 teve o apoio de outros escravos e de pequenos produtores (incluindo outros quilombos) de plantações vizinhas. É importante observar que nos períodos de crise econômica, principalmente numa conjuntura de guerra, há sempre racionamento de alimento e escassez de recursos. Isso ajuda a entender por que os escravos do engenho Santana se aquilombam e têm apoio de regiões vizinhas.

Para os historiadores João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Ciro Cardoso, o Quilombo de Santana tinha como apanágio principal a atividade camponesa desde o seu princípio. Segundo Ciro Cardoso, entender a relação desses negros com a terra e com a agricultura é fundamental para a compreensão da formação do quilombo e das características das revoltas que se

deram no engenho Santana em 1879, 1821 e 1828.

Com o fim da guerra de independência da Bahia em relação a Portugal, em 2 de julho de 1823, o aparato militar e jurídico pôde concentrar-se na captura e repressão dos escravos. Em 1824, mais uma vez os escravos foram reprimidos por forças militares e milicianas, ambas custeadas pelo Estado, que é o principal capanga e capitão do mato da burguesia. A luta dos escravos não seria em vão; em 1828, conforme João José Reis (2019), um destacamento invadiu o Quilombo de Santana e foi emboscado a tiros; dois soldados ficaram feridos e apenas seis escravos foram presos.

O movimento de Santana continuava a progredir. A cada nova fuga de escravos, crescia o receio dos senhores, e a negociação com os pretos do engenho se mostrava cada vez mais necessária.

3.5 O Quilombo do Urubu

Segundo Clóvis Moura (2013), em 1826, nas matas do Urubu, sítio de Cajazeira, perto de Salvador, forma-se o Quilombo do Urubu. Os revoltosos pretendiam fazer uma série de ataques à cidade; seria uma revolução, segundo consta num manuscrito do Arquivo Público da Bahia.

Na noite de 16 de dezembro, diz João José Reis (2019), uma família de lavradores flagrou os negros carregando carne e farinha para um esconderijo. O flagrante poderia resultar em denúncia e, nesse caso, na revelação do esconderijo onde ficava a farinha roubada. Para evitar a denúncia, os negros atacaram a família de lavradores, incluindo a menina Brízida, de 11 anos,

que foi gravemente ferida. Também assaltaram algumas casas da redondeza antes de chegarem ao sítio do Urubu, no Cabula.

A revolta dos negros do Cabula foi inesperada; os moradores da cidade e a elite branca pretendiam dar uma resposta rápida e definitiva, pois não poderiam deixar impune o que aconteceu na noite anterior. Não pela menina ferida, encontrada dias depois e levada ao hospital de Misericórdia, mas pela insubmissão e a audácia de assaltar na cidade, de desafiar daquela maneira os senhores e a administração da Bahia.

A resposta dos brancos não tardou. Na manhã seguinte, 17 capitães do mato, 12 soldados e 25 milicianos tentaram tomar o Urubu; a operação, entretanto, foi um malogro completo. Contando com cinquenta homens e algumas mulheres, os rebeldes resistiram com facas, espadas, lanças, navalhas, foices e algumas parcas espingardas; na operação, três capitães do mato foram mortos e mutilados. O grito de guerra no Urubu era “morra branco, viva negro”. Do lado dos quilombolas, três homens e uma mulher foram mortos e outros foram presos (Reis, João José, São Paulo, 2019).

O confrontamento entre rebeldes e forças regulares prosseguiu. Na mesma tarde, o presidente da província da Bahia, Manuel Ignácio da Cunha, enviou duzentos soldados das tropas regulares de primeira linha para atacar os negros escondidos nas matas em torno do Urubu. Encontraram cinco cadáveres de rebeldes, João José Reis (2019) destaca a possibilidade de se tratar de uma forma “inédita” de suicídio coletivo, para evitar a morte certa, a tortura e a prisão. Também não se pode descartar que essas mortes hajam sido cometidas pelos próprios soldados, nesse caso um linchamento maquiado.

Naquela expedição às matas em torno do Urubu, além dos cinco homens encontrados degolados, foi presa a duras penas uma mulher, a escrava Zeferina, ao que tudo indica a líder do Quilombo do Urubu, grande guerreira que instigava os pretos a não desistirem e não se dispersarem. Antes de ser capturada, diz Clóvis Moura (2013), Zeferina enfrentou os soldados de arco e flecha na mão. Presa, ela terminou por revelar que seus “súditos” esperavam a chegada de outros tantos escravos vindos de Salvador e que, na véspera de Natal, atacariam a cidade, matariam os brancos e conseguiram sua liberdade.

Com essa informação o cerco ao Urubu foi intensificado. Várias batidas eram realizadas todos os dias; os negros estavam cercados por todos os flancos e ainda assim o quilombo seguia de pé. Segundo Clóvis Moura (2013), em 18 de maio de 1827, outra insurreição deveria acontecer, entretanto o plano foi descoberto após a prisão de dois escravos, José e Paulo, encontrados mortos na prisão no dia 30 de maio, vítimas de maus-tratos.

O quilombo do Urubu terminou por ser tomado pelas forças regulares. Zeferina recebeu a sentença de prisão com trabalho forçado; Antônio, “o pardo”, foi considerado culpado pela insubmissão. Com suas principais lideranças presas, vários de seus principais guerreiros e guerreiras mortos e contando com pouquíssimas armas de fogo, o Urubu foi enfim ocupado pelos soldados. Isso não significa que as revoltas na Bahia cessaram ou arrefeceram, ao contrário, eram tantos os revoltosos que as forças de repressão já não conseguiam, por falta de contingente, estar em tantos lugares para reprimi-las.

3.6 Pernambuco e o Quilombo do Catucá

O Quilombo do Catucá ficava a sete léguas de Recife e começou a se formar entre 1817-18. Seu líder era Malunguinho, grande estrategista militar, responsável por articular uma guerrilha de defesa do quilombo, além de várias armadilhas e sistemas de atalaia. O quilombo foi descoberto pelas forças do Império em 1818, no contexto da repressão à revolução pernambucana.

Em 1820 tinha início uma pressão na cidade do Porto para que D. João VI retornasse a Portugal. A revolução liberal do Porto apressou a volta do rei, deixando os senhores brasileiros temerosos quanto a possíveis retrocessos políticos, já que o Brasil desde 1815 era Vice-Reino de Portugal e Algarves. Na prática, era a sede do império português. O receio da burguesia agrária brasileira era retornar ao *status* de colônia, com todas as implicações comerciais e prejuízos que isso poderia acarretar.

Pensando na emergência de um possível conflito com os portugueses e sabedores do que aconteceu em 1817, alguns latifundiários de Pernambuco decidiram armar os seus escravos, pois assim teriam uma espécie de milícia pronta para lutar por seus interesses, se preciso fosse. A ideia, como se pode imaginar, não surtiu o resultado esperado, e o tiro saiu pela culatra. As fugas de escravos aumentaram, e foi no Catucá, também conhecido como Cova da Onça, que os escravos fugidos se refugiaram.

A existência de um quilombo com escravos armados assustava a elite pernambucana; o assunto era uma pauta constante do governador Gervásio Pires, eleito em novembro de 1821. Este não perdeu tempo no combate ao quilombo e em fevereiro do ano seguinte autorizou o capitão-mor de Igarassu a armar qualquer um que estivesse disposto a combater o Catucá. Em 20

de março de 1822 concedeu permissão para a execução sumária dos negros que estivessem na Cova da Onça. A operação não obteve êxito na destruição do quilombo; o malogro levou à substituição do governo de Gervásio Pires pela junta dos Matutos, que continuou a repressão, agora tentando cortar o abastecimento dos escravos, cercando totalmente as matas e prendendo quem porventura aparecesse.

Essa operação não conseguiu extinguir o quilombo. Os pretos não permaneceram presos por muito tempo, pois no ano de 1823 eclodiu a “pedrosada”; apoiado por muitos pretos e inspirado na revolução haitiana, o capitão Pedro da Silva Pedroso, “o pardo de Recife”, liderou uma série de motins de negros e conseguiu tomar o poder do Estado entre 21 e 28 de fevereiro de 1823, tendo expulsado a Junta dos Matutos. Esta foi obrigada a fugir para Vila do Cabo. Nesse ínterim os escravos presos em 1822 foram libertos e puderam retornar ao Catucá.

Em 1826, mais uma tentativa dos senhores de capturar à força os quilombolas. Dessa vez sob o comando do tenente-coronel Manoel Cavalcante de Albuquerque estavam duzentos homens e os capitães-mores de Olinda, Igarassu e Goiana. Mesmo contando com armas, cercando as matas e tentando impedir o acesso dos quilombolas a tudo o que fosse necessário à sobrevivência do quilombo, a operação não foi bem-sucedida e terminou com a vitória de Malunguinho e dos pretos do Catucá.

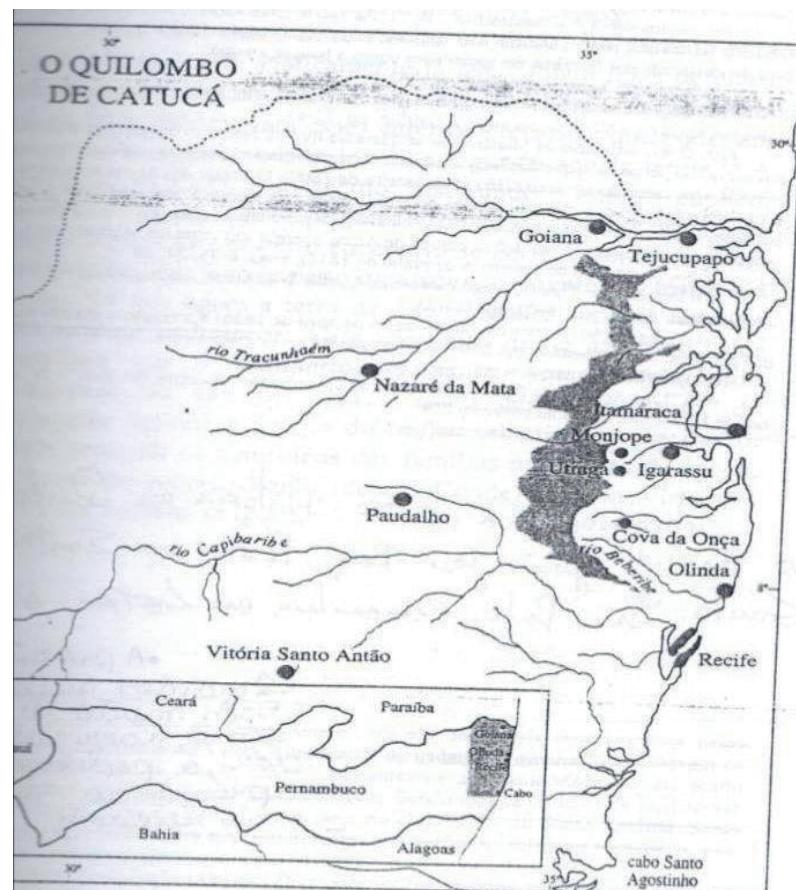
Em 1828, nova tentativa. Dessa vez determinou-se a colocação de uma guarda em cada um dos quatro ângulos em que se dividia a mata do Catucá; os escravos transeuntes deveriam apresentar passes assinados pelos seus senhores, autorizando o seu trânsito. Nesse mesmo ano, no dia 13 de setembro, o consu-

lado dos Países Baixos enviou ao vice-presidente da província de Pernambuco um ofício solicitando autorização para enviar 140 prussianos que se encontravam no porto do Açu, num brigue holandês no Rio de Janeiro, para povoar a região do Quilombo do Catucá.

Para atender ao pedido dos holandeses, mas também para ajudar no embranquecimento da população, as autoridades não mediram esforços visando à destruição do quilombo. Era preciso derrotar Malunguinho, destruir o seu quartel-general no sítio do Macaco. Não se podia admitir que os pretos desenvolvessem um modelo econômico e societário que não estivesse a serviço da agricultura de exportação.

Entre setembro e novembro de 1828, o governador José Carlos Mayrink da Silva Ferrão promoveu ataques sistemáticos ao Catucá. Chegou a escrever que “a tropa só abandonou o mato depois de não existir um só negro”. Meses depois, no entanto, o Catucá se levantava com outros negros e alguns sobreviventes dos ataques de Mayrink. O quilombo seguiu como sinônimo de resistência.

Mapa do Quilombo do Catucá¹⁸



(Malunguinho)

18 Nascimento, André José do. Os Escravizados e a Luta pela Liberdade no Recife Oitocentista. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2019.

CAPÍTULO IV

REVOLTAS ESCRAVAS NO PERÍODO REGENCIAL

O período regencial brasileiro ocorreu entre os anos de 1831 e 1840, quando D. Pedro I, bastante enfraquecido politicamente, decidiu abdicar do trono e voltar a Portugal, onde se converteria em Pedro IV. O cientista político Antônio Carlos Mazzeo (1995), no seu livro *Burguesia e Capitalismo no Brasil*, mostra como a burguesia brasileira, a partir do ciclo do ouro no século XVIII e depois com a chegada da família real em 1808, foi se tornando cada vez mais independente da Coroa portuguesa.

A burguesia agrária brasileira, segundo Mazzeo, não tinha divergências quanto ao seu papel no mercantilismo; pretendia um regime de dois reinos unificados, como aconteceu entre 1815 e 1822, o que não foi possível. Declarou-se então a independência como um arranjo político sem participação popular; D. Pedro seguia como imperador, porém submetido a uma Constituição. A burguesia brasileira, ainda sem forças para tocar sozinha um projeto seu, precisou se aliar à monarquia, o que não significa que tenha sido uma aliança harmônica e sem crises graves. Os rompantes autocráticos de D. Pedro – como quando rejeita o projeto da Constituição em 1823, afirmado que aceitaria uma Constituição desde que fosse boa “para ele e para o Brasil” – tonavam-se cada vez mais frequentes.

A burguesia agrária defendia uma descentralização política, para alcançar mais poder nas províncias; como não bastasse a centralização no Rio de Janeiro, Pedro I envolvera o Brasil na

guerra de sucessão pelo trono de Portugal, entre seu irmão D. Miguel e sua filha Maria da Glória. Os custos da guerra recaíram nos brasileiros sob a forma de impostos.

A burguesia nacional, se não tinha uma ideologia puramente liberal, conforme Mazzeo, por não defender um governo civil republicano e manter a escravidão, não deixava, contudo, de ser liberal, porquanto defendia a liberdade de mercado. Ainda de acordo com Mazzeo, é preciso entender que não existe o liberalismo puro e que mesmo a burguesia inglesa conviveu com a escravidão nas suas colônias até o século XIX.

A burguesia brasileira em 1831, se não tinha um projeto republicano, por necessidades objetivas, não poderia permitir as restrições e as intervenções feitas por D. Pedro I. As províncias não poderiam continuar submissas ao Rio de Janeiro, nem era tolerável financiar uma guerra que só dizia respeito à família do imperador. Cabia aos senhores nas suas províncias decidir o que seria melhor para seus negócios, da agroexportação à manufatura, da pecuária à produção de algodão, açúcar e aguardente.

A burguesia brasileira deveria ocupar os principais ministérios, os cargos públicos de confiança, ter o controle das forças armadas, em suma, D. Pedro I não deveria exercer o Poder Moderador que a Constituição lhe franqueava, nem se comportar como um rei absolutista. Deveria, sim, funcionar como um rei a serviço da burguesia brasileira, pois este é efetivamente o papel do Estado: estar a serviço da burguesia, ser o seu comitê central.

Os interesses inconciliáveis levaram ao rompimento entre D. Pedro I e a burguesia brasileira. Em 1831 o imperador volta a Portugal, deixando como herdeiro o menino Pedro, com cinco anos de idade e sem condições legais e intelectuais de governar.

Começava então o período regencial, para muitos nossa primeira experiência republicana. A burguesia nacional assumiria o poder sem precisar de um intermediário; era a chance de impor seu projeto, ao menos até a maioridade do menino Pedro.

Nesse período é criada a Guarda Nacional, origem do nosso coronelismo; também foram criadas as câmaras provinciais, dando maior poder aos senhores sobre os seus currais políticos. A burguesia pôde, ao fim e ao cabo, determinar sua política fiscal e manter as relações comerciais com todos os países que desejasse. Como nem sempre os interesses eram os mesmos, houve rachas e cisões; pesavam as diferenças regionais e as diferenças de atividades econômicas. Havia apenas uma coisa capaz de unir a burguesia: a necessidade da escravidão e de reprimir toda e qualquer revolta escravista.

A dependência que a burguesia tinha do trabalho escravo levaria à repressão e à violência cometida contra os pretos a um patamar de genocídio em massa, principalmente nas intervenções do Duque de Caxias no Maranhão (Balaiada) e do Barão de Caçapava no Pará (Cabanagem).

4.1 A Balaiada

Nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa, o estado do Maranhão era uma região pobre; sua economia se baseava na exploração das drogas do sertão e o trabalho cabia à mão de obra escrava dos indígenas, porém não tardou que se desenvolvessem ali as culturas do algodão e do arroz. Em 1682, Portugal criou a Companhia Geral do Comércio do Estado Maranhão;

essa empresa teria o monopólio do comércio com o Estado, em troca da exclusividade na compra e venda de mercadorias. A companhia deveria fornecer, aos produtores maranhenses, quinhentos escravos por ano, durante vinte anos.

A empresa portuguesa não cumpriu seu acordo. Apesar disso, começaram a chegar ao Maranhão milhares de homens e mulheres na condição de escravos. A perspectiva de um escravo nas províncias do Maranhão ou do Grão-Pará era pior que nas regiões mais desenvolvidas do país, como as áreas de mineração ou cana-de-açúcar.

O tráfico de escravos no Atlântico se intensificou muito no século XVIII, mas foi na primeira metade do século XIX que chegaram ao Maranhão cerca de 40 mil escravos. O Maranhão, diz Flávio Gomes (2015), era visto como um empório de escravos; quando se pensa na quantidade de escravos e nas péssimas condições encontradas na província do Maranhão, não é difícil imaginar que a província se tornou palco de diversas formas de fugas e quilombos, lá chamados de mocambos.

Já se podia falar em quilombo em 1702 (Turiaçu e Gurupi). Em 1731, segundo Flávio Gomes (2015), já havia relatos de fazendas ficando desertas; em 1774, os governadores das províncias do Grão-Pará e do Maranhão promoveram operações conjuntas para deter os mocambeiros, o que denota a importância que esses agrupamentos ocupavam naquele cenário social e político.

O que se chamou de Balaiada é uma série de movimentos rebeldes que partiam de pretos, alguns amocambados, outros perseguidos, injustiçados e marginalizados, vítimas da ação policial e de senhores de escravos, quase todos miseráveis. Boa parte

da população do Maranhão (cerca de 200 mil pessoas, sendo 90 mil escravos) vivia do trabalho na produção de algodão para a exportação que, naquele momento, disputava a concorrência internacional com os EUA. Outros tantos labutavam em atividades de artesãos, pequenos comerciantes e vendedores ambulantes.

A distância dos grandes centros econômicos, o domínio de uma elite agrária exportadora, escravocrata, reacionária, as ações policiais e a precarização alimentar eram motivos mais do que suficientes para uma grande revolta. Em 1838, no Pará, explodiu a Cabanagem, e o Rio Grande do Sul vivia a Revolução Farroupilha. A mão de ferro da Regência e a intensificação do escravismo e da economia agroexportadora não ficariam sem uma resposta dos trabalhadores e da população preta.

A Balaiada teria início com uma ação de Raimundo Gomes (“O Cara Preta”). Revoltado contra a prisão injusta do seu irmão, em dezembro de 1838, o líder da Balaiada invadiu uma prisão, libertando não apenas o seu irmão, bem como os demais que se encontravam encarcerados. Além de Raimundo Gomes, o homem que dá nome à revolta, o mulato Manoel Ferreira dos Anjos, “O Balaio”, também teve uma experiência traumática com a Justiça da regência. Ao que tudo indica, o fabricante de balaios teve duas filhas violentadas por policiais, de quem viria a vingar-se por aquele tempo.

Raimundo Gomes e Manoel Francisco dos Anjos Ferreira viriam, em seguida, juntar-se ao Preto Cosme, chefe de quilombo. Este tinha o seu exército particular com cerca de 3 mil quilombolas. Assim começava a Balaiada, partindo dos centros urbanos para os mocambos e depois para o campo, onde se espalhou graças aos campões e a toda a plebe rural. Surgiu como

um grande movimento rebelde e de massas, colocando-se abertamente contra o ordenamento legal e institucional da Regência.

A Balaiada não ficava circunscrita apenas a problemas políticos como a centralização da Regência ou à atuação violenta e injusta das polícias e da Guarda Nacional; a revolta era principalmente contra a condição de miséria absoluta na qual viviam os pretos e mulatos. Os balaios questionavam a pauperização da vida, quando a natureza com terra fértil e clima favorável, somada à capacidade dos trabalhadores, fornecia totais condições para que todos vivessem com dignidade. Esta revolta é, sobretudo, contra a estrutura econômica fundada no escravismo, na superexploração do trabalho e no latifúndio exportador.

O sentimento de indignação e insatisfação entre as camadas mais baixas da população era fortíssimo. Não foi difícil para Manoel Balaio ganhar adeptos; o “tenente preto” ganhava a simpatia das massas; os balaios cresciam em tamanho, importância e organização. Não demorou até que o partido liberal (oposição ao partido conservador, que governava o Maranhão na época) tentasse cooptar os líderes e pautar as reivindicações dos balaios, contudo, o movimento não se deixou controlar e manipular pelos interesses políticos. Os bem-te-vis entenderam rapidamente que não podiam tolerar a presença do Preto Cosme e a radicalização do movimento; os balaios, por outro lado, não abriram mão da liderança de Preto Cosme e da presença dos quilombolas.

Em 1839, os revolucionários da Balaiada radicalizaram ainda mais sua luta contra a escravidão, o poder regencial e o latifúndio. Preto Cosme e Manoel Balaio aplicaram uma tática de guerrilha.

Anota Clóvis Moura:

No dia 7 de março de 1839, as tropas de diversas colunas de balaios juntaram-se na vila da Manga, região já tradicionalmente conhecida como foco de quilombo. O Preto Cosme chefiou 3 mil escravos, iniciando a marcha, depois vitoriosa, sobre a cidade de Caxias. No dia 1º de julho daquele ano, a cidade sitiada caiu diante das forças rebeldes. Instaurou-se então uma junta de governo, que assumiu a responsabilidade de preparar a defesa da cidade e negociar com as autoridades. Os quilombolas cantavam nas ruas ocupadas de Caxias: “O balaio Chegou! O Balaio Chegou! Cadê branco? Não há mais branco! Não há mais sinhô!” (Moura, Clóvis, São Paulo, 2013, p. 60).

Diversamente do que dizem os trabalhos revisionistas da historiografia burguesa, os fatos mostram que a Balaiada não foi um movimento despolitizado, sem propósito ou plano. Negar o projeto político desses revolucionários é entender como projeto político somente o que cabe na visão liberal, ocidental e europeia de política e de tática e estratégia. Do ponto de vista histórico, não há elementos concretos para afirmar que se tratou apenas de revoltas espontâneas contra questões pontuais, sem direcionamento algum, como apregoam alguns revisionistas de extrema direita e jornalistas que usam a história como mero entretenimento (para exemplo, Eduardo Bueno).

A capilaridade e o alcance da Balaiada foram de tamanha envergadura que os bem-te-vis tentaram, de forma oportunista, usar os setores mais facilantes e moderados para, de algum

modo, se promover com o movimento, ganhando força para barganhas junto ao Rio de Janeiro. Porém as principais lideranças continuavam firmes na luta e nas suas posições antiescravistas e pela construção da sociedade dos pretos.

Já no reinado do jovem D. Pedro II, Luiz Alves de Lima e Silva, o “Duque de Caxias”, é enviado ao Maranhão com o propósito de destruir os balaios a qualquer custo. A tática de Caxias deu-se no sentido de dividir o movimento, aproveitando-se das diferenças que existiam entre os setores populares e os mais abastados. Também se aproveitou do medo que alguns setores começavam a sentir de uma derrota iminente e dos possíveis castigos que sofreriam.

Caxias oferecia anistia a quem mudasse de lado e passasse a combater os quilombolas. Os balaios brancos foram jogados contra os balaios negros, com farto armamento e cerca de 8 mil homens com a ajuda dos grandes proprietários maranhenses. Em 1841 a Balaiada é derrotada; Manoel Balaio é morto e Raimundo Gomes se rende; Preto Cosme ainda tentou seguir resistindo, mas foi baleado e feito prisioneiro. Com ele foram capturados cerca de 2.400 quilombolas, levados a São Luís. Foi julgado e condenado à forca. Morreu lutando.

4.2 A Revolta dos Malês

A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, Bahia, em 1835, foi um dos mais significativos levantes de escravos no Brasil. Organizada sobretudo por escravos muçulmanos de origem iorubá, conhecidos como nagôs, a revolta também contou com

a participação de outros grupos étnicos, como os haussás. Os malês, como eram chamados os muçulmanos africanos, tinham uma forte identidade religiosa e cultural, o que os diferenciava dos demais escravos e os unia em sua luta contra a opressão.

As motivações para a revolta eram diversas, mas centralizavam-se principalmente na busca pela liberdade e na resistência contra a escravidão e a imposição cultural e religiosa dos colonizadores. Os malês pretendiam instaurar um governo islâmico em Salvador, libertar os escravos e acabar com a dominação dos senhores de engenho. A revolta foi planejada para a madrugada de 25 de janeiro de 1835, aproveitando a celebração do Dia de Nossa Senhora da Guia, quando a vigilância seria menor.

Luiza Mahin, uma figura emblemática na história da resistência escrava, teve um papel crucial no apoio logístico à revolta. Embora não estivesse na linha de frente, ela facilitou a comunicação entre os líderes rebeldes e coordenou o transporte de materiais necessários para a insurreição. A força de Mahin é ressaltada por Reis, que anota: Luiza Mahin foi um elo essencial na rede de resistência, sua participação ativa demonstrou a importância das mulheres na luta pela liberdade. A colaboração entre os diversos grupos e a liderança carismática de figuras como Luiza Mahin foram elementos fundamentais para a deflagração da revolta.

Os principais líderes do levante, como Ahuna, Pacífico Licutan e Manoel Calafate, eram respeitados mestres muçulmanos, conhecidos por sua sabedoria religiosa e habilidade em combate. O plano incluía a tomada de Salvador e a libertação dos escravizados, com o objetivo de estabelecer uma comunidade islâmica independente. O projeto revolucionário dos malês,

como destaca Reis, não era simplesmente uma reação desesperada, mas uma tentativa de reconfigurar a sociedade em novos termos, baseados na fé e na liberdade.

No entanto, os malês enfrentaram várias dificuldades. A principal delas foi a traição de um dos participantes, que denunciou o plano às autoridades¹⁹. Isso levou à antecipação das ações repressivas, com a polícia invadindo locais de reunião dos rebeldes e prendendo vários líderes antes mesmo do início do levante. Além disso, a falta de armas e a superioridade numérica e bélica das forças repressoras dificultaram a resistência dos malês.

O desfecho da revolta foi trágico. Após horas de combate nas ruas de Salvador, os malês foram derrotados. Cerca de setenta rebeldes foram mortos e muitos outros foram presos. As punições impostas aos participantes foram severas: alguns foram condenados à morte, outros a longas penas de prisão e muitos

19 A delação que levou à descoberta do plano dos Malês foi feita por uma ex-escrava chamada Guilhermina Rosa de Souza. Ela ouviu sobre a conspiração enquanto trabalhava na casa de um dos líderes da revolta. Guilhermina, temendo as consequências de uma insurreição e possivelmente buscando proteção ou recompensa, decidiu informar as autoridades sobre o que havia ouvido. A denúncia de Guilhermina foi crucial para o fracasso da revolta, pois permitiu que as autoridades se preparam e agissem rapidamente para reprimir o levante antes que ele ganhasse força. Sua delação levou à prisão de vários líderes malês e à invasão de locais onde os rebeldes se reuniam, o que enfraqueceu significativamente a capacidade de organização e resistência dos revoltosos. A ação de Guilhermina é um exemplo de como a complexa dinâmica social e as relações de poder da época influenciavam as decisões individuais. Sua escolha de delatar os Malês pode ser vista como uma tentativa de sobrevivência num contexto de extrema opressão e violência. João José Reis, em *A Revolta dos Malês*, menciona a importância dessa delação para o desfecho do levante, destacando como a traição interna foi um dos fatores determinantes para o fracasso da revolta.

foram deportados para outras províncias ou enviados de volta à África. A repressão foi brutal, com o objetivo de servir de exemplo e evitar futuras insurreições.

João José Reis, em seu livro *A Revolta dos Malês*, descreve com detalhes os eventos e as motivações dos rebeldes. Ele destaca que “os malês eram movidos por um profundo senso de justiça e liberdade, alimentado por sua fé islâmica e pela memória de uma vida livre na África”²⁰. A obra de Reis é fundamental para compreender a complexidade e a importância desse episódio na história do Brasil.

4.3 A Revolução Farroupilha

A Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, foi um movimento separatista ocorrido no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Durante esse período, os negros desempenharam um papel crucial, especialmente nas charqueadas, onde trabalhavam na produção de charque, um produto essencial para a economia da região. Vários historiadores e pesquisadores²¹ referem que muitos negros eram recrutados para lutar ao lado dos farroupilhas em troca da promessa de liberdade.

Os lanceiros negros foram um grupo de escravizados que

20 REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês* (1835). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

21 Disponível em: [https://www.geledes.org.br/lanceiros-negros/#:~:text=Os%20negros%20\(escravos\)%20eram%20recrutados,%E2%80%9Ctropa%20de%20choque%E2%80%9D%20farroupilha.](https://www.geledes.org.br/lanceiros-negros/#:~:text=Os%20negros%20(escravos)%20eram%20recrutados,%E2%80%9Ctropa%20de%20choque%E2%80%9D%20farroupilha.) Acesso em: 11 fev. 2025.

se destacaram pela bravura e habilidade em combate. Liderados pelo coronel Joaquim Teixeira Nunes, esses lanceiros eram conhecidos por sua destreza com lanças e adagas, e muitos deles acreditavam que a liberdade poderia ser conquistada através dos combates. O historiador Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite ressalta que a participação dos lanceiros negros foi fundamental para várias batalhas importantes durante a revolução.

No entanto, a Revolução Farroupilha também foi marcada por episódios trágicos, como a Batalha de Porongos, onde muitos lanceiros negros foram traídos e massacrados pelas tropas imperiais. Em 14 de novembro de 1844, durante as negociações de paz, um esquadrão de lanceiros negros foi surpreendido e desarmado pelas tropas imperiais, resultando num massacre que ficou conhecido como o Massacre dos Porongos²². Historiadores como Juremir Machado da Silva²³ **têm estudado esse episódio**, enfatizando a importância de lembrar e honrar a memória desses combatentes negros.

A participação dos negros na Revolução Farroupilha é um capítulo importante da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. A luta por liberdade e igualdade, mesmo em meio a traições e violência, é um testemunho da resistência e coragem desses indivíduos. O trabalho de historiadores como Jeferson Tenório e Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite é essencial para resgatar e preservar essa história, garantindo que as contribuições dos negros na Revolução Farroupilha não sejam esquecidas.

22 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55236674>
Acesso em: 11 fev. 2025.

23 MACHADO DA SILVA, Juremir. *História Regional da Infâmia – O Destino dos Negros Farrapos e Outras Iniquidades Brasileiras*. L&PM Editores, 2010.

4.4 A Cabanagem

A Cabanagem, ocorrida entre 1835 e 1840 na província do Grão-Pará, foi uma das revoltas mais significativas do período regencial no Brasil. A participação de negros e pardos foi crucial nesse movimento, refletindo a dura realidade em que viviam. Naquela época, muitos negros eram escravizados ou recém-liberados, enfrentando condições de extrema pobreza e marginalização. A falta de oportunidades e a opressão constante os levaram a se unir aos cabanos, buscando uma vida mais digna e justa.

A Revolução Amazônica²⁴, como a Cabanagem também é conhecida, foi um movimento popular que reuniu diversos grupos sociais, incluindo indígenas, negros, pardos e mestiços. Esses grupos estavam insatisfeitos com a exploração e a falta de representatividade política. A revolta foi uma resposta à crise econômica e social que assolava a região, exacerbada pela exploração dos recursos naturais e pela negligência do governo central.

Os negros e pardos, em particular, viam na Cabanagem uma oportunidade de lutar contra a opressão e a escravidão. Muitos deles eram trabalhadores rurais ou urbanos que viviam em condições precárias. A revolta oferecia uma chance de mudança, de conquistar direitos e de se libertar das amarras impostas pela sociedade colonial. A participação desses grupos foi fundamental para a força e a abrangência do movimento.

A Cabanagem teve início em 6 de janeiro de 1835, quando os cabanos, liderados por figuras como Francisco Pedro Vinagre, tomaram a cidade de Belém. A revolta começou com a

24 SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Cabanagem: Revolução Amazônica (1835-1840)*. Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2022.

invasão e o saque da casa do governador Bernardo Lobo de Souza, que foi assassinado. Em seguida, os revoltosos tomaram o controle da cidade, estabelecendo um governo provisório.

A morte de Bernardo Lobo de Souza foi um evento marcante no início da Cabanagem. Durante a tomada de Belém, Lobo de Souza tentou fugir, mas foi capturado e executado pelos cabanos no dia seguinte. Sua morte simbolizou a quebra do poder imperial na região e deu impulso ao movimento rebelde. A Cabanagem seria um desafio, tanto para o liberal Padre Diego Feijó quanto para o conservador Araújo Lima. A revolução, encabeçada por pretos, pardos e indígenas, ganhava um nível de radicalidade que parecia incontornável, o que causava pânico na burguesia agrária nacional.

Félix Clemente Malcher foi um dos líderes iniciais da Cabanagem. Após a morte de Lobo de Souza, Malcher foi indicado como presidente da província pelos revoltosos. No entanto, sua liderança foi breve, pois ele acabou traindo os cabanos e se aliando ao governo central do Rio de Janeiro. Acusado de traição, foi morto pelos próprios cabanos. Sua liderança inicial, embora curta, foi crucial para a organização e o fortalecimento do movimento.

A Igreja Católica desempenhou um papel de mediação durante a Cabanagem. Em meio ao caos e à violência, a Igreja tentou atuar como um intermediário entre os cabanos e o governo imperial, buscando soluções pacíficas para o conflito. No entanto, essa mediação sempre buscava defender os privilegiados e o poder central dos regentes; seja a regência liberal ou conservadora, a Igreja estava do lado do poder.

Os irmãos Vinagre, Francisco Pedro, Antônio e Manuel,

foram figuras proeminentes na Cabanagem. Eles lideraram várias ações militares e foram fundamentais na organização dos cabanos. Francisco Pedro Vinagre, em particular, teve um papel destacado na tomada de Belém e na consolidação do movimento.

Eduardo Angelim foi outro líder importante da Cabanagem. Ele se tornou o terceiro e último presidente cabano da província do Grão-Pará. Sob sua liderança, os cabanos continuaram a resistir às forças imperiais, mas foram derrotados. Angelim é lembrado como um símbolo de resistência e luta pela justiça social.

Infelizmente, a Cabanagem terminou de forma trágica. O governo imperial, determinado a manter o controle sobre a província, enviou tropas para reprimir a revolta. O confronto resultou num massacre, com milhares de cabanos mortos. Estima-se que cerca de 30% da população do Grão-Pará tenha sido dizimada durante o conflito, incluindo muitos negros e pardos que haviam se juntado à luta.

O massacre que pôs fim à Cabanagem foi brutal e deixou marcas profundas na história da região. A repressão violenta serviu como um aviso para outras províncias e movimentos rebeldes, expondo a disposição do governo em usar a força para manter a ordem. Apesar da derrota, a Cabanagem permanece como um símbolo de resistência e luta por justiça social no Brasil.

A participação de negros e pardos na Cabanagem é um testemunho da busca incessante por liberdade e igualdade. Embora o movimento tenha sido esmagado, ele revelou a importância da inclusão e da representatividade de todos os grupos sociais na construção de uma sociedade mais justa. A memória da Cabanagem continua viva, inspirando futuras gerações a lutar

contra a opressão e a desigualdade.

4.5 Revolta de Carrancas e Revolta de Manoel Congo

Revolta de Carrancas²⁵

A Revolta de Carrancas, também conhecida como Levante de Bella Cruz, ocorreu em 13 de maio de 1833, na província de Minas Gerais. Esse levante foi um dos mais violentos e significativos movimentos de resistência escrava no Brasil. Teve início nas fazendas Campo Alegre e Bella Cruz, pertencentes à influente família Junqueira. A região de Carrancas, ao sul de Minas Gerais, era marcada por uma alta concentração de escravos, que viviam em condições extremamente precárias e eram submetidos a trabalhos extenuantes e castigos severos.

O contexto histórico da revolta está inserido no período regencial, um tempo de grande instabilidade política e social no Brasil. A abdicação de D. Pedro I e a menoridade de D. Pedro II deixaram o país vulnerável a diversos movimentos contestatórios. A escravidão, uma instituição profundamente enraizada na sociedade brasileira, era uma fonte constante de tensão. A pressão internacional pelo fim do tráfico de escravos e a crescente insatisfação dos escravos contribuíram para o clima de revolta.

A revolta começou na fazenda Campo Alegre, onde os

25 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/13/conheca-o-outro-13-de-maio-revolta-de-carrancas-foi-a-maior-rebeliao-escrava-da-regiao-sudeste> , <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/carrancas-a-mais-violenta-rebeliao-de-escravizados-no-brasil> Acesso em: 11 fev. 2025.

escravos, liderados por Ventura Mina, mataram Gabriel Francisco Junqueira, o proprietário. Em seguida, os revoltosos se dirigiram à fazenda Bella Cruz, onde assassinaram membros da família Junqueira, incluindo crianças. O objetivo dos escravos era conquistar sua liberdade e vingar os maus-tratos sofridos. A violência do levante refletia a intensidade do desespero e da determinação dos escravos em buscar sua liberdade.

A repressão à Revolta de Carrancas foi rápida e brutal. As forças militares foram chamadas para conter o levante, resultando na captura e punição severa dos escravos envolvidos. Muitos foram executados ou sofreram castigos exemplares, e a revolta foi debelada em poucos dias. No total, 31 escravos foram denunciados criminalmente, e a violência da repressão serviu como um aviso para outros escravos e proprietários.

Apesar de seu desfecho trágico, a Revolta de Carrancas teve um impacto significativo na história do Brasil. Ela expôs a brutalidade do sistema escravista e a determinação dos escravos em lutar por sua liberdade. A revolta também aumentou o medo entre os proprietários de escravos e contribuiu para o fortalecimento do movimento abolicionista. Cada levante, apesar de sua derrota imediata, ajudou a construir a pressão pela abolição da escravidão.

A importância da Revolta de Carrancas reside no fato de que ela foi uma das muitas manifestações de resistência dos escravos contra a opressão. Esses levantes, embora frequentemente reprimidos com violência, mostraram que a escravidão era insustentável e moralmente indefensável. Eles ajudaram a mobilizar a opinião pública e a pressionar por mudanças, culminando na abolição da escravidão em 1888.

A memória dessa revolta continua a inspirar a luta por justiça e igualdade, lembrando-nos da importância de resistir à opressão e de lutar por um mundo mais justo.

Revolta de Manoel Congo²⁶

A Revolta de Manoel Congo, também conhecida como Revolta de Paty dos Alferes, ocorreu em novembro de 1838, na província do Rio de Janeiro. Esse levante foi liderado por Manoel Congo, um escravo e ferreiro que se destacou por sua habilidade e liderança. A revolta foi motivada pela brutalidade do sistema escravista e pela morte de um escravo chamado Camilo Sapateiro, assassinado pelo capataz de uma das fazendas do capitão-mor Manuel Francisco Xavier.

Indignados com o assassinato de Camilo e com a falta de ação do proprietário, cerca de duzentos escravos se revoltaram, matando o capataz e fugindo para as matas da região. Liderados por Manoel Congo, os escravos começaram a formar um quilombo, utilizando ferramentas e armas saqueadas das fazendas. O objetivo era criar uma comunidade autossuficiente e segura, onde pudessem viver livres da opressão escravista.

A resposta das autoridades foi rápida e implacável. A Guarda Nacional, liderada por Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, foi mobilizada para caçar os escravos fugitivos. Em 11 de novembro de 1838, a maioria dos escravos foi capturada, e muitos foram mortos durante os confrontos.

26 Disponível em: <https://negromuro.com.br/manuelcongo/> <https://fenea.org.br/portal/data/files/FF8080811706ED20011744E-CDEFC6BF6/Manoel%20Congo.pdf> Acesso em: 11 fev. 2025.

Manoel Congo foi preso, julgado e condenado à morte, sendo enforcado em 6 de setembro de 1839.

Apesar de seu desfecho trágico, a Revolta de Manoel Congo teve um impacto duradouro. Ela destacou a resistência dos escravos e a brutalidade do sistema escravista, contribuindo para o fortalecimento do movimento abolicionista. A revolta também serviu como um lembrete constante da insatisfação dos escravos e da necessidade urgente de mudanças sociais e políticas.

A Revolta de Manoel Congo foi um evento significativo na luta contra a escravidão no Brasil. Ela mostrou a coragem e a determinação dos escravos em buscar sua liberdade, mesmo diante de grandes riscos. A memória dessa revolta continua a inspirar a luta por justiça e igualdade, frisando a importância de resistir à opressão e de lutar por um mundo mais justo.

CAPÍTULO V

REVOLTAS ESCRAVAS NO SEGUNDO REINADO

A Revolta dos Escravos de Itu²⁷, ocorrida em 1838, foi um dos muitos levantes de escravos no Brasil durante o século XIX. Situada na cidade de Itu, em São Paulo, essa revolta foi motivada pelas condições desumanas em que os escravos viviam. Os escravos de Itu, cansados dos maus-tratos e da exploração, organizaram-se para lutar por sua liberdade. O movimento foi rapidamente reprimido pelas autoridades, mas deixou um legado de resistência e coragem que inspirou outros levantes.

A Insurreição do Queimado²⁸ ocorreu em 19 de março de 1849, na província do Espírito Santo. Este levante foi desencadeado por uma promessa não cumprida de liberdade feita pelo padre Gregório José Maria de Bene aos escravos que ajudaram a construir uma igreja. Quando a liberdade prometida não foi concedida, cerca de trezentos escravos se revoltaram,

27 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/trajetorias-e-territorios-negros-na-vila-de-itu-1770-1840/>
<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/05/31/revoltas-escravas-no-brasil-do-seculo-19> Acesso em: 11 fev. 2025.

28 Disponível em: <https://neab.ufes.br/conteudo/insurreicao-de-queimado-completa-170-anos-nesta-terca>
<https://comunicacaocapixaba.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Miolo-Livro-Insurreicao-do-Queimado-Martinuzzo-07-07-23.pdf> Acesso em: 11 fev. 2025.

queimando a igreja e enfrentando as forças militares. A revolta durou cinco dias e terminou com a prisão e execução de seus líderes, incluindo Elisiário, conhecido como o “Zumbi da Serra”.

A Revolta dos Escravos de Salvador²⁹, ocorrida em 1854, foi uma das muitas revoltas de escravos na Bahia, uma região com uma alta concentração de escravos africanos. Embora menos conhecida que a Revolta dos Malês de 1835, a revolta de 1854 também foi motivada pela opressão e exploração dos escravos. Os escravos de Salvador, inspirados por levantes anteriores, organizaram-se para lutar por sua liberdade, mas foram rapidamente reprimidos pelas autoridades coloniais.

Essas revoltas ocorreram num contexto de crescente insatisfação entre os escravos e de um movimento abolicionista em ascensão. A brutalidade da escravidão e a resistência dos escravos começaram a chamar a atenção da sociedade brasileira e internacional. As revoltas mostraram que os escravos não aceitariam passivamente sua condição e estavam dispostos a lutar pela liberdade, mesmo diante de grandes riscos.

O desfecho dessas revoltas foi geralmente trágico, com muitos escravos sendo mortos ou punidos severamente. No entanto, elas tiveram um impacto significativo na luta contra a escravidão. A resistência dos escravos e a brutal repressão das revoltas ajudaram a expor a crueldade do sistema escravista e a fortalecer o movimento abolicionista. Cada revolta, apesar de sua derrota imediata, contribuiu para a crescente pressão pela abolição da escravidão no Brasil.

A aprovação da Lei Áurea, assinada pela princesa regente

29 AMIM, Valéria; REIS, Lismar Lucas Santos dos. *Resistência, Conflitos e Costumes na Bahia Escravista sob o Olhar da História Social*.

Isabel em 13 de maio de 1888, não garantiu às pessoas escravizadas emprego digno, salários, condições de moradia, saúde e educação. A teledramaturgia, com todas as suas limitações, tratou esse episódio de modo interessante: “A Escrava Isaura”, escrita por Gilberto Braga, foi exibida pela Rede Globo entre outubro de 1976 e fevereiro de 1977. O último capítulo foi ao ar no dia 5 de fevereiro de 1977 e mostrava as pessoas escravizadas comemorando a assinatura da Lei Áurea, ao tempo que chegavam os imigrantes europeus para trabalhar no cafezal.

O fim da escravidão no Brasil se deu de forma “lenta, gradual e segura” para as elites escravistas. A imigração de europeus para trabalhar no sistema do colonato já vinha ocorrendo havia décadas. Arthur de Gobineau, um dos pais do racismo científico, esteve no Brasil em 1869, cumprindo missão diplomática, a pedido de Napoleão III. No seu livro *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855), propôs a ideia de que a humanidade está dividida em três raças principais: branca, negra e amarela.

Gobineau argumentava que a raça branca, especialmente os arianos, era superior às outras e que a mistura racial levaria à degeneração da civilização. Em que pese sua admiração pessoal pelo imperador Pedro II, entendia que o povo brasileiro – pela característica de miscigenação e a forte presença dos negros, de origem africana – poderia até mesmo desaparecer, já que teria preguiça até de se reproduzir.

Uma parte considerável da elite brasileira, escravocrata, do século XIX, pensava assim. Considerava importante o embranquecimento da população brasileira. Por isso, em São Paulo e no sul do país, foram desenvolvidas políticas de incentivo à vinda de imigrantes brancos, que deveriam substituir paulatinamente

mente a mão de obra escrava. Mas a burguesia não se constitui num bloco monolítico; havia quem defendesse a manutenção da escravidão, mesmo diante das tensões causadas pelas revoltas escravas e pelo movimento abolicionista, o qual tentava constranger os escravistas a libertar as pessoas escravizadas.

Pode-se dizer, *grosso modo*, que a elite do Vale do Paraíba, era a oposição à Lei Áurea. Já no oeste paulista, importante área de produção de café, onde se concentrava parte significativa dos setores mais abastados da sociedade brasileira, encontra-se uma posição como a do Senador Antônio Prado, que defendia a libertação dos escravos, mas com indenizações aos senhores e a prestação de serviços por mais três meses.

Por fim, a abolição da escravidão serviu como *leitmotiv* para a burguesia, aliada às forças armadas, dar o golpe de 15 de novembro de 1889, que instaurou a República.

CONCLUSÃO

Fazer um estudo sobre revoltas escravas e quilombolas a partir da perspectiva dos escravizados e de quem lutou contra o sistema escravocrata implica posicionar-se na defesa dos que hoje continuam a sofrer com as mazelas e sequelas deixadas pela escravidão colonial, mas também pelas políticas de austeridade dos liberais.

Essas revoltas e movimentos não apenas desafiam o sistema escravista, mas também formaram a base para novas formas de organização e resistência que perduram até os dias atuais. Estudar essas histórias permite desenvolver uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que moldaram o Brasil, fornecendo ferramentas para combater as injustiças contemporâneas e para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

O fim da escravidão em 1888 não marcou o fim do racismo no Brasil. Ao longo do século XX e até hoje, o racismo estrutural e estruturante permanece arraigado. Exemplos notórios disso incluem o escritor Monteiro Lobato, cujas obras, embora populares, perpetuam estereótipos racistas. O episódio do “Bota Abaixo” durante o governo de Pereira Passos no início do século XX, que desalojou milhares de negros e pobres do centro do Rio de Janeiro, ilustra como políticas públicas continuaram a marginalizar a população negra.

A violência policial contra o povo preto é outra manifestação brutal dessa continuidade, evidenciando a urgência de ações concretas para combater o racismo. Para se ter uma dimensão da

violência contra a população preta, em 2023, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelaram que 82,7% das vítimas de intervenções policiais no Brasil eram pretos ou pardos. Esse dado alarmante desvela a desproporcionalidade da violência policial contra a população negra, quase quatro vezes mais propensa a ser morta pela polícia do que a população branca.

Além de estudar as revoltas e os movimentos quilombolas, é crucial redescobrir e valorizar as vozes literárias que denunciaram e continuam a denunciar o racismo e a opressão: autores como Lima Barreto, com suas críticas afiadas à sociedade racista e elitista de seu tempo, Itamar Vieira Junior, cuja obra traz à tona as lutas e resistências do povo negro contemporâneo, Giovani Martins, autor de *Via Ápia*, obra que se passa na Rocinha e apresenta a violência da desastrosa operação das unidades de polícia “pacificadoras” no Rio de Janeiro. Ler autores e autoras pretos, comprometidos com a classe trabalhadora, é uma tarefa fundamental, e de primeira hora, para uma compreensão completa da nossa história e das desigualdades persistentes.

Em suma, a história das revoltas escravas e quilombolas, mais do que um registro do passado, é um espelho para nossas lutas atuais e futuras. Conhecer essas histórias é essencial para entender os desafios de hoje e inspirar novas gerações a continuarem a luta por justiça e igualdade. Ao reconhecer as continuidades e rupturas no racismo brasileiro, é possível engajar-se de forma mais eficaz na construção de uma sociedade verdadeiramente justa, na qual o legado de resistência dos escravizados se transforme numa força de mudança positiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. **Cartas a Favor da Escravidão**. São Paulo: Editora José Aguilar, 1950.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra – Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.
- AMIM, Valéria; REIS, Lismar Lucas Santos dos. **Resistência, Conflitos e Costumes na Bahia Escravista sob o Olhar da História Social**.
- ARAÚJO, Manolo. **Escravidão no Brasil: Uma História de Resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BICHARA, Sarah. **Sete Livros para Entender a Escravidão no Brasil**. A Gazeta, 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarión. **A Escravidão no Brasil: Um Estudo de História Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- CARDOSO, Lavínia Coutinho. **Mulheres Negras no Brasil**

Escravista e do Pós-Abolição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CASTRO ALVES, Castro. **Os Escravos.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1883.

COARACY, V. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro:** Quatro Séculos de Histórias. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2008.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1975.

FERNANDES, Florestan; PRADO JUNIOR, Caio. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREITAS, Décio. **Palmares:** A Guerra dos Escravos. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: Mocambos, Quilombos e Comunidades de Fugitivos no**

Brasil (séculos XVII a XIX). São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz; LAURIANO, Jaime. **Enciclopédia Negra:** Biografias Afro-Brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz; GARCIA, Lúcia. **De Olho em Zumbi dos Palmares:** Histórias, Símbolos e Memória Social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GORENDER, Jacob. **Gêneze do Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GRIJÓ, Luís Alberto (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma Negação da Ordem Escravista: Quilombos em Minas Gerais no Século XVIII.** São Paulo: Icone Editora, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848 - 1875).** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos.** Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo.**

Tradução de José Carlos Braga. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **História Regional da Infâmia – O Destino dos Negros Farrapos e Outras Iniquidades Brasileiras**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Volume 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Império**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MOURA, Clóvis. **A Escravidão e a Formação Social Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

MOURA, Clóvis. **Revolta nas Senzalas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

MOURA, Clóvis. **O Negro na Formação Social Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

PEREIRA, Beatriz. **Para Uma Escola Sem Violência**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São

Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e Trabalho na Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2002.

SOUZA, Jessé. **A Classe Média no Espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Editora Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira**: Quem É e Como Vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Cabanagem**: Revolução Amazônica (1835-1840). Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2022.

Sites e Artigos:

BRASIL DE FATO. **Conheça o Outro 13 de Maio**: Revolta de Carrancas Foi a Maior Rebelião Escrava da Região Sudeste. Disponível em: [Brasil de Fato](https://brasildefato.com.br/conheca-o-outro-13-de-maio/). Acesso em: 13 mai. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO – SESC SP. **Carrancas**: A Mais Violenta Rebelião de Escravizados no Brasil. Disponível em: [SESC SP](https://www.sescsp.org.br/carrancas-a-mais-violenta-rebeliao-de-escravizados-no-brasil). Acesso em: 7 jul. 2023.

GELEDES. **Trajetórias e Territórios Negros na Vila de**

Itu (1770-1840). Disponível em: [Geledes](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

NEXO JORNAL. Revoltas Escravas no Brasil do Século 19. Disponível em: [Nexo Jornal](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

UFES. Insurreição de Queimado Completa 170 Anos nesta Terça. Disponível em: [UFES](#). Acesso em: 7 nov. 2021.

MARTINUZZO, Julio. Insurreição do Queimado. Disponível em: [Comunicação Capixaba](#). Acesso em: 7 nov. 2021.